



Eletrobras

Proposta da Administração

Assembleias Gerais
Ordinária e Extraordinária
(AGOE)



26 de abril de 2024



14h



ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Manual de participação.....	6
1.1. AGOE exclusivamente digital	6
1.2. Boletim de Voto a Distância (BVD)	8
1.3. Documentos necessários	9
1.4. Cadastro e credenciamento	10
1.5. Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas.....	12
1.6. Instalação do Conselho Fiscal.....	13
2. Proposta da Administração.....	16
2.1. Matérias a serem deliberadas em AGOE.....	16
2.1.1. ORDEM DO DIA – AGO.....	18
2.1.1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	18
2.1.1.2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos 23	23
2.1.1.3. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros externos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (caso instalado) para exercício social de 2024	25
2.1.2. ORDEM DO DIA – AGE.....	32
2.1.2.1. Aprovar a proposta de alteração ao Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022	32
2.1.2.2. Aprovar a proposta de alteração ao Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022;.....	35
2.1.2.3. Nos termos do artigo 53 do Estatuto Social da Companhia e conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de abril de 2023, eleger o membro do Conselho de Administração que substituirá o Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, cujo mandato encerra-se na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024, sendo que o novo membro eleito para o cargo em questão permanecerá na posição até a assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025.....	38
Conclusão	41
Lista de Anexos.....	42
ANEXO A.....	43



Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia (informações sobre o comentário dos diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais e resultados das operações)	43
ANEXO B.....	109
Informações exigidas pelo Anexo A da Res CVM 81/2022 (Destinação do Lucro Líquido da Companhia)	109
ANEXO C.....	118
Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia (informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores e membros dos comitês de assessoramento).....	118
ANEXO D.....	180
Informações históricas da remuneração efetivamente realizada comparada contra as remunerações globais aprovadas	180
ANEXO E.....	185
Informações exigidas pelo Anexo B da Res CVM 81/2022 (proposta de alteração ao “Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022)	185
ANEXO F	193
Tabela “De/Para” das alterações propostas ao Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas	193
ANEXO G	199
Plano de Opções com as alterações propostas consolidadas.....	199
ANEXO H.....	210
Informações exigidas pelo Anexo B da Resolução CVM 81 (proposta de alteração do “Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Ações Restritas” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022)	210
ANEXO I	217
Tabela “De/Para” das alterações propostas ao Plano de Ações Restritas	217
ANEXO J	222
Plano de Ações Restritas com as alterações propostas consolidadas	222
ANEXO K.....	229
Seções 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia (informações sobre a Sra. Ana Silvia Matte, candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia)	229



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Prezados(as) Acionistas,

É com enorme satisfação e senso de responsabilidade que, em nome do Conselho de Administração, me dirijo a vocês para convidá-los a participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (“[Eletrobras](#)” ou “[Companhia](#)”), a serem realizadas, cumulativamente, em **26 de abril de 2024, às 14h00** (horário de Brasília), de modo exclusivamente digital (“[Assembleias](#)” ou “[AGOE](#)”). E nesta breve e indispensável introdução, sinto-me compelido a compartilhar com vocês algumas breves considerações.

Desde sua histórica desestatização em 17 de junho de 2022, com a implantação do modelo societário “*true corporation*”, a Eletrobras se impôs um ritmo de constante e ordenada transformação. O destino é claro: tornar-se líder global em geração de valor sustentável baseada em soluções inovadoras de energia limpa e renovável.

A missão, contudo, não é elementar. E a jornada é árdua. E é justamente esse destino, enraizado em cada fibra de cada colaborador, que torna nosso trabalho ao mesmo tão desafiador e gratificante.

E quando estamos diante de grandes desafios, em um mundo assediado por volatilidade e incertezas, onde espiar o futuro extrapola a mera rotina de trabalho e se torna instinto de sobrevivência, não é incomum nos esquecermos de olhar para trás. De tempos em tempos, precisamos fazer esse exercício e lembrar as duras conquistas obtidas e as lições aprendidas, pois elas são o alicerce das vitórias do amanhã e a bússola que nos indica o caminho que estamos percorrendo.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar o esforço despendido com a reestruturação de nossas empresas, o que permitiu plantar raízes sólidas rumo a um modelo de gestão eficaz e inovador, capaz de enxergar holística e sinergicamente os negócios, ativos, pessoas, processos, riscos e oportunidades. Finalmente podemos dizer que demos os primeiros passos rumo à visão de uma só Eletrobras.

Adicionalmente, fico satisfeito ao pontuar que conseguimos estruturar um modelo de remuneração eficaz para a Companhia, municiando-a de ferramentas para atração e retenção de talentos e para garantir alinhamento de interesses entre os *stakeholders*, priorizando-se sempre a perenidade da Companhia e a geração de valor sustentável de longo prazo. Foi com base nesse modelo de remuneração que conseguimos formar



um time de executivos da mais alta excelência, integridade, capacitação e experiência, que são peça-chave nesse processo transformacional da Eletrobras.

O que nos atrai para um terceiro ponto demasiadamente importante: pessoas. Nosso ativo mais importante, as pessoas são fundamentais nessa jornada. Nosso desafio é garantir que nossos colaboradores tenham ferramentas, incentivos e direcionamento adequados à busca, produção e transmissão de conhecimento, embasados sempre em práticas éticas, inovadoras e de alta performance.

Pensando nisso, estruturamos uma vice-presidência e equipes focadas em gente. Demos o merecido destaque ainda aos aspectos de comunicação e sustentabilidade com a criação de diretorias e equipes dedicadas. Fomentamos encontro com as lideranças da Eletrobras, onde nossos executivos e conselheiros foram sabatinados e ensinados pelas ávidas e curiosas mentes do futuro. Iniciamos diversos processos de recrutamento e seleção, a exemplo do lançamento do primeiro Programa de *Trainees* da Eletrobras, sob patrocínio direto do Conselho de Administração. E estamos nos debruçando no processo estratégico para garantir que cada colaborador, desde o Presidente da Companhia ao operador de linha ou subestação, saiba (e nos diga também, pois este é um trabalho conjunto) exatamente qual é seu papel e relevância nessa jornada tão incrível. Pois a busca do conhecimento e a superação das metas só virão, caso todos se envolvam efetivamente na construção de nosso futuro.

Naturalmente, todas essas iniciativas, e inúmeras outras destacadas ao longo de nossos documentos corporativos, demandaram ajustes e correções ao longo de 2023. E quando decisões difíceis tiveram que ser tomadas, o Conselho de Administração mostrou-se íntegro, assertivo e firme.

E não poderia ser diferente. Afinal, a missão deste Conselho de Administração é pavimentar a estrada do futuro da Eletrobras. Os resultados serão sempre consequência de nossa visão de longo prazo. E a perenidade e governança desta *corporation*, aliada ao bem-estar de suas pessoas, são nossos bens mais preciosos.

Desejamos uma boa assembleia a vocês!

VICENTE FALCONI CAMPOS
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Manual de participação AGOE Eletrobras 2024



- 1.1. AGOE exclusivamente digital**
- 1.2. Boletim de Voto a Distância (BVD)**
- 1.3. Documentos necessários**
- 1.4. Cadastro e credenciamento**
- 1.5. Declaração de Pertencimento e Grupo de Acionistas**
- 1.6. Instalação do Conselho Fiscal**
- 1.7. Eleição de Membro do Conselho de Administração – Disposição Transitória do Estatuto Social**
- 1.8. Indicação de Candidatos**

1.1. AGOE exclusivamente digital

Com a finalidade de facilitar a participação dos acionistas e dos demais envolvidos na realização da AGOE, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (LSA), da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (Res CVM 81/2022), e do Estatuto Social da Companhia, a AGOE será realizada por meio da plataforma digital Zoom, no dia 26 de abril de 2024, às 14h.

Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão se cadastrar no website <https://qicentral.com.br/m/agoe-eletrobras-2024> e anexar todos os documentos necessários à habilitação para participação ou voto na AGOE, com, no mínimo, 2 dias de antecedência, ou seja, até 24 de abril de 2024.

A Plataforma Digital atende aos requisitos previstos no artigo 28, §1º, I a III, da Res CVM 81/2022.

A AGOE será integralmente gravada.

O acesso à Plataforma Digital e participação da AGOE, autoriza a Companhia a gravar e fazer uso das informações legais e regulamentares pertinentes.



– de que as gravações e as suas informações serão utilizadas e tratadas pela Companhia pelo prazo de cinco anos, podendo ser utilizada para defesa da Companhia ou em razão de obrigação mandatória.

O Acionista Credenciado se declara ciente:

– da realização de diversos tratamentos de suas informações em razão de obrigação legal ou regulatória, a qual a respectiva parte controladora dos dados esteja sujeita, o que é do interesse do Acionista Credenciado, segundo as suas legítimas expectativas, fundamentadas no apoio e na promoção da atividade da Companhia.

– de que os direitos sobre os seus dados pessoais poderão ser exercidos apenas na forma eventualmente permitida pela legislação e regulamentação aplicáveis, mediante comunicação expressa à Companhia.

Ao acessar a Plataforma Digital e participar da AGOE, o Acionista Credenciado está ciente e autoriza a Companhia, bem como terceiros autorizados pela Companhia, a gravar e fazer uso das informações, desde que observada a legislação e regulamentação aplicáveis. A utilização autorizada tem como finalidade:

- registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGOE;
- registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGOE;
- registro de presença dos Acionistas Credenciados na AGOE;
- registro dos votos proferidos pelos Acionistas Credenciados na AGOE;
- atendimento de determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória;
- caso necessário, para defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores nas esferas judiciais, arbitrais, administrativas, regulatórias ou autorregulatórias.



Caso queira se manifestar sobre matéria da Ordem do Dia, o Acionista Credenciado deverá utilizar a Plataforma Digital para cadastrar sua solicitação. Após, a mesa ativará seu áudio, respeitando-se a fila de solicitações. O tempo de manifestação poderá ser limitado. Caso a manifestação não seja relacionada a nenhuma matéria da Ordem do Dia, o Acionista Credenciado deverá utilizar os canais usuais de contato, por meio da área de Relações com Investidores.

As manifestações de Acionistas Credenciados que forem enviadas à mesa da AGOE antes do encerramento dos trabalhos, por meio do e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com, somente serão anexadas à ata se houver solicitação expressa.



A Companhia não se responsabiliza por quaisquer situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade entre a Plataforma Digital e o equipamento utilizado pelo participante da AGOE.



Recomenda-se que os Acionistas Credenciados acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início da AGOE, para que se evite quaisquer situações indesejadas na utilização da plataforma. A Companhia fornecerá suporte técnico remoto e disponibilizará um guia com instruções básicas para acesso à AGOE aos Acionistas Credenciados.

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos poderão ser dirimidos pela Vice-presidência Financeira e Relações com Investidores por meio do e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com.

1.2. Boletim de Voto a Distância (BVD)



Os acionistas poderão participar da AGOE por meio de BVD. As orientações acerca da documentação exigida para a votação à distância constam do BVD, disponível nos websites: <https://ri.eletrobras.com/>, <https://sistemas.cvm.gov.br/> e https://www.b3.com.br/pt_br/.

Para participar da AGOE por meio do BVD, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o BVD e enviá-lo com até **7 dias** de antecedência da data de realização da AGOE para os seguintes destinatários:

AGENTE ESCRITURADOR	Acionistas com posição acionária no livro escritural podem exercer o voto à distância por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A. (“ Agente Escriturador ”). Nesse caso, o envio do BVD deverá ser realizado por meio do site Itaú Assembleia Digital . Para tanto, será necessário realizar cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital se encontram disponíveis em https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital
AGENTE DE CUSTÓDIA	Os acionistas deverão verificar junto ao agente de custódia se este prestará serviço de recebimento de BVD (“ Agente de Custódia ”). Em caso positivo, os acionistas poderão, a seu exclusivo critério, encaminhar o BVD ao Agente de Custódia, adotando os procedimentos adequados, podendo incorrer em eventuais custos.
COMPANHIA	Acionistas poderão encaminhar o BVD diretamente para a Companhia, observado que o BVD: <ul style="list-style-type: none">▪ Somente será recebido quando encaminhado única e exclusivamente por meio do site https://qicentral.com.br/m/agoe-eletrobras-2024. Para acessar o sistema (i) o acionista que já possua cadastro na plataforma deve utilizar as mesmas credenciais de acesso, digitando seu e-mail e senha; e (ii) o acionista que ainda não tenha acessado a plataforma deve clicar em “<i>Inscreva-se agora</i>” e informar seu endereço de e-mail. Em seguida, o sistema encaminhará um código de verificação para o e-mail informado, para que o acionista possa completar o seu cadastro.▪ Deverá conter local, data e assinatura do acionista signatário. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais ou de seus procuradores com poderes para prática deste ato.▪ Deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, conforme requisitos e formalidades indicados nesta Proposta da Administração.



O BVD será considerado **inválido** e não será processado pela Companhia se estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou de representação e/ou se for entregue após o encerramento do prazo de **7 dias** antes da AGOE.

Até o encerramento do prazo de envio, o BVD poderá ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados procedimentos e demais prazos previstos na Res CVM 81/2022, sendo certo que não serão aceitos quaisquer BVD após o encerramento do prazo.

Caso haja **itens não preenchidos** após o decurso do prazo dos **7 dias** que antecedem a AGOE, a Companhia os considerará como instrução equivalente à **abstenção de voto**.

O Acionista Credenciado que já tenha enviado o Boletim de Voto poderá se cadastrar para participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, desde que o faça na forma e no prazo estabelecido. Nessa hipótese, será facultado ao Acionista Credenciado:

- simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou
- participar e votar na AGOE, observando-se que todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas, caso o acionista queira votar na AGOE mas já tenha enviado o BVD.

1.3. Documentos necessários



São os documentos necessários à habilitação e participação ou voto na AGOE por meio da Plataforma Digital, observado o artigo 126, §1º, da LSA e a decisão do Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578:

- i. se **pessoa natural**:
 - cópia do documento de identificação reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, além de dentro do prazo de validade (caso aplicável); ou
 - no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador, devendo tal procurador ser outro acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- ii. se **pessoa jurídica**:
 - atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); e



- se for o caso, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador.

iii. se **fundo de investimento**:

- cópia do regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo;
- documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto recente e validade nacional;
- se for o caso, cópia do instrumento de mandato outorgado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador.

Não é necessário o envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, tampouco o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro.

Deverá ser enviada apenas **cópia simples** das vias originais dos documentos necessários, por meio do website <https://qicentral.com.br/m/agoe-eletobras-2024>.

Procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico serão admitidas apenas se contiverem certificação digital dentro dos padrões do sistema de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

1.4. Cadastro e credenciamento

– Acionista

O acionista que desejar participar da AGOE, via Plataforma Digital, deverá preencher todos os dados de cadastro no website <https://qicentral.com.br/m/agoe-eletobras-2024> e anexar todos os documentos comprobatórios de habilitação com, no mínimo **2 dias** de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até às 23h59 do dia 24 de abril de 2024.

Para acessar o sistema, o **acionista** que:

- já possui cadastro na plataforma deve acessar o *link* e utilizar as mesmas credenciais de acesso, digitando seu e-mail e senha; e



- ainda não possui cadastro na plataforma deve acessar o *link* e clicar em “*Inscreva-se agora*” e, em seguida, informar seu endereço de e-mail. Após, o sistema encaminhará o código de verificação para o e-mail informado para o acionista completar o seu cadastro.

– Procurador

O procurador deverá fazer cadastro com seus dados no *website* <https://qicentral.com.br/m/ago-eleetrobras-2024> e, por meio dessa plataforma, indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, observadas as orientações desta Proposta de Administração.

Após o cadastro pessoal, o procurador é automaticamente direcionado ao cadastro dos seus representados, mas, caso saia dessa página e queira voltar a adicionar mais representados, o procurador precisará acessar o *website* <https://qicentral.com.br/m/ago-eleetrobras-2024> e fazer login com a senha criada no momento do cadastro para continuar a cadastrá-los. O procurador receberá confirmação individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos.

Caso represente mais de um acionista, o procurador:

- somente poderá votar na AGOE pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia; e
- deverá se atentar para o §2º do artigo 8º do Estatuto Social que estabelece que serão considerados como pertencentes a um mesmo grupo de acionistas, para fins da limitação de voto estabelecida nos artigos 6º e 7º do Estatuto Social, quaisquer acionistas representados pelo mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, com exceção dos detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, quando representados pelo respectivo banco depositário, desde que não se enquadrem em qualquer das demais hipóteses previstas no caput ou no §1º do artigo 8º do Estatuto Social.

A Companhia verificará os documentos e, não havendo pendências, o acionista ou seu procurador, conforme o caso, será credenciado (“**Acionista Credenciado**”) e receberá, via Plataforma Digital, a confirmação acerca de seu credenciamento para participação na AGOE.



Em caso de **documentação insuficiente**, o acionista deverá complementá-la no mesmo website <https://qicentral.com.br/m/ago-eleetrobras-2024>, até às 23h59 do dia 24 de abril de 2024.

Caso determinado Acionista Credenciado não receba a confirmação para acesso virtual na AGOE com até **8 horas** de antecedência do horário início da AGOE, deverá entrar em contato com a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail



assembleiavirtual@eletrobras.com com até **4 horas** de antecedência do horário de início da AGOE.

O acesso à AGOE via Plataforma Digital estará restrito aos Acionistas Credenciados (acionistas ou seus procuradores, conforme o caso). A Companhia alerta que os acionistas que não apresentarem o pedido e os documentos de participação necessários no prazo previsto não estarão aptos à participação na AGOE.

Acionistas Credenciados (acionistas ou seus procuradores, conforme o caso) se comprometem a:

- utilizar o cadastro individual única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da AGOE;
- não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o cadastro individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o cadastro intransferível; e
- não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGOE.

1.5. Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas

Em razão da limitação ao exercício do direito de voto previsto nos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita, para fins do oportuno exame da matéria, que os acionistas incluídos nas situações jurídicas contempladas no artigo 8º do Estatuto Social informem, com antecedência de até **2 dias** da data designada para a realização da AGO, ou seja, até às 23h59 do dia 24 de abril de 2024, quais são os integrantes de eventual grupo de acionistas.

No caso de fundos de investimento com administrador ou gestor comum, somente serão considerados como integrantes de um grupo de acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em assembleias de acionistas, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador ou gestor.

A informação deverá ser prestada por meio do envio da Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas, exclusivamente para o endereço de website <https://qicentral.com.br/m/agoe-eletrobras-2024>, mencionando se:

- fazem parte de acordo de votos e se existem outros integrantes do acordo e suas respectivas participações;
- fazem parte de grupo econômico de sociedades ou grupo de entidades com a administração ou gestão comum ou sob o mesmo comando; e
- são representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título.



O modelo de Declaração de Pertencimento a Grupo de Acionistas está disponibilizado no website <https://ri.eletronbras.com/informacoes/convocacoes-e-atas/>.

Os acionistas que não se enquadrarem nas situações jurídicas contempladas no artigo 8º do Estatuto Social não precisarão enviar a referida declaração e a Companhia considerará que tais acionistas afirmam que não pertencem a qualquer “grupo de acionistas” e que se responsabilizam por tal afirmação, dado o dever informacional previsto no Estatuto Social da Companhia.

Conforme previsão do artigo 8º, §5º, do Estatuto Social da Companhia, o presidente e secretário da Assembleia poderão, caso entendam necessário, solicitar aos acionistas documentos e informações para verificar o eventual pertencimento de um acionista a um “grupo de acionistas” que possa deter 10% ou mais do capital votante da Companhia.

1.6. Instalação do Conselho Fiscal

A Eletrobras não possui Conselho Fiscal permanente. Por essa razão, nos termos do artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 161, §2º, da LSA, e artigo 4º da Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022 (Res CVM 70/2022), o Conselho Fiscal da Eletrobras será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações com direito a voto (ações ordinárias de emissão da Companhia), ou 1% das ações sem direito a voto (ações preferenciais classe “A” e classe “B” de emissão da Companhia), o qual poderá ser realizado via BVD ou diretamente à Companhia, pelo e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com.

O Conselho Fiscal poderá ser composto por 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, que serão eleitos na própria Assembleia. Antes da deliberação acerca da eleição dos membros do Conselho Fiscal, a Assembleia fixará o número de vagas a serem preenchidas pelos candidatos.

As regras que devem ser observadas para indicação de candidatos ao Conselho Fiscal constam abaixo no item “1.7.1 Indicação de Candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal”.

1.7. Eleição de Membro do Conselho de Administração – Disposição Transitória do Estatuto Social

O mandato do Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, eleito em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2022 como representante dos empregados da Companhia, encerrar-se-á na AGOE, em razão da extinção desse assento no Conselho de Administração, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2022 e refletido no artigo 53 do Estatuto Social (“Disposição Transitória”).

Nos termos da Disposição Transitória, a AGOE deverá eleger um membro para o Conselho de Administração que permanecerá na posição até o final do mandato dos atuais membros do Conselho de Administração (isto é, até a realização de Assembleia Geral Ordinária em 2025).



A eleição em questão ocorrerá tão somente para atender à Disposição Transitória, mediante a eleição de **1 membro** para o Conselho de Administração. Informações adicionais sobre o tema, incluindo sobre a candidata indicada pela administração da Companhia, encontram-se no item 2.1.2.3 desta Proposta da Administração. Caso os acionistas tenham interesse em indicar candidato a membro do Conselho de Administração, as orientações sobre o tema se encontram no item 1.8 abaixo.

1.8. Indicação de Candidatos

Conforme artigo 37 e seguintes da Res CVM 81/2022, acionistas que representem, no mínimo, 0,5% das ações de determinada espécie da Companhia, por meio de solicitação encaminhada à Vice-presidência Financeira e Relações com Investidores no e-mail assembleiavirtual@eletrobras.com, podem realizar pedido de inclusão no BVD de (i) candidatos a membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal; e (ii) candidatos a membro do Conselho de Administração, nos termos da Disposição Transitória e do item 1.7 acima (“Solicitação de Inclusão”).

A Solicitação de Inclusão poderá ser enviada no prazo de até **25 dias** antes da data de realização da Assembleia, isto é, até as 23h59 do dia 1º de abril de 2024.

O acionista que enviar Solicitação de Inclusão deverá atender às exigências aplicáveis à redação e instrução do Boletim de Voto conforme previstas nos artigos 32 e 38, II, da Res CVM 81/2022, o que inclui, sem limitação, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 11, I, da Res CVM 81/2022.

Ainda, ao indicar candidatos a membro do Conselho de Administração e/ou a membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, os acionistas devem, além de apresentar toda a documentação comprobatória pertinente, estar atentos ao disposto nos artigos 147, §§1º a 3º da LSA.

A Companhia se reserva o direito de, após o recebimento da Solicitação de Inclusão e da análise inicial das informações encaminhadas pelos acionistas, observado o prazo estabelecido pela Res CVM 81/2022, solicitar a apresentação de informações adicionais.

A Companhia ressalta que a indicação de candidatos por acionistas pode ser realizada a qualquer momento até a conclusão da Assembleia. No entanto, a fim de promover adequada publicidade a seus acionistas sobre os candidatos eventualmente indicados, a Companhia encoraja os acionistas a realizarem a indicações com a maior antecedência possível.

1.8.1. Regras adicionais para indicação de candidatos ao Conselho Fiscal

Em complemento aos requisitos apresentados no item “1.8.1. Indicação de candidatos” acima, os acionistas deverão observar os requisitos adicionais aplicáveis a candidatos ao Conselho Fiscal que constam no artigo 162, caput e §2º da LSA.



A eleição dos candidatos a membros do Conselho Fiscal observará o disposto no Estatuto Social da Companhia e os termos do artigo 161, §4º, da LSA.

Os acionistas titulares de ações sem direito a voto (ações preferenciais classe “A” e classe “B” de emissão da Companhia) terão o direito de requerer a eleição em separado de membro efetivo e respectivo suplente para o Conselho Fiscal.



2. Proposta da Administração

A Administração da Eletrobras submete aos seus acionistas as seguintes propostas, a serem deliberadas em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), que será realizada de forma exclusivamente digital, em 26 de abril de 2024, às 14h00.

2.1. Matérias a serem deliberadas em AGOE



Quórum de Instalação

- [Artigo 125 LSA](#)

A AGOE será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.



Quórum de Aprovação

- [Artigo 129 LSA](#)

As deliberações da AGOE serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas, não se computando os votos em branco.

- [Artigo 18 §§2º e 3º do Estatuto Social](#)

As deliberações serão tomadas por maioria dos votos. O voto de cada acionista será proporcional à sua participação acionária no capital da Companhia, respeitado o limite de 10% do capital social votante em razão da Limitação.



Limitação

- [Artigos 6º e 7º do Estatuto Social](#)

É vedado a qualquer acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, público ou privado, o exercício do direito de voto em número superior ao equivalente ao percentual de 10% da quantidade total de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras, independentemente de sua participação no capital social. É vedada, ainda, a celebração de acordos de acionistas visando a regular o exercício do direito de voto em número superior ou correspondente ao percentual de 10% da quantidade total de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras. O presidente da AGOE não computará votos proferidos em desconformidade as regras estipuladas nos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da Eletrobras (“**Limitação**”).



2.1.1. ORDEM DO DIA – AGO:

2.1.1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;

2.1.1.2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; e

2.1.1.3. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros externos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (caso instalado) para o exercício social de 2024.

2.1.2. ORDEM DO DIA – AGE:

2.1.2.1. Aprovar a proposta de alteração ao Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022;

2.1.2.2. Aprovar a proposta de alteração ao Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022; e

2.1.2.3. Nos termos do artigo 53 do Estatuto Social da Companhia e conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de abril de 2023, eleger o membro do Conselho de Administração que substituirá o Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, cujo mandato encerra-se na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024, sendo que o novo membro eleito para o cargo em questão permanecerá na posição até a assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025.

Direito de Voto

- Acionistas detentores de **ações ordinárias** terão direito de voto em todos os itens da Ordem do Dia da AGOE, observada a Limitação prevista nos artigos 6º e 7º do Estatuto.
- Acionistas titulares de **ações preferenciais** não terão direito a voto em nenhum dos itens da Ordem do Dia da AGOE, exceto se houver pedido válido de instalação do Conselho Fiscal. Nessa hipótese, os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” e classe “B” poderão requerer a eleição em separado de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, conforme artigo 161, §4º, ‘a’, da LSA, e artigo 43 do Estatuto Social da Companhia.

2.1.1. ORDEM DO DIA – AGO

2.1.1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Administração propõe aos acionistas a aprovação das contas da administração, do relatório da administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos (“Relatório da Administração”) e das demonstrações financeiras anuais completas da Companhia (“Demonstrações Financeiras”), acompanhadas do relatório emitido pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (“Relatório do Auditor Independente” e “PWC”), todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024.

Para suporte da deliberação a ser tomada na Assembleia, a administração solicita aos acionistas que analisem toda a documentação e as considerações descritas abaixo:

Destaques da Sustentabilidade no Relatório da Administração, abordagem ESG e principais marcos alcançados em 2023.

O ano de 2023 foi marcado por relevantes mudanças, dando-se continuidade ao processo transformacional da Companhia iniciado após sua desestatização em 2022.

A criação da Diretoria de Sustentabilidade, vinculada diretamente à Vice-Presidência de Governança, Riscos, Compliance e Sustentabilidade, e a reestruturação organizacional das principais subsidiárias integrais, com o estabelecimento de equipes, processos e práticas integradas, permitiu que a Companhia desenvolvesse ferramentas para construir uma visão sustentável, holística e interconectada do negócio, e aplicá-la de modo orgânico e capilarizado na rotina diária dos colaboradores.

O compromisso com a sustentabilidade foi fortalecido, com a diretriz de ser “Referência em ESG” e a meta *Net Zero* até 2030 no Plano Estratégico da Empresa. Em meio a mudanças e novos desafios, alguns destaques foram:

- Implementação do *Innovation Grid*, plataforma de conexão com o ecossistema de inovação;

- Venda da UTE Candiota em janeiro de 2024;
- Primeira certificação em hidrogênio verde do Brasil;
- Participação na COP 28;
- Atuação como Embaixadora do Movimento Impacto Amazônia;
- Abertura do primeiro programa de Trainee;
- Lançamento do Programa “Compromissos pela Vida”;
- Lançamento do novo Programa de *Compliance*.

Este também foi um ano de definição da nova Materialidade da Eletrobras, no âmbito do processo de elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade de 2023 e demais documentos de gestão e governança corporativa, e tendo como objetivo o robustecimento e aprimoramento contínuos de nossos processos, práticas e negócios.

Desenvolvemos a dupla materialidade, em linha com a normativa europeia, considerando materialidade de impacto e financeira. Com uma metodologia abrangente, o processo contou com *inputs* de análise de mercado e competidores, *feedbacks* dos *stakeholders* e dos executivos, materialidade dinâmica, *workshop* de consulta à Comissão de Sustentabilidade e diretrizes e objetivos do Plano Estratégico.

A nova Materialidade proposta pela Diretoria Executiva foi aprovada pelo Conselho de Administração em novembro de 2023.

Por fim, a Companhia obteve reconhecimentos relevantes, tais como:

- Manutenção na Carteira do ISE B3 2024, pela 17^a vez;
- Inclusão na primeira carteira da IDIVERSA B3: índice de diversidade da B3, com foco em gênero e raça;
- Selo Empresa Pró-Ética 2022-2023, da Controladoria Geral da União (CGU);
- Prêmio Boas Práticas Movimento Transparência 100%, do Pacto Global, pela prática de sensibilização dos fornecedores críticos;

- Listada no *Gender-Equality Index 2023*, da Bloomberg;
- Prêmio internacional em Gestão de Projetos da *PMOGA World Unconference*. O PMO da Eletrobras ficou entre os dois melhores PMOs das Américas e entre os sete melhores do mundo;
- Troféu Transparência Anefac 2023, da Associação Nacional de Executivos, em reconhecimento às práticas de transparência nas informações contábeis;
- Permanência no *The Sustainability Yearbook 2024*, ranking da *Standard&Poors Global*, pelo quarto ano consecutivo;
- Avanço para a classificação A- (*leadership*) nas dimensões *Climate Change* e *Water Security 2023* do CDP – *Disclosure Insight Action*.

Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Auditor Independente, dos pareceres do Conselho Fiscal sobre o Orçamento de Capital e sobre as Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

Encontram-se disponíveis nos *websites* da Companhia (<https://ri.eletrabras.com/>), da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/), as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Auditor Independente, do parecer do Conselho Fiscal sobre o orçamento de capital, a proposta de destinação do lucro líquido e sobre as Demonstrações Financeiras (“Parecer do Conselho Fiscal”), bem como o relatório anual resumido das atividades do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras (“Relatório Anual Resumido”), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mais detalhadamente:

- (a) as Demonstrações Financeiras (i) expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Companhia; (ii) compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração do Fluxo de

Caixa (DFC), a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), acompanhadas das notas explicativas às demonstrações financeiras, que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas informações;

(b) o Relatório da Administração, que acompanha as Demonstrações Financeiras Anuais Completas, apresenta informações sobre a Companhia de caráter financeiro e não-financeiro, estatísticas e operacionais, as quais devem ser lidas em conjunto e como parte desta Proposta da Administração;

(c) o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras foi emitido pela PWC, que examinou toda a documentação pertinente e concluiu que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2023;

(d) o Parecer do Conselho Fiscal foi emitido após reunião realizada em 13 de março de 2024 e decorre do exame do Relatório da Administração, das propostas de orçamento de capital e de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, dos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício social em reuniões com a administração, a PWC e o Comitê de Auditoria e Riscos, bem como do exame do Relatório do Auditor Independente, sobre os quais o Conselho Fiscal opinou estarem em condições de serem apreciados pela Assembleia; e

(e) o Relatório Anual Resumido contém a descrição das atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia, seus resultados e conclusões alcançadas, bem como as recomendações feitas.

A publicação das Demonstrações Financeiras no jornal Valor Econômico (Edição Nacional) tem previsão de ser realizada até o dia 12 de abril de 2024.

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do Seção 2 do Formulário de Referência, encontram-se no **ANEXO A** desta Proposta da Administração.

Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

Além disso, também está disponível para consulta dos Acionistas o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP nos *websites* da Companhia (<https://ri.eletronbras.com/>), da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

2.1.1.2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos

A Eletrobras apresentou um lucro líquido consolidado de R\$4.395 milhões referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, 21% superior aos R\$3.638 milhões obtidos em 2022. O Relatório da Administração e o **ANEXO A** desta Proposta detalham a variação das principais contas que compõem o resultado do exercício de 2023, apresentando os destaques e os eventos que ocorreram no decorrer do exercício e que esclarecem o resultado em questão.

Nesse contexto, observados os pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos, bem como o Relatório do Auditor Independente, a Administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de lucro líquido da controladora no valor de R\$4.550 milhões, conforme Demonstrações Financeiras.

Destinação do Resultado e Distribuição de Dividendos

A Administração da Companhia propõe seguinte destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (sem prejuízo da proposta de Orçamento de Capital e Retenção, detalhadas a seguir):

- Conforme previsto no caput do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido do exercício, correspondentes a R\$227 milhões deverá ser destinado à Reserva Legal;
- Conforme previsto no artigo 49, §1º, do Estatuto Social, a parcela correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente a R\$1.081 milhões serão distribuídos aos acionistas da Companhia a título de dividendos obrigatórios. Adicionalmente, a administração propõe a distribuição de parcela adicional de 5% do lucro líquido ajustado, a título de dividendo adicional, correspondente a R\$216 milhões. Dessa forma, a distribuição total de dividendos proposta corresponde a 30% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$1.297 milhões, incluindo a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais classe “A”, classe “B” e de classe especial (*golden share*). **Caso aprovados, os dividendos serão pagos no prazo de até 60 dias contados da data da**

eventual aprovação, a ser oportunamente divulgada, observado o disposto no artigo 205, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

- Conforme previsto no artigo 50, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, até 75% do lucro líquido do exercício social poderá ser destinado à Reserva Estatutária de Investimentos. Desta forma, a Administração propõe que o montante de R\$3.026 milhões, correspondente a 66,50% do lucro líquido do exercício seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.

Nos termos do artigo 10, II, e Anexo A da Res CVM 81/2022, informações detalhadas referentes à proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se no **ANEXO B** a esta Proposta da Administração.

- Orçamento de Capital e Retenção (artigo 196 da LSA)

Adicionalmente ao descrito acima, quanto à proposta de retenção de lucros para fins de orçamento de capital, conforme autorizado pelo artigo 196 da LSA (“Orçamento de Capital”), a administração esclarece que, para o exercício social corrente (2024), revisou seu Orçamento de Capital e entendeu adequada a proposta de retenção do lucro acumulado de R\$373 milhões. Informações sobre a proposta de Orçamento de Capital e sobre a retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da LSA, encontram-se no **ANEXO B** a esta Proposta da Administração.

2.1.1.3. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros externos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal (caso instalado) para exercício social de 2024

- **Breve Contextualização**

Até 17 de junho de 2022, data em que se materializou a desestatização da Companhia mediante operação de aumento do capital social com diluição do ente público controlador (capitalização ou *follow-on*), a estratégia de remuneração dos administradores da Eletrobras e de suas controladas era definida exclusivamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cujas orientações eram de aplicação cogente para todas as empresas estatais. Isso porque, até tal data, a Companhia era uma empresa estatal federal, sob controle da União Federal, e estava sujeita a uma série de limitações para a fixação de remuneração de seus administradores.

Após o *follow-on*, a Companhia passou a não ter controlador definido (*corporation*), o que impôs à administração novos desafios associados ao seu processo transformacional, visando ao destravamento das inúmeras alavancas de valor associadas à nova natureza de empresa privada.

Diante dessa conjuntura, foi constatado que o modelo de remuneração da administração vigente à época da desestatização mostrava-se defasado com as práticas de mercado e inadequado aos objetivos da Companhia de atrair e reter talentos e de gerar valor sustentável a longo prazo.

Na AGE realizada em 22 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou o novo modelo de remuneração de seus administradores (“Modelo de Remuneração” ou “Modelo”), o qual se embasou em estudo elaborado pela consultoria especializada Korn Ferry. Naquele momento, os acionistas tomaram conhecimento das principais características do novo mecanismo de incentivo de curto prazo dos executivos, aprovaram a revisão prospectiva da remuneração global dentro do período vigente à época e aprovaram, ainda, os componentes dos novos incentivos de longo prazo, mais especificamente: o (i) Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”); e o (ii) Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”), ambos disponíveis para consulta no *website* de relação com investidores da Companhia (<https://ri.eletrobras.com>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), os quais a administração da Companhia propõe alterar, nos termos do **ANEXO E** ao **ANEXO J** desta Proposta.

Na AGO realizada em 27 de abril de 2023 os acionistas aprovaram a proposta de remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, tendo sido preservadas as balizas e premissas do Modelo de Remuneração aprovado na assembleia de dezembro de 2022.

Contemplando-se patamares remuneratórios alinhados a empresas de setor e porte similar, o Modelo de Remuneração é composto por remuneração fixa, benefícios e mecanismos de incentivo de curto e longo prazo, com a distribuição de pesos focada prioritariamente na visão de longo prazo, tendo por objetivo a solidificação de uma cultura de alta performance ética e sustentável. Nesse sentido, o Modelo de Remuneração:

- (i) possibilita que a Companhia retenha os atuais profissionais-chave e atraia novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance, mediante outorga de incentivos de longo prazo condicionados ao cumprimento de condições, metas e gatilhos previamente estabelecidos, o que serve de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização;
- (ii) permite que os administradores (e demais beneficiários) enxerguem uma associação direta entre seu desempenho e a captura de parcela do valor referente à valorização das ações da Companhia frente ao preço de exercício definido no Plano de Opções, cuja precificação parte da premissa de que o preço de exercício não poderá ser inferior a R\$42,00 por ação, atualizado monetariamente pela variação do IPCA desde 10.06.2022 (data da operação de aumento de capital que resultou na desestatização da Companhia) até o exercício efetivo do direito das opções de compra, podendo, ainda, ser acrescido de *spread* adicional por decisão do Conselho de Administração. Além disso, a administração propõe à Assembleia a alteração no Plano de Opções para prever que, além do disposto acima, o preço de exercício das opções, fixado no respectivo contrato de outorga, não seja inferior ao preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 pregões anteriores à data de outorga das Opções a cada Beneficiário (conforme definições do Plano de Opções), ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias;
- (iii) fomenta uma cultura ética de alto desempenho, focada na superação

de metas, na maximização da capacidade de geração de valor a longo prazo e na partilha deste valor com os investidores de longo prazo.

Nessa linha, a aprovação do Modelo de Remuneração dos possibilitou que a Companhia executasse sua reestruturação inicial de pessoal, com destaque à construção de um time de excelência de doze executivos que passaram a ocupar a Presidência e as onze Vice-Presidências Executivas, conforme reformulação da estrutura organizacional da Diretoria Executiva da Companhia (“Diretoria Estatutária”) promovida em 2023.

É visão desta administração que o alcance dos patamares pretendidos de gestão dos ativos e negócios pressupõe, antes de tudo, a busca pela excelência na gestão de pessoas. E a composição de uma equipe de executivos altamente qualificada, colaborativa, íntegra e de alta performance é pressuposto inafastável para que a Companhia construa sua cultura de alta performance.

- **Proposta de Remuneração Global Anual**

A presente proposta de remuneração global anual (“Proposta de Remuneração”), aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração da Companhia, compreende o período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. A Proposta de Remuneração tem por objetivo dar continuidade à execução do Modelo de Remuneração que representa elemento essencial ao destravamento das alavancas associadas à privatização.

A Proposta de Remuneração considera as seguintes premissas e diretrizes gerais:

- o Modelo de Remuneração aprovado pelos acionistas em dezembro de 2022 possibilitou, à Eletrobras, iniciar sua jornada transformacional com o fortalecimento da sua estratégia de gestão de pessoas, por meio da inclusão de ferramentas para captura e retenção de talentos e executivos qualificados, bem como para incentivo a uma cultura ética e alto desempenho e alinhamento de interesses entre a administração, a Companhia e seus acionistas;
- as melhores práticas de mercado e as recomendações feitas pela consultoria Korn Ferry ensejaram o desenvolvimento de um Modelo cuja premissa geral é de que o maior percentual da remuneração total para os membros da Diretoria Estatutária seja concentrado nos incentivos de curto (ICP) e longo prazo (ILP): **sendo 20% a 30% destinados para remuneração fixa; 25% a 30% para ICP; e 40% a 50% para ILP.**

- os patamares de remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária se posicionam no P50 (percentil 50%) de mercado, e, com a adoção de incentivos de curto e longo prazo baseados em metas, gatilhos e desafios de natureza econômico-financeira, social, ambiental e de governança da Companhia, o pacote total remuneratório será enquadrado entre o P75 e o P90 (entre o percentil 75% e o percentil 90%). **Portanto, o pacote remuneratório máximo do executivo apenas será alcançado caso o desempenho seja proporcional e direcionado ao alcance de suas metas.**

- os membros da Diretoria Estatutária despenham um papel fundamental na racionalização e otimização da estrutura de governança e gestão das subsidiárias da Companhia, bem como na consolidação do papel da Eletrobras como direcionadora de uma estratégia empresarial unificada, por meio de iniciativas como: (i) definição e implementação de suas estruturas ótimas de capital; (ii) exploração dos ganhos sinérgicos com a padronização de processos, rotinas, práticas e estruturas, ganhos de escala e eliminação de redundâncias; (iii) unificação e aprimoramento contínuo dos padrões de segurança na gestão das pessoas, ativos e no cuidado com o meio ambiente; (iv) maior celeridade e segurança nas tomadas de decisão; (v) aprimoramento da gestão integrada de riscos; (vi) ganhos de eficiência na gestão de pessoas, na operação dos ativos e na estruturação e execução dos projetos de investimento; (vii) estruturação de uma visão holística e integrada do processo de inovação, pesquisa e desenvolvimento, visando à identificação e captura de novas tecnologias, riscos e oportunidades frente às constantes evoluções e desenvolvimento do setor de energia.

- a Diretoria Executiva desempenhou importante papel de liderar diversas frentes que acarretaram relevantes realizações no exercício social de 2023, sempre norteada pelo Plano Estratégico da Companhia, cujo objetivo é posicionar a Eletrobras como líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões. Nesse sentido, destacam-se as seguintes iniciativas previstas no Plano Estratégico: (i) a simplificação e otimização das estruturas corporativas da Eletrobras e suas subsidiárias; (ii) a estruturação das equipes de gestores responsáveis pela liderança e estruturação de áreas-chave estratégicas; (iii) a redução de seus custos operacionais (PMSO); (iv) a evolução do processo de racionalização das Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)/Clusters; (v) a negociação de dívidas associadas a empréstimos compulsórios; e (vi) a alienação de ativos e redução de passivos;

- o Plano Estratégico definiu, ainda, quatro diretrizes que norteiam a visão

de longo prazo da Eletrobras de se consolidar como uma *green major* global, as quais orientam as metas, gatilhos e indicadores do Modelo de Remuneração, a saber: (i) transformação e resiliência operacional; (ii) referência em práticas ASG (ambiental, social e governança); (iii) inovação e tecnologia; e (iv) crescimento sustentável.

- o Modelo de Remuneração constitui alavanca necessária à execução do Plano Estratégico da Companhia, na medida em que permite canalizar os esforços dos administradores em prol dos direcionamentos de curto, médio e longo prazo pretendidos, incluindo-se indicadores e metas de diferentes dimensões, tais como: econômico-financeira, governança, ambiental e social – conforme descrito no **ANEXO C** a esta Proposta da Administração;
- o Programa de Bônus (“Incentivo de Curto Prazo” ou “ICP”) e o Programa de Opções de Compra de Ações (“Incentivo de Longo Prazo” ou “ILP”) baseiam-se em metas consideradas em conjunto ou isoladamente, como, por exemplo, de rentabilidade, sustentabilidade, excelência e/ou geração de valor no longo prazo, bem como em gatilhos e desafios da Companhia, de modo que, caso cumpridos, e a depender do grau atingido, haja retribuição correspondente. Logo, os incentivos de curto e longo prazo adotados pela Companhia refletem, ao mesmo tempo que suportam o Plano Estratégico;
- em se tratando do Plano de Opções, **não há possibilidade** de o preço de exercício por opção outorgada ser fixado em patamar inferior a R\$42,00 (reajustado anualmente pela variação do IPCA e passível, ainda, de acréscimo de *spread* específico a critério do Conselho de Administração). Além disso, a administração propõe que o Plano seja alterado para incluir regra de que o preço de exercício **não poderá** ser fixado em valor inferior ao valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia (apurado com base na média da cotação de fechamento dos 90 pregões anteriores à respectiva data de outorga, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias), dado que é premissa basilar do Plano de Opções a geração de valor sustentável a longo prazo, a ser partilhada entre seus beneficiários e os acionistas da Companhia, os quais apoiaram a desestatização e aprovaram o Plano de Opções. Ademais, registrou-se, que na ocasião do *follow on*, cerca de 55% dos acionistas adquiriram ações ao preço anteriormente mencionado de R\$ 42,00, o que reforça o zelo da Companhia, quando da construção do Modelo de Remuneração, em alinhar os interesses de longo prazo dos acionistas e administradores;
- o Plano de Ações Restritas foi desenvolvido como mecanismo específico de incentivo de longo prazo da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho

de Administração e com o objetivo atrair e reter talentos-chave e executivos qualificados, estritamente no contexto da privatização. Desse modo, a possibilidade de realização de outorgas no âmbito deste plano se encerrou em março de 2023.

- Em linha com as boas práticas e princípios de governança corporativa e com a legislação aplicável, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 2023, as seguintes políticas: (i) **Política de Remuneração da Administração**, a qual consolida regras e premissas associadas ao Modelo de Remuneração e fixa ainda regras voltadas à possível retenção e compensação de valores devidos a administradores (*malus*) e de ressarcimento à Companhia de eventuais incentivos remuneratórios concedidos erroneamente a administradores em razão de uma retificação contábil posterior (*clawback*), incluindo-se o atendimento às disposições da Seção 10D do *Securities Exchange Act* de 1934, conforme alterado (*Exchange Act*), a Regra 10D-1 promulgada sob o *Exchange Act* (*Rule 10D-1*) e a Seção 303^a.14 do Manual de Empresas Listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange Listed Company Manual*); (ii) **Política de Indenidade**, a qual fixa balizas e limites claros para o exercício do direito de indenidade por parte de seus beneficiários, seja por meio do acionamento do Seguro D&O ou do Contrato de Indenidade celebrado, tais como a fixação de limite de exposição financeira da Companhia, o estabelecimento de regras para tratamento de potenciais situações de conflito de interesse e a fixação de causas excludentes do direito de indenidade, dentre as quais se destaca a hipótese de ressarcimento embasada na *Rule 10D-1*, a qual se sobrepõe a qualquer indenidade; (iii) **Política de Indicações**, a qual estabelece objetivos, premissas e regras gerais associadas ao processo de indicação e investidura de administradores da Eletrobras e suas subsidiárias.

Por fim, seguindo as práticas de mercado e visando a melhor compreensão das informações por parte dos acionistas, a Companhia passa a apresentar aos investidores a proposta de remuneração dos administradores para o exercício social (coincidindo com o calendário civil do ano corrente) e não mais para período compreendido entre abril do ano corrente e março do ano subsequente.

Isto posto, a Administração propõe à Assembleia de Acionistas que seja aprovado, para o exercício de 2024, a título de remuneração global dos membros da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros externos dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal (caso instalado), o montante de até **R\$83.174.264,33**. Valor este que não contempla os encargos referentes ao

instituto nacional do seguro social (INSS), sendo composto por até:

- R\$67.097.036,21 para os membros da **Diretoria Executiva**;
- R\$13.219.728,12 para os membros do **Conselho de Administração**;
- R\$2.100.000,00 para os membros externos dos **Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração**; e
- R\$757.500,00 para os **Conselheiros Fiscais** (caso instalado, considerando-se como premissa a eleição de cinco membros titulares).

Os ajustes e montantes previstos acima visam à consecução dos objetivos da Companhia de retenção de talentos-chave e atração de executivos qualificados, bem como o alinhamento da remuneração da administração da Eletrobras com a performance e crescimento da Companhia após sua privatização e com as demais empresas do mercado e porte similar.

No ensejo, a Administração informa que o valor global da remuneração dos administradores da Companhia aprovado na AGO realizada em 27 de abril de 2023 foi de R\$106.516.417,95, dos quais R\$94.029.167,54 foram efetivamente pagos aos administradores durante o período compreendido entre 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024.

Para uma melhor compreensão pelos Senhores Acionistas da proposta de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2024, e em linha com as orientações constantes do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, de 7 de março de 2024, o **ANEXO D** apresenta informações históricas da remuneração efetivamente realizada comparada contra as remunerações globais aprovadas em Assembleias relativas aos períodos de abril de 2023 a março de 2024, bem como abril de 2022 a março de 2023.

Nos termos do artigo 13 da Res CVM 81/2022, todas as informações e detalhes referentes à proposta da Administração para fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal (caso instalado) e dos membros externos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme previsto na Seção 8 do Formulário de Referência, encontram-se no **ANEXO C** desta Proposta da Administração.

2.1.2. ORDEM DO DIA – AGE

2.1.2.1. Aprovar a proposta de alteração ao Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022

Na AGE de 22 de dezembro de 2022 foi aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações da Eletrobras (“Plano de Opções”) com objetivo de possibilitar a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas previamente definidas, no pacote remuneratório dos Beneficiários, transformando-os em potenciais acionistas da Companhia, fomentando, portanto, uma visão de longo prazo de geração de valor.

No curso da implementação do Plano de Opções e da definição dos termos e condições para as respectivas outorgas, o Conselho de Administração identificou a necessidade de realização de ajustes pontuais nas regras do plano, com o objetivo de:

- endereçar as particularidades enfrentadas pela Companhia em 2023, durante o período de adaptação de sua equipe de diretores executivos face a sua nova fase após a privatização; e
- dar maior transparência aos acionistas sobre as práticas já adotadas pela Companhia na fixação do preço de exercício das opções de compra, ao estabelecer que o preço de exercício previsto no contrato de outorga deverá ser, sempre, em patamar não inferior ao valor de mercado das ações na data da outorga, a ser apurado com base na média da cotação de fechamento das ações ordinárias da Companhia negociadas nos 90 pregões anteriores à respectiva data de outorga, ponderado pelo volume de negociação de tais ações.

Nesse sentido, a Administração propõe a realização de ajustes no Plano de Opções, os quais são apresentados resumidamente a seguir, juntamente com sua respectiva justificativa. Informações adicionais sobre a proposta de alteração do Plano de Opções encontram-se no (i) **ANEXO E**, referente às informações exigidas pelo Anexo B da Res CVM 81/2022; (ii) no **ANEXO F**, correspondente à tabela “de/para” destacando as alterações propostas ao Plano de Opções; e (iii) no **ANEXO G**, em que é apresentada a versão consolidada do Plano de Opções, conforme proposta de alteração.

#	Descrição Resumida do Ajuste	Justificativa
1.	<p>Possibilitar que, exclusivamente para os beneficiários aos quais a Companhia aprovou a outorga de Opções de Compra durante o exercício social de 2023, o Conselho de Administração possa fixar o marco inicial para cômputo do Prazo de Maturidade das respectivas Opções outorgadas, em data anterior à data do respectivo Contrato de Outorga, mas em nenhuma hipótese anterior a 01.06.2023, e sempre em data posterior à posse ou admissão do respectivo beneficiário.</p>	<p>De modo a zelar para que a implementação do Plano de Opções da Companhia seja realizada de forma aderente aos interesses de longo prazo da Companhia e seus acionistas, as discussões sobre os termos e condições para outorga das Opções de Compra aos executivos exigiram tempo e esforço significativo da Companhia.</p> <p>Mesmo após a aprovação, pelo Conselho de Administração, do Programa de Outorga e da seleção de alguns dos colaboradores da Companhia como beneficiários do Plano, transcorreu um tempo significativo até a efetiva elaboração dos respectivos Contratos de Outorga, implicando que a outorga das Opções, mediante celebração dos respectivos instrumentos, fosse postergada para o exercício 2024.</p> <p>Em razão disso, como forma de não prejudicar os executivos selecionados pelo Conselho de Administração em 2023 como beneficiários do Plano, a Companhia propõe que o Conselho de Administração possa, de forma extraordinária, fixar um marco inicial para cômputo do Prazo de Maturidade das suas respectivas Opções em data anterior à data do respectivo Contrato de Outorga, desde que esta data: (a) em nenhuma hipótese seja anterior a 01.06.2023, e (b) seja sempre posterior à posse ou admissão do beneficiário.</p>

O ajuste proposto, portanto, é restrito às outorgas já aprovadas pelo Conselho de Administração em 2023. Registra-se ainda que a alteração diz respeito exclusivamente ao início da data de cômputo do prazo de maturidade, não havendo, portanto, qualquer alteração de outras condições previstas no Plano de Opções (preço de exercício, indicadores e metas de desempenho, condições de *vesting* etc).

2.

Prever que, adicionalmente à regra atual do Plano para fixação do preço de exercício das Opções de Compra – segundo a qual o preço por ação não poderá ser inferior a R\$ 42,00 atualizado pela variação do IPCA desde 10.06.2022 – o preço de exercício também não poderá ser inferior ao preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 pregões anteriores à data de outorga, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias.

A Companhia já adota a regra, de não fixar o preço de exercício em patamar inferior ao valor de mercado das ações.

Deste modo, o ajuste proposto busca apenas aumentar o grau de transparência em relação a uma conduta que já é praticada pela Companhia.

2.1.2.2. Aprovar a proposta de alteração ao Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022;

Como mencionado acima, na AGE de 22 de dezembro de 2022, foi aprovado, também, o Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas da Eletrobras (“Plano de Ações Restritas”), cujo objetivo é (i) reter talentos da Companhia que demonstraram sólido desempenho de alta performance e detêm qualificações e perfis profissionais alinhados à nova etapa da Companhia; (ii) auxiliar na atração de novos talentos para posições chave no âmbito do processo de reestruturação da Eletrobras em curso; e (iii) incentivar o desenvolvimento e crescimento sustentável da Companhia e a maximização de valor a longo prazo, em alinhamento com as alavancas de valor da capitalização, mediante incorporação deste Plano de Ações Restritas no pacote de remuneração da composição atual do Conselho de Administração, cujo prazo de gestão se estende até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Assim como no caso do Plano de Opções, ao implementar o Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração identificou a necessidade de realização de ajustes pontuais às regras do plano, com o objetivo de garantir maior aderência às práticas de mercado.

Na visão da administração, o modelo de remuneração baseada em ações adotado pela Eletrobras demanda aprimoramento constante para manter seus objetivos, competitividade, eficácia e alinhamento de interesses da Companhia, seus acionistas e os beneficiários.

A Companhia apresenta a seguir um resumo dos ajustes e a respectiva justificativa de alteração do Plano de Ações Restritas. Informações adicionais sobre a proposta de alteração do Plano de Ações Restritas encontram-se (i) no **ANEXO H**, referente às informações exigidas pelo Anexo B da Res CVM 81/2022; (ii) no **ANEXO I**, correspondente à tabela “de/para” destacando as alterações propostas ao Plano de Ações Restritas; e (iii) no **ANEXO J**, em que é apresentada a versão consolidada do Plano de Ações Restritas, conforme proposta de alteração.

#	Descrição Resumida do Ajuste	Justificativa
1.	<p>Possibilitar que, excepcionalmente, nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente de Beneficiário que seja membro do Conselho de Administração, o Beneficiário (ou seu(s) herdeiro(s), em caso de falecimento) tenha(m) o direito ao recebimento de uma quantidade de Ações Restritas calculada de forma proporcional (<i>pro rata</i>) ao período cumprido pelo Beneficiário de seu mandato no Conselho de Administração.</p> <p>Adicionalmente, incluir o tratamento específico ao caso do Beneficiário falecido ou incapacitado por causa permanente que cumule cargo na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração, de modo que as ações recebidas enquanto membro da Diretoria Executiva sejam deduzidas da quantidade de ações <i>pro rata</i> a que o Beneficiário (ou seu herdeiro, conforme o caso) fará jus, em caso de falecimento ou incapacidade.</p>	<p>Ajuste em consonância com as práticas de mercado, bem como para endereçar o cenário excepcional vivenciado pela Companhia, onde determinados beneficiários cumulam cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva, e, portanto, demandam tratamento diferenciado nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente, dado que poderão ter recebido lotes das ações restritas a ele outorgadas, anteriormente ao respectivo evento de vacância. Ressaltamos que o administrador que cumula cargo no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva não faz jus a remuneração cumulada, ou seja, não há pagamento duplicado.</p>
2.	<p>Possibilitar que, adicionalmente aos ajustes no número de ações restritas outorgadas nas hipóteses em que a quantidade de ações de emissão da Companhia seja aumentada, diminuída, haja desdobramento ou grupamento de ações, ou dividendos</p>	<p>Ajuste em consonância com práticas de mercado.</p>

pagos em ações, o Conselho de Administração também possa efetuar ajustes de modo a refletir o impacto econômico de eventuais distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio ou proventos no período compreendido entre a data de outorga e transferência da propriedade das ações.

2.1.2.3. Nos termos do artigo 53 do Estatuto Social da Companhia e conforme aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 17 de abril de 2023, eleger o membro do Conselho de Administração que substituirá o Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, cujo mandato encerra-se na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024, sendo que o novo membro eleito para o cargo em questão permanecerá na posição até a assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025.

▪ **Contextualização**

Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de abril de 2023, foi aprovada a exclusão da previsão estatutária do cargo de membro do Conselho de Administração representante dos empregados.

Nesse contexto, foi incluída, no artigo 53 do Estatuto Social da Companhia, a Disposição Transitória prevendo que, não obstante a aprovação da extinção do assento do Conselho de Administração ocupado por representante dos empregados, o Sr. Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, que havia sido eleito para o cargo em questão, deveria permanecer na posição até a AGOE de 2024, quando os acionistas detentores de ações ordinárias passariam a eleger seu sucessor para a conclusão do mandato unificado do Conselho de Administração na AGO de 2025.

Em adição, a atual composição do Conselho de Administração da Eletrobras concluiu em fevereiro de 2024 seu primeiro ciclo de avaliação de desempenho, o qual contou com o apoio da consultoria externa Spencer Stuart. A referida avaliação contemplou a avaliação de desempenho individual e colegiada do Conselho de Administração, além de englobar a atuação de seus comitês de assessoramento.

No bojo do trabalho em questão, foram considerados inúmeros aspectos voltados ao desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, incluindo-se sua estrutura, organização e atribuições, sua cultura e a contribuição individual e efetiva de seus membros.

Nesse sentido, o colegiado identificou oportunidades de aprimoramento que passaram a integrar seu Plano de Desenvolvimento, o qual reflete o compromisso da Companhia com a diversidade, não apenas como um valor intrínseco, mas como um impulsionador estratégico de inovação. A administração da Companhia prioriza, portanto, uma composição de Conselho de Administração que abranja uma ampla gama de perspectivas – incluindo gênero, raça, etnia, e representação de comunidades historicamente sub-representadas. Além disso, enfatizamos a importância de uma expertise funcional complementar e

multidisciplinar, com especial atenção a áreas críticas para a Companhia, como a gestão do capital humano, estrutura organizacional, desenvolvimento e planejamento da sucessão.

- **Indicação da Sra. Ana Silvia Matte**

Nesse contexto, embasado no que dispõe a Política de Indicações da Eletrobras, e levando-se em consideração os próprios insumos fornecidos pelo processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, o Comitê de Pessoas da Companhia recomendou ao Conselho de Administração a indicação da **Sra. Ana Silvia Matte** para o assumir o assento vago, para fins da conclusão do mandato unificado até a AGO de 2025.

A indicação da **Sra. Ana Silvia Matte** foi aprovada pelo Conselho de Administração, na reunião realizada em 25 de março de 2024, com base na recomendação emitida pelo Comitê de Pessoas sem a participação da referida indicada, tendo o Comitê analisado ainda seus requisitos de investidura. As qualificações e experiências da candidata estão detalhadas abaixo e no **ANEXO K** à presente Proposta da Administração, conforme itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência. A candidata em questão atende aos requisitos de independência elencados no Anexo K da Res CVM 80/2022 e no Regulamento do segmento especial de governança do Novo Mercado, da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

A **Sra. Ana Silvia Matte** é uma profissional com sólida experiência em posições executivas com enfoque em gente e recursos humanos, *C-Level* em empresas de grande porte e com forte relacionamento com *stakeholders* e *shareholders*. Ao longo da sua carreira, teve experiências diversas como conselheira de administração e como membro de comitês temáticos de companhias abertas, já tendo integrado o Conselho de Administração da Companhia à ocasião de sua desestatização e passado por órgãos da administração de companhias como Petrobras, Vale, Copel, Cemig e Renova Energia. A **Sra. Ana Silvia Matte** é hoje membro externo independente do Comitê de Pessoas da Companhia.

Além disso, a **Sra. Ana Silvia Matte** tem sua trajetória marcada pela promoção da equidade de gênero e equidade em posições executivas, sendo coautora do livro "Mulheres no Conselho – O Poder de uma História", publicado em novembro de 2022 pela Editora Leader.

O Conselho de Administração e o Comitê de Pessoas entendem que a indicação da **Sra. Ana Silvia Matte** está em linha com o propósito da Eletrobras e com as melhores práticas nacionais e internacionais de governança corporativa, considerando, além de requisitos regulatórios, critérios de diversidade e perfil profissional adequado às necessidades do colegiado e da Companhia que, somados, representam os atributos considerados críticos

para que o Conselho de Administração tenha uma atuação voltada à visão estratégica de longo prazo da Companhia.

Conclusão

Tendo em vista tudo que foi exposto, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a convocação da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletrobras, a ser realizada em 26 de abril de 2024**, nos termos da presente Proposta da Administração e seus anexos, e recomenda aos Srs. Acionistas que leiam atentamente toda a documentação posta à sua disposição em relação às deliberações propostas, bem como que as aprovem em sede de Assembleia.

Todos os documentos relativos à matéria a ser deliberada pela AGOE, em especial, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório do Auditor Independente, dos pareceres do Conselho Fiscal sobre o Orçamento de Capital e sobre as Demonstrações Financeiras, bem como o Relatório Anual Resumido do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Eletrobras e o Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se à disposição dos acionistas no websites: <https://ri.eletrabras.com/>, <https://sistemas.cvm.gov.br/> e https://www.b3.com.br/pt_br/, assim como os Anexos a seguir listados.

Lista de Anexos

- Anexo A** Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia (informações sobre o comentário dos diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais e resultados das operações)
- Anexo B** Informações exigidas pelo Anexo A da Res CVM 81/2022 (Destinação do Lucro Líquido da Companhia)
- Anexo C** Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia (informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores e membros dos comitês de assessoramento)
- Anexo D** Informações históricas da remuneração efetivamente realizada comparada contra as remunerações globais aprovadas
- Anexo E** Informações exigidas pelo Anexo B da Res CVM 81/2022 (proposta de alteração ao “Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022)
- Anexo F** Tabela “De/Para” das alterações propostas ao Plano de Opções
- Anexo G** Plano de Opções com as alterações propostas consolidadas
- Anexo H** Informações exigidas pelo Anexo B da Res CVM 81/2022 (proposta de alteração ao “Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Ações Restritas” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022)
- Anexo I** Tabela “De/Para” das alterações propostas ao Plano de Ações Restritas
- Anexo J** Plano de Ações Restritas com as alterações propostas consolidadas
- Anexo K** Seções 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia (informações sobre a Sra. Ana Silvia Matte, candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia)

ANEXO A

Seção 2 do Formulário de Referência da Companhia (informações sobre o comentário dos diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais e resultados das operações)

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Para fins desta Seção 2, exceto se expressamente indicado de forma diferente, o termo “Empresas Eletrobras”, refere-se em conjunto à (i) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Companhia” ou “Eletrobras”); (ii) Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Eletrobras Furnas”); (iii) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletrobras Eletronorte”); (iv) Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (“Eletrobras CGT Eletrosul”); (v) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (“Eletrobras Chesf”); e (vi) Eletrobras Participações S.A.

Exceto se de outra forma indicado, as informações financeiras contidas nos itens a 2.1 a 2.9 desta seção são derivadas das demonstrações financeiras individuais consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). A análise dos diretores esclarecendo resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia e resultados operacionais. A diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados operacionais obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas na Seção 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

As informações constantes nesta seção 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, disponíveis em seu site (<https://ri.eletrobras.com/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br).

2.1 Os diretores devem comentar sobre

a. *condições financeiras e patrimoniais gerais*

Em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras possuía o controle acionário direto de 4 empresas de geração e transmissão de energia elétrica, quais sejam: ELETROBRAS Eletronorte, ELETROBRAS Furnas, ELETROBRAS Chesf e ELETROBRAS CGT Eletrosul, bem como de 1 empresa de participações, Eletrobras Participações S.A.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 4.394.836 mil, superior aos R\$ 3.638.382 mil obtidos em 31 de dezembro de 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 37.158.908 mil, demonstrando um aumento de R\$ 3.084.675 mil ou 9,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando correspondeu ao montante de R\$ 34.074.233 mil. Essa variação ocorreu em geração, principalmente devido ao aumento de R\$ 2.925 milhões da receita de Suprimento, devido à contabilização integral da receita da SAESA nos doze meses de 2023, enquanto em 2022 foi contabilizada receita referente a 6 meses, representando aumento de R\$ 1,8 bilhão e de Teles Pires, total de R\$ 272 milhões consolidada pela Eletronorte a partir do 4T23 e Baguari e Retiro Baixo.

Além disso, foi observado o aumento de energia disponível para comercialização no ACL em função do processo de descotização gradual das Usinas Cotistas (20% ao ano), resultando em ganho aproximado de R\$ 830 milhões na rubrica Suprimento, sendo R\$ 490 milhões na Chesf e R\$ 340 milhões em Furnas. Aumento de R\$ 521 milhões na receita do Mercado de Curto Prazo (CCEE), como resultado da maior oferta da energia comercializada no MCP 2023. Em transmissão, principalmente devido a Receita de Operação e Manutenção, que apresentou aumento de 15% devido ao Reajuste de a RAP do contrato conforme Resolução Homologatória 3216/2023, com vigência a partir de julho/2023. Aumento também influenciado pela receita de construção dos períodos, a qual possui relação direta com os investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento. Em 2023, o aumento foi da ordem de R\$ 1,5 bilhão em relação ao ano anterior, com destaque para contratos renovados: 062/2001 de Furnas (+R\$ 770 milhões); 058/2001 na Eletronorte (+R\$ 499 milhões); e 061/2001 na Chesf (+R\$ 374 milhões).

Avaliação de Indicadores

A tabela abaixo apresenta a evolução de indicadores considerados importantes pela administração para a avaliação da Companhia e de sua situação financeira e patrimonial do último exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2023.

R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Índice de Liquidez Corrente¹	1,76	1,88
Dívida Bruta²	R\$60.780.290	R\$59.106.522
Dívida Bruta Ajustada³	R\$61.437.804	R\$59.106.522
Disponibilidades⁴	R\$19.674.306	R\$24.343.863
Dívida Líquida⁵	R\$41.763.498	R\$34.762.659
Liquidez Imediata⁶	0,72	0,92
Alavancagem Líquida⁷	37,13%	31,31%

¹ Corresponde à divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante.

² Corresponde aos financiamentos a pagar e debêntures, conforme seção 2.5 - Medições não contábeis.

³ Corresponde a Dívida Bruta somada ao saldo líquido dos instrumentos derivativos de dívida.

⁴ Corresponde à soma de (i) Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários circulante; (ii) Financiamento a receber e (iii) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu.

⁵ Corresponde à Dívida Financeira Bruta subtraída das Disponibilidades.

⁶ Corresponde à Divisão entre as Disponibilidades e passivo circulante.

⁷ Corresponde à Divisão entre a dívida Líquida e o patrimônio líquido.

Índice de Liquidez Corrente

Em 31 de dezembro de 2023, houve uma diminuição no índice de liquidez corrente da Eletrobras de 1,88 para 1,76, em função da redução do saldo de ativo circulante de R \$49.623.127 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 47.897.131 mil em 31 de dezembro de 2023. A variação é identificada, principalmente, na disponibilidade e em ativos mantidos para venda.

Dívida Bruta e Dívida Bruta Ajustada

A Dívida Bruta apresentou um aumento de R\$ 1.673.768 mil ou 2,83%, passando de R\$ 59.106.522 mil, em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 60.780.290 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deveu-se principalmente a captação de recursos, pela Eletronorte, no montante de R\$ 820.000 mil, com o objetivo de quitação de passivos mais onerosos e reforço de caixa, tendo prazo de pagamento de 5 anos, sendo o montante de R\$ 140.000 mil por meio de cédula de crédito bancário e R\$ 680.000 mil por meio de nota de crédito à exportação.

Disponibilidades

As disponibilidades apresentaram uma redução de R\$ 4.669.557 mil ou 19,2%, passando de R\$ 24.343.863 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 19.674.306

mil em 31 de dezembro de 2023.

Dívida Líquida

Com relação à evolução da dívida líquida, notou-se um aumento de R\$ 7.000.839 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, saindo de um valor de R\$ 34.762.659 mil em 31 de dezembro de 2022 para um valor de R\$ 41.763.498 mil em 31 de dezembro de 2023. Essa variação se deveu principalmente aos empréstimos e financiamentos a pagar de longo prazo, que variaram R\$ 2.132.309 mil, de R\$ 51.581.752 mil em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 49.449.443 mil em 31 de dezembro de 2023.

Liquidez Imediata

O indicador de Liquidez imediata apresentou uma redução de 0,2 pontos percentuais, passando de 0,92 em 31 de dezembro de 2022 para 0,72 em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deveu-se principalmente pela redução da disponibilidade.

Alavancagem Líquida

O indicador de Alavancagem Líquida apresentou um aumento de 5,82 pontos percentuais, passando de 31,31% em 31 de dezembro de 2022 para 37,13% em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deveu-se principalmente ao impacto de variação da dívida líquida conforme explicado acima.

b. estrutura de capital

O indicador medido pela relação entre passivo de terceiros e passivo total foi de 57,92% no em 31 de dezembro de 2023.

A proporção entre o total de financiamentos provenientes de fontes de capital próprio e os provenientes de fontes de capital de terceiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de 72,66%.

A tabela abaixo demonstra a evolução destes indicadores no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Capital Próprio x Capital de Terceiros				
<i>R\$ mil, exceto percentuais</i>	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%
Capital de Terceiros				
Passivo Circulante	27.159.791	10,18%	26.440.876	9,78%
Passivo Não Circulante	127.433.219	47,74%	132.747.950	49,13%
Total Passivo	154.593.010	57,92%	159.188.826	58,91%
Capital Próprio				
Patrimônio Líquido	112.464.644	42,11%	111.028.636	41,09%
Total do Patrimônio Líquido	112.464.644	42,11%	111.028.636	41,09%
Total (Cap. Próprio + Cap. Terceiros)	267.057.654	100,00%	270.217.462	100,00%
<i>Capital Próprio/Capital de Terceiros</i>	<i>72,75%</i>		<i>69,75%</i>	

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações.

Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Com base nas informações descritas a seguir, que incluem o perfil de endividamento da Companhia, com o respectivo cronograma de amortização e suas disponibilidades, lidos em conjunto aos índices de liquidez descritos em "Avaliação de Indicadores" do item 2.1 (a) e considerando a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos nos mercados financeiro e de capitais, a administração da Companhia entende que, na data de submissão desta Seção 2 do Formulário de Referência, a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de amortização para pagamento dos empréstimos, financiamentos, *bonds* e debêntures, que totalizavam R\$60.780.291 mil, em 31 de dezembro de 2023:

Empréstimo, Financiamentos, Bonds e Debêntures			
<i>Fluxo de Amortização</i>			
31/12/2023			
<i>(em milhares de R\$)</i>		Saldo	AV%
Curto Prazo			
	2024	11.330.845	18,64%
Longo Prazo			
	2025	7.996.447	13,16%
	2026	7.742.228	12,74%
	2027	6.834.676	11,24%
	2028	5.682.482	9,35%
	Após 2028	21.193.611	34,87%
Total		60.780.291	100,00%

Sobre os índices de liquidez da Companhia, vide tabela constante da subseção “Avaliação de Indicadores”, na alínea "a" acima.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de capital da Companhia são financiadas por meio de recursos provenientes das suas operações e mediante financiamento com recursos de terceiros, tais como operações no mercado de capitais, como debêntures, debêntures incentivadas, notas comerciais, além de operações de financiamento bilaterais com instituições financeiras nacionais e internacionais, bem como por intermédio de eventuais operações de gestão de passivo. A Companhia ainda dispõe de autorização estatutária para realizar captações de recursos por meio de aumento de capital social autorizado.

Maior detalhamento das linhas de financiamento em aberto da Companhia pode ser encontrado no item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso seja constatada a necessidade de obtenção de recursos para realizar investimentos em ativos não circulantes e capital de giro, a Eletrobras poderia vislumbrar uma gama de alternativas como meios para viabilizar a consecução dos montantes necessários.

Para tal fim, podem-se considerar como factíveis a obtenção de: (i) financiamentos frente a instituições financeiras, (ii) o acesso ao mercado de

capitais com vistas a se financiar via emissão de títulos, seja no mercado local ou internacional, (iii) ou mesmo, caso haja disponibilidade de crédito, averiguar a obtenção de recursos em modelos similares ao já realizado no passado, junto a agências multilaterais, (iv) além de realizar operações junto a instituições financeiras na modalidade "A/B Loan".

De todo modo, ressalta-se que os prazos e condições dos financiamentos, empréstimos ou títulos que potencialmente viessem a ser emitidos devem ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos a que estão associados, da mesma forma que o custo deve ser adequado ao fluxo de caixa do projeto considerando as características de remuneração do empreendimento.

De tempos em tempos, a Eletrobras considera novas oportunidades de investimentos potenciais e pode financiar esses investimentos com recursos gerados pelas suas operações, captações de recursos junto a terceiros, como empréstimos, financiamentos e emissões de títulos de dívida, aumentos de capital ou outras fontes de custeio que possam estar disponíveis na ocasião em questão.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Financiamentos tomados pela Companhia:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras se valeu de (i) empréstimos e financiamentos locais junto a instituições financeiras privadas e públicas; e (ii) emissão de valores mobiliários (debêntures e notas comerciais) no mercado local.

Em suma, como contratos relevantes da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2023, podem-se apontar:

- (i) *Bonds* emitidos em 2020 (com vencimentos em 2025 e 2030);
- (ii) Debêntures e Notas Comerciais emitidas pela Companhia e/ou suas controladas;
- (iii) Dívidas oriundas de contratos das linhas do BNDES, seja diretamente com esse banco (Contratos Diretos) ou indiretamente via repasse de outras instituições financeiras (Contratos de Repasse); e
- (iv) Dívidas junto à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e Vibra Energia S.A.

("Vibra Energia") assumidas por conta da privatização de distribuidoras de energia elétrica, controladas pela Companhia previamente à sua privatização.

Os referidos contratos, juntos, totalizam 81,45% da dívida bruta captada pela Companhia, em 31 de dezembro de 2023. As Empresas Eletrobras, em 31 de dezembro de 2023, eram partes em contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos, *bonds* e debêntures, que totalizavam R\$ 60.780.291 mil, sendo que R\$11.330.845 mil representavam obrigações de curto prazo e R\$ 49.449.445 mil correspondiam a obrigações de longo prazo.

Os diretores acreditam que a Companhia tem, ao longo dos últimos exercícios, gradativamente, adequado o perfil de sua dívida, inclusive por intermédio de operações de gestão de passivos, tornando-o não somente compatível com seus compromissos e sua geração de caixa, mas também aderente a uma gestão mais eficiente e competitiva.

Inicialmente, ilustram-se a seguir de forma mais detalhada, a relação dos principais contratos financeiros em vigor, especificamente da Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2023:

KfW: Empréstimo com o *Kreditanstalt für Wiederaufbau* ("KfW"), com aval da União, no valor de €13,3 milhões, com recursos originários de negociações de protocolos para financiamento de projetos de energias renováveis, ocorridas nos anos de 2000 e 2001, e que resultaram na assinatura do Acordo sobre Cooperação Financeira entre os governos da Alemanha e do Brasil, em 27 de novembro de 2003. A assinatura do contrato referente à primeira tranche ocorreu em 12 de dezembro de 2008. O prazo do empréstimo é de 30 anos e a taxa de juros é de 2% ao ano. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O pagamento do principal somente se iniciou em dezembro de 2018.

Em 01 de novembro de 2012, houve a assinatura da segunda tranche do contrato de financiamento celebrado junto ao KfW, no valor de €45,9 milhões, com garantia da União, contando com 5 anos de carência e com um prazo total de 30 anos. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa média ponderada de juros praticada nesse financiamento era de 2,50% ao ano. O pagamento dos juros relativos ao empréstimo é feito semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O pagamento do principal começou a partir de dezembro de 2017. Os recursos foram destinados, via repasse da Eletrobras, ao Projeto do Complexo de São Bernardo, pertencente à controlada Eletrobras CGT Eletrosul, que visa à

implantação de quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"), no Estado de Santa Catarina. O saldo em aberto dos dois financiamentos do KfW com a Eletrobras Holding, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 204.552 mil.

Adicionalmente, há o contrato da CGT Eletrosul com a Caixa Econômica Federal, para repasse dos recursos do KfW, cujo saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 214.618 mil.

Notes – Bonds (emitidos em 2020): em 04 de fevereiro de 2020, a Eletrobras concluiu processo de emissão de bonds no mercado internacional ("Bonds 2020"), realizado através de duas tranches com vencimentos em 2025 e 2030, em montantes de US\$ 500 milhões e US\$ 750 milhões, respectivamente. As tranches concernentes a esta emissão possuem cupons de juros semestrais, com taxas de respectivamente 3,625% e 4,625% ao ano e tem regime de amortização em *bullets* nas respectivas datas de vencimento. Os recursos provenientes desta captação foram utilizados para a recompra parcial (*tender offer*) dos títulos emitidos em dólares em 2011, vencidos em outubro de 2021. O saldo em aberto (efetivamente devido) para este bonds, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 6.246.018 mil.

Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida – Petrobras e Vibra Energia: conforme deliberado na 170ª AGE da Companhia, no âmbito do processo de venda de distribuidoras, a Eletrobras assumiu dívidas destas empresas junto a Petrobras e a Vibra Energia S.A. por meio dos seguintes instrumentos: (i) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas D") em 30 de abril de 2018 no montante de R\$ 4.019.086.325,95; (ii) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Amazonas D em 30 de abril de 2018 no montante de R\$ 4.028.000.043,80; (iii) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre ("Eletroacre") em 30 de abril de 2018 no montante de R\$ 224.873.052,72; (iv) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Boa Vista Energia S.A. ("Boa Vista") em 30 de abril de 2018 no montante de R\$ 140.565.427,69; (v) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Petrobras e Eletrobras, com interveniência da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. em 30 de abril de 2018 no montante de R\$

1.255.767.551,42; (vi) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Vibra Energia e Eletrobras, com interveniência da Eletroacre em 30 de abril de 2018 no montante de R\$ 80.135.033,53; e (vii) Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças celebrado entre Vibra Energia e Eletrobras, com interveniência da Boa Vista em 30 de abril de 2018 no montante de R\$ 21.979.555,51 (em conjunto, "Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida").

O valor total destas dívidas, em 31 de dezembro de 2023, era de: (i) R\$ 2.468.361 mil no que concerne aos instrumentos originalmente firmados com a Petrobras; e (ii) R\$ 24.036 mil para os instrumentos firmados originalmente com a Vibra Energia.

Debêntures da 2ª Emissão da Companhia: em 25 de abril de 2019, a Companhia emitiu 5.000.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 séries, no valor principal de R\$ 5,0 bilhões, por meio da assinatura do "Instrumento Particular da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 4 Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras" em 25 de abril de 2019 ("Escritura da Segunda Emissão de Debêntures"). O valor emitido, a remuneração e a amortização de cada série foram:

Série	Valor (em R\$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento
1ª	1,1	CDI + 0,7%	3 anos (<i>bullet</i>)
2ª	2,2	CDI + 1,0%	5 anos (<i>bullet</i>)
3ª	1,0	CDI + 1,2%	7 anos (<i>bullet</i>)
4ª	0,7	IPCA+5,1814%	Anual no 8º, 9º e 10º ano

Os valores arrecadados foram utilizados para: (i) quitação do Bonds que venceu em julho de 2019; (ii) amortização de R\$ 1,0 bilhão da dívida com a Petrobras; e (iii) reembolso de investimentos realizados em Angra 3 e na Usina de Belo Monte. O saldo devedor deste passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.160.978 mil.

Debêntures da 3ª Emissão da Companhia: em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu 2.700.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, no valor principal de R\$ 2,7 bilhões, por meio da assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de

Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A." em 14 de abril de 2021 ("Escritura da Terceira Emissão Debêntures"). O valor emitido, a remuneração e a amortização de cada série foram.

Série	Valor (em R\$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento
1ª	1,2	CDI + 1,8%	5 anos (<i>bullet</i>)
2ª	1,5	IPCA + 4,9126%	10 anos (<i>bullet</i>)

Os recursos da operação foram utilizados para necessidades de caixa da Companhia ao longo de 2021, incluindo a quitação da parcela remanescente do Bonds 2021, bem como, para reembolso de investimentos realizados em Angra 3. O saldo devedor deste passivo, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 3.019.231 mil.

Debêntures da 4ª Emissão da Companhia: em 15 de setembro de 2023, a Companhia emitiu 7.000.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, no valor principal de R\$ 7 bilhões, por meio da assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A." em 25 de agosto de 2023 ("Escritura da Quarta Emissão Debêntures"). O valor emitido, a remuneração e a amortização de cada série foram.

Série	Valor (em R\$ bilhão)	Taxa de juros	Vencimento
1ª	4,0	IPCA + 6,3170%	8 anos (<i>bullet</i>)
2ª	3,0	CDI + 1,55%	5 anos (<i>bullet</i>)

Os recursos da operação foram utilizados para necessidades de caixa da Companhia ao longo de 2023, incluindo a quitação da 1ª Emissão de Nota Comercial da Companhia. O saldo devedor deste passivo, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 6.992.591 mil.

Adicionalmente aos principais termos e condições dos contratos da Companhia destacados previamente, apresentam-se sucintamente outras informações concernentes a estes contratos, notadamente no que se refere à estrutura de garantias:

Sem necessidade de garantias: Os Bonds emitidos no exterior, as debêntures e os instrumentos de assunção de dívida originalmente firmados com a Petrobras não apresentam garantias, e, em 31 de dezembro de 2023, apresentam um saldo devedor total de R\$ 22.887.180 mil.

Com garantias: por sua vez, os financiamentos junto ao KfW contraídos pela Eletrobras Holding contam com a garantia da União Federal e em 31 de dezembro de 2023, apresentavam um saldo devedor total de R\$ 204.552 mil.

Uma vez mostradas as principais características atinentes aos contratos da Eletrobras (celebrados no nível da Companhia), sumarizam-se os principais pontos de destaque concernentes aos contratos das controladas da Eletrobras.

Neste contexto, observa-se que, em 31 de dezembro de 2023, estavam em vigor, e de forma destacada quanto à sua relevância, os seguintes grupos de contratos financeiros, ou credores, das controladas da Eletrobras:

Linhas BNDES Direto e via Repasse de outras instituições financeiras: os contratos da linha BNDES financiam diversos projetos corporativos das Empresas Eletrobras (originalmente firmados por Eletrobras Furnas, Eletrobras CGT Eletrosul e Eletrobras Chesf), a exemplo das usinas hidrelétricas de Batalha, Simplicio e Baguari, além de outros projetos de expansão e manutenção. Adicionalmente, há presença relevante na estrutura de financiamento da SPE Santo Antônio Energia (SAESA) e Teles Pires que após a assunção do controle pela Eletrobras Furnas e Eletrobras Eletronorte respectivamente passaram a compor a base do endividamento consolidado do grupo Eletrobras após as aquisições de controle. Deste modo, é um credor com bastante relevância dentro do universo das controladas da Eletrobras. Os financiamentos de modo global apresentam custo em um intervalo entre a TJLP e TJLP + 3,00% a.a. e IPCA + 5,38% a IPCA + 6,56%a.a., e prazos de repagamento até 2040. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo devedor dos contratos era de R\$ 8.656.237 mil. Adicionalmente, incluindo também os contratos oriundos de linha de financiamento na modalidade de repasse, que são firmados também com outras instituições financeiras repassadoras dos recursos do BNDES, apresentavam um saldo devedor de R\$ 5.973.062 mil.

31 de dezembro de 2023.

Banco do Brasil: Além da participação relevante no âmbito das linhas BNDES enquanto agente repassador em conformidade com o demonstrado no quadro anterior, tal instituição merece destaque particular por sua relevância enquanto

credor perante o grupo Eletrobras também através de créditos concedidos diretamente às empresas controladas Eletrobras Furnas, Eletrobras CGT Eletrosul e Eletrobras Eletronorte. Neste caso, mesmo sem considerar os saldos indicados previamente provenientes de recursos repassados do BNDES, o saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2023 oriundo de créditos concedidos por esta instituição totaliza um montante de R\$ 3.333.167 mil. Esses financiamentos têm seus vencimentos entre 2023 e 2029 e custo atrelado ao CDI + 1,65% a 2,25% ao ano. Adicionalmente, se incluídos também montantes correspondentes aos créditos de repasse do BNDES via Banco do Brasil, tal saldo devedor atinge em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 5.398.989 mil.

Debêntures e Notas Comerciais: As controladas da Eletrobras têm acessado, nos últimos anos, o mercado local de emissão de títulos. Observa-se que Eletrobras Furnas, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletrobras Chesf e as SPEs Santo Antônio Energia e Teles Pires detêm debêntures em seu portfólio de contratos de dívida, tanto no formato institucional quanto no formato incentivado, com prazo máximo de vencimento até o ano de 2038, com custo atrelado ao CDI ou IPCA, variando de CDI + 1,78% a 2,17% ao ano e 117,6% CDI e IPCA (+ 3,75% a 7,49% ao ano) e saldo total em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 12.901.814 mil.

Após a síntese apresentada quanto aos principais grupos de contratos/credores das Empresas Eletrobras, nota-se como informação adicional que os financiamentos tomados se dividem em contratos com garantias e sem garantias. Quando garantidos, as modalidades de garantia utilizadas são (i) garantia corporativa (fidejussória), geralmente proveniente da Companhia; ou

(ii) garantia real (em especial, cessão fiduciária de direitos creditórios, penhor de recebíveis ou penhor de ações, sendo neste último caso aplicável para dívidas oriundas de projetos constituídos como SPEs que sejam consolidados no resultado do grupo, com destaque para a SPE SAESA).

Adicionalmente, importa destacar que alguns dos contratos apresentam *covenants* financeiros, notoriamente as emissões de debêntures, o que em sua grande maioria é associado à manutenção de índices de endividamento medidos com base na razão entre a Dívida Líquida e o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ("EBITDA") ou EBITDA Ajustado.

O quadro a seguir apresenta a composição da dívida da Eletrobras e suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, consolidada por segmentos e moedas:

	Taxas anuais em 31/12/2023		CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	Mínima	Máxima	31/12/2023	31/12/2023
Moeda Nacional				
Mercado de capitais ¹	3,58%	16,24%	14.172.801	27.074.612
Bancos de fomento ²	2,49%	11,55%	11.188.645	16.735.742
Mercado bancário ³	2,94%	17,02%	-	5.103.955
Fundos setoriais ⁴	5,00%	5,00%	1.319.921	1.319.921
Outras Instituições ⁵	5,42%	14,82%	3.005.360	3.646.220
			29.686.727	53.880.450
Moeda estrangeira				
Mercado de capitais ¹	3,63%	4,63%	6.246.018	6.246.018
Bancos de fomento ³	2,00%	4,02%	204.552	419.170
Mercado bancário ³	6,60%	6,60%	-	234.652
			6.450.570	6.899.840
			36.137.297	60.780.290
Encargos				
Principal			1.035.105	1.640.901
Circulante			6.747.317	9.689.946
			7.782.422	11.330.847
Não Circulante				
			28.354.875	49.449.443
			36.137.297	60.780.290

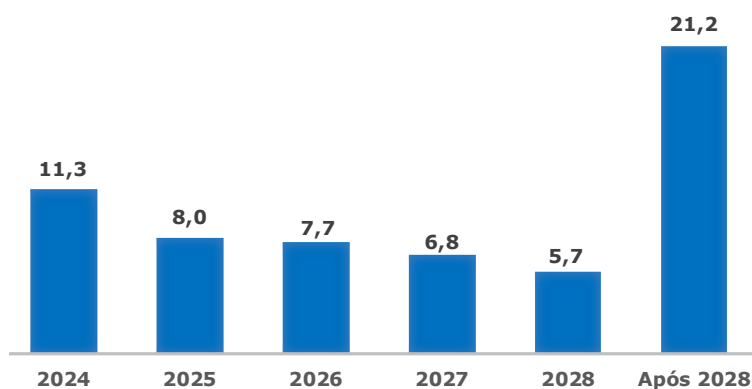
¹ O saldo refere-se aos bônus, debêntures e notas comerciais;

² O saldo refere-se às operações com BASA FNO, BNDES, BNB e FINEP;

³ O saldo refere-se aos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras; e

⁴ O saldo refere-se a Reserva Global de Reversão (RGR);

O gráfico a seguir apresenta cronograma de amortização do endividamento consolidado, em R\$ bilhões.



Garantias prestadas pela Eletrobras

As Empresas Eletrobras obtiveram sucesso em diversos leilões da ANEEL realizados em anos anteriores e, por conseguinte, são responsáveis pela execução de projetos nas áreas de geração e transmissão, individualmente ou em parcerias nas SPEs das quais fazem parte.

Assim sendo, de modo a compor a estrutura de financiamento para referidos projetos, foram negociadas operações de financiamento nos quais a Eletrobras

concedeu garantia corporativa em parcela relevante, porém sempre limitada à proporção da participação das controladas no capital do projeto nas situações em que se referirem a empreendimentos executados por SPEs. A exposição total em garantias é, em parte, composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos no formato de SPEs nos quais haja participação acionária da Companhia ou suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2023, estas garantias totalizam o montante de R\$25.756.842, apresentadas no quadro abaixo:

Empresas Não Controladas			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2023 (R\$ mil)	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	13.978.841	2042
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	3.151.036	2034
Eletrobras	Angra III (b)	3.141.268	2036
Eletrobras	Angra III (b)	2.795.369	2038
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	871.999	2035
Eletrobras	UHE Sinop	563.615	2038
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	533.477	2038
Eletrobras	Amazonas Energia (a)	257.153	2026
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	101.757	2033
Eletrobras	Angra I (b)	79.146	2027
Chesf	UHE Sinop	75.640	2032
Eletronorte	UHE Sinop	75.640	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí II	65.148	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí I	64.736	2032
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	2.017	2028
Garantias empresas não controladas		25.756.842	

a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia, com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

b) A Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, estabeleceu que a Eletrobras e as suas subsidiárias permanecem obrigadas a manter a garantia oferecida a terceiros, em contratos firmados anteriormente à desestatização. Em decorrência de tal previsão, ficam mantidas em sua integralidade as garantias oferecidas pela Eletrobras em operações da Eletronuclear, mesmo após a conclusão do processo de capitalização e consequente alteração de controle da Eletronuclear. Tal situação se aplica aos contratos de dívida firmados pela Eletronuclear nos quais, no âmbito da estrutura de garantias vigentes, a Eletrobras figura diretamente como garantidora e/ou obrigada à prestação integral de suporte de acionista em caso Inadimplemento da tomadora.

Quanto às garantias fornecidas especificamente em empréstimos das controladas são apresentadas de forma segregada, por já constarem seus saldos

registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

O montante garantido neste caso é de R\$ 17.945.866 mil, em 31 de dezembro de 2023, e é apresentado no quadro abaixo:

Empresas Controladas			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2023 (R\$ mil)	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Santo Antônio	5.512.526	2038
Eletrobras	Teles Pires	1.604.112	2036
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	1.017.764	2029
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	1.045.090	2028
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	1.044.830	2027
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 4	729.858	2028
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	603.127	2029
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 5	583.638	2028
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	522.545	2027
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	522.415	2026
Eletrobras	Emissão de Nota Comercial - Furnas	521.651	2025
Eletrobras	Teles Pires	439.398	2032
Eletrobras	UHE Santo Antônio	433.894	2030
Eletrobras	Emissão de debêntures - Quitação dos contratos BNDES	333.638	2028
Eletrobras	UHE Santo Antônio	292.212	2024
Eletrobras	Emissão de debêntures - CGT Eletrosul	259.621	2028
Eletrobras	Emissão de debêntures - CGT Eletrosul	228.803	2025
Eletrobras	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	205.078	2028
Eletrobras	UHE Simplício	203.838	2026
Eletrobras	Diversos - AmGT	194.647	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	162.324	2029
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	152.396	2024
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 3	140.724	2028
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	133.144	2033
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	129.139	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	115.202	2031
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia	114.545	2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012 - 2014	113.230	2029
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	112.830	2034
Eletrobras	UHE Mauá	111.586	2028
Eletrobras	Transmissora Delmiro Gouveia	92.914	2032
Eletrobras	UHE São Domingos	77.536	2028
Eletrobras	UHE Passo de São João	43.560	2026
Eletrobras	Transmissora Delmiro Gouveia	43.518	2031

Eletrobras	UHE Batalha	39.715	2025
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	35.740	2029
Eletrobras	UHE Baguari	11.381	2026
Eletrobras	RS Energia	11.505	2027
Eletrobras	RS Energia	6.194	2027

Garantias empresas controladas

17.945.866

Empréstimos garantidos pela União Federal

Conforme citado previamente, nos termos da Lei n.º 14.182, de 12/07/2021, que dispôs sobre a desestatização da Companhia, as garantias providas pela União em dívidas da Eletrobras ou suas empresas controladas previamente ao processo de privatização serão mantidas.

Neste caso, a tabela a seguir apresenta os contratos existentes no grupo Eletrobras na data-base de 31 de dezembro de 2023 com garantia provida pela União Federal:

Empresa	Tipo de Garantia/Empréstimo	Saldo Devedor Total (R\$ mil)	Saldo Garantido
Eletrobras	KfW 13 MM	52.072	100,00%
Eletrobras	KfW 45 MM	152.480	100,00%
TOTAL		204.552	

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras não possuía outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras sob o aspecto de passivo financeiro que não as já indicadas neste item 2.1, alínea (f), item (i).

ii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos, financiamentos e títulos, locais ou internacionais, da Companhia eram compostos por dívidas com garantia real e quirografárias, não havendo qualquer cláusula contratual de subordinação. Dessa forma, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas nas demonstrações financeiras da Companhia dar-se-á na seguinte ordem, de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"): (i) créditos trabalhistas; (ii) os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos quirografários; (v) multas e penas pecuniárias; (vi) créditos subordinados; e (vii) os juros vencidos após a decretação da falência.

Em 31 de dezembro de 2023, do saldo de empréstimos, financiamentos, bonds

e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia, 29,6% possuem garantias reais.

Exercício Social 31/12/2023 – em R\$ mil						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Título de dívida	Garantia Real	685.715	830.726	1.297.329	3.244.166	6.057.935
Financiamento	Garantia Real	1.335.898	2.579.610	3.695.542	3.980.229	11.591.278
Empréstimo	Garantia Real	144.870	77.053	91.879	-	313.802
Financiamento	Quirografárias	1.659.342	1.551.220	962.649	1.386.087	5.559.299
Título de dívida	Quirografárias	2.849.286	7.474.774	8.430.200	8.369.680	27.123.941
Empréstimo	Quirografárias	4.655.734	3.225.291	2.156.988	96.022	10.134.035
Total		11.330.845	15.738.675	16.634.587	17.076.184	60.780.290

iii. Restrições contratuais

Contratos relevantes - Eletrobras na qualidade de devedora

A seguir são apresentados em nível mais detalhado, no âmbito de contratos da Companhia, restrições contratuais relevantes vigentes:

Loan and Progame Agreements - Kreditanstalt für Wiederaufbau: O *Loan and Progame Agreement* 2012 (KfW) prevê que uma mudança na situação legal, mudança no controle ou mudança nos objetivos comerciais do devedor é um evento de inadimplemento, desde que tal mudança, no julgamento razoável do KfW, possa ser materialmente prejudicial aos interesses do KfW. Ainda, o contrato prevê que a Companhia não poderá onerar ou vender os ativos financiados pela KfW antes da quitação da dívida sem a prévia anuência do credor.

Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida - Petrobras: As obrigações decorrentes dos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida podem ser declaradas antecipadamente vencidas, nas seguintes hipóteses, entre outros:

- (i) sucessão da devedora, ou qualquer modalidade de reorganização societária que importe em alteração do controle acionário da devedora, sem a prévia anuência dos credores, exceto quando resultante de um processo de desestatização em decorrência de lei de iniciativa do Poder Executivo, desde que tal lei não afete a liquidez de quaisquer garantias ofertadas nos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida ou em qualquer outro documento; e
- (ii) não atingimento, pela devedora (1) da manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x vezes a partir do exercício social de 2020.

O item (ii) não se aplica aos contratos da Vibra Energia.

Debêntures da 2ª Emissão da Companhia: As obrigações decorrentes da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures podem ser declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses, entre outras:

- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto de subsidiárias da Companhia (conforme detalhado na escritura); (b) ocorrência de reorganizações societárias envolvendo a Companhia e/ou as subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura); (c) alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, pela Companhia e/ou pelas subsidiárias relevantes, com valor individual ou agregado detalhado na escritura e observadas determinadas exceções; (d) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações, pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia e a parcela do lucro líquido destinada à Reserva Especial de Dividendos Retido prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, caso ocorra um Evento de Alteração de Risco (conforme definido na escritura) em decorrência de uma alteração de controle, a Companhia estará obrigada a realizar uma oferta para adquirir as debêntures por um valor equivalente ao valor nominal unitário das debêntures ou valor nominal unitário atualizado das debêntures, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios aplicáveis devidos até a data de aquisição (tudo conforme definido na escritura); e
- (ii) não atingimento, pela Companhia, durante a vigência da 2ª emissão de debêntures da Companhia, da manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x a partir do exercício social de 2020.

Debêntures da 3ª Emissão da Companhia: As obrigações decorrentes da Escritura da Terceira Emissão de Debêntures da Companhia podem ser declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses, entre outras:

- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto de subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura);
- (ii) ocorrência de reorganizações societárias envolvendo a Companhia e/ou as subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura);
- (c) alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, pela

Companhia e/ou pelas subsidiárias relevantes, com valor individual ou agregado detalhado na escritura e observadas determinadas exceções; (d) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações, pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia e a parcela do lucro líquido destinada à Reserva Especial de Dividendos Retido prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, caso ocorra um Evento de Alteração de Risco (conforme definido na escritura) em decorrência de uma alteração de controle, a Companhia estará obrigada a realizar uma oferta para adquirir as debêntures por um valor equivalente ao valor nominal unitário das debêntures ou valor nominal unitário atualizado das debêntures, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios aplicáveis devidos até a data de aquisição (tudo conforme definido na escritura); e

(iii) não atingimento, pela Companhia, durante a vigência da 3ª emissão de debêntures da Companhia, da manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Debêntures da 4ª Emissão da Companhia: As obrigações decorrentes da Escritura da Quarta Emissão de Debêntures da Companhia podem ser declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses, entre outras:

(i) alteração no controle acionário direto ou indireto de subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura);

(ii) ocorrência de reorganizações societárias envolvendo a Companhia e/ou as subsidiárias relevantes da Companhia (conforme detalhado na escritura);

(c) alienação de bens e ativos, inclusive de participações societárias, pela Companhia e/ou pelas subsidiárias relevantes, com valor individual ou agregado detalhado na escritura e observadas determinadas exceções; (d) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações, pagamento de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação, rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia, a seus acionistas, a qualquer título, caso a Companhia esteja em

mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia e a parcela do lucro líquido destinada à Reserva Especial de Dividendos Retido prevista nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, caso ocorra um Evento de Alteração de Risco (conforme definido na escritura) em decorrência de uma alteração de controle, a Companhia estará obrigada a realizar uma oferta para adquirir as debêntures por um valor equivalente ao valor nominal unitário das debêntures ou valor nominal unitário atualizado das debêntures, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios aplicáveis devidos até a data de aquisição (tudo conforme definido na escritura); e

(iii) não atingimento, pela Companhia, durante a vigência da 4ª emissão de debêntures da Companhia, da manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado inferior a 3,75x ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia acompanha o atendimento do *covenant* financeiro (Dívida Líquida sobre EBITDA) descrito nos contratos acima, e registra que, em 31 de dezembro de 2023, atendeu às condições de tal cláusula restritiva.

Adicionalmente, destaca-se que, em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras encontra-se adimplente com todas as obrigações assumidas nos contratos celebrados em que figura na qualidade de devedora.

Demais contratos - Eletrobras na qualidade de devedora

Os demais contratos de empréstimos e financiamentos realizados pela Companhia foram celebrados de acordo com as práticas adotadas no mercado para operações desse gênero. As obrigações assumidas (*covenants*) são as usualmente contidas nos contratos com empresas sujeitas ao mesmo tipo de risco de crédito à época das contratações.

Sendo assim, de modo geral, a Eletrobras está sujeita também a cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais mencionamos: requisitos para alteração de controle ou reestruturações societárias, conformidade às licenças e autorizações necessárias, limitação à venda significativa de ativos e demais eventos de inadimplemento usualmente contidos em instrumentos contratuais desta natureza.

Eletrobras na qualidade de garantidora

Conforme citado previamente, de modo a principalmente compor ao longo do tempo a estrutura de financiamento de projetos, foram negociadas operações de financiamento pelas controladas e/ou SPEs nas quais alguma das Empresas Eletrobras detenha participação acionária.

Nestes casos, observa-se que a Eletrobras concedeu garantia corporativa em parcela relevante destes contratos, porém importa mencionar, sempre limitada à proporção da participação das controladas no capital do projeto nas situações em que se referirem a empreendimentos executados por SPEs.

Neste contexto a Eletrobras, enquanto garantidora, bem como as empresas beneficiárias das operações garantidas, têm a obrigação de cumprir com condições restritivas/*covenants* previstos em seus instrumentos, de modo a afastar o risco de inadimplemento contratual, o que poderia potencialmente gerar impactos financeiros relevantes à empresa beneficiária/tomadora, bem como, à própria Eletrobras enquanto garantidora das operações, para honrar com uma situação de vencimento antecipado dos compromissos. Desta forma, evidenciam-se as seguintes obrigações contratuais que devem ser cumpridas pela Companhia no âmbito dos instrumentos financeiros em que figura como interveniente garantidora: i) a relação entre Dívida Líquida e o EBITDA da Companhia deve ser igual ou inferior a 4,0x, conforme a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da SPE Teles Pires, e inferior a 3,75x, conforme as escrituras da 1ª e 2ª Emissão de Debêntures da Eletrobras Eletronorte, da 1ª Emissão de Debêntures da Eletrobras Furnas e da Nota de Crédito à Exportação firmado com o Banco do Brasil pela Eletrobras Eletronorte; e ii) restrições quanto à alienação de bens e ativos, inclusive de participações acionárias, impostas à Companhia pela Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Eletrobras Furnas e 2ª e 4ª Emissões de Debêntures da Eletrobras Eletronorte.

Destaca-se que o risco quanto ao descumprimento destas obrigações é diligentemente acompanhado pelas Empresas Eletrobras de modo a, em caso de necessidade, tomar medidas de contorno tempestivas para mitigar riscos associados a potenciais eventos de inadimplemento e vencimento antecipado.

Sendo assim, dentro do contexto relativo ao cumprimento de *covenants* financeiros por empreendimentos que contam com garantias da Eletrobras e/ou de suas controladas, observa-se que no que concerne à apuração de fechamento do ano de 2023, as SPEs Chapadas do Piauí I e II não atingiu o nível mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") superior a 1,2x, previsto em seus contratos de financiamento apurado em 31 de dezembro de 2023.

Nestes casos, nota-se primeiramente que tais sociedades não compõem o resultado consolidado do Grupo em face da participação acionária da Eletrobras não representativa de controle.

A Companhia provê garantias fidejussórias no âmbito de contratos de fiança bancária vinculados às dívidas (BNDES e Debêntures, neste último caso aplicável apenas à SPE Chapada do Piauí I) destas duas sociedades. Tais garantias providas pela Companhia perfazem em 31 de dezembro de 2023, na proporção da respectiva participação acionária da Eletrobras em Chapada do Piauí I e II, montantes de R\$ 64.736 mil e R\$ 65.148 mil.

Por fim, nota-se que, a exemplo do ocorrido em descumprimentos antecedentes do ICSD por estas empresas, que as SPEs têm realizado os esforços necessários quanto à devida formalização dos *waivers* por seus credores resultantes do descumprimento deste indicador financeiro.

Exceto conforme descrito acima, na data deste relatório e em 31 de dezembro de 2023, todas as obrigações assumidas nos contratos celebrados pelas SPE e/ou pelas controladas da Eletrobras nos quais a Eletrobras é garantidora estão sendo cumpridas.

Adicionalmente, vale ressaltar que, dentre os contratos financeiros descritos no item (i) acima, os instrumentos celebrados com o BNDES (linha direta e linha repasse), os títulos de mercado de capitais interno (debêntures e notas comerciais) e externo (*Bonds 2025 e 2030*), assim como os instrumentos particulares de assunção de dívida (Petrobras e Vibra Energia) estão sujeitos a vencimento antecipado cruzado (*cross-default ou cross acceleration*), perfazendo um total de 81,45% da dívida consolidada total de Companhia.

g. *limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados*

Em 31 de dezembro de 2023, dos recursos decorrentes dos empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrobras Chesf junto ao BNB, em 2018 e 2020, 55,5% do valor total financiado ainda estavam disponíveis para saque.

Empresa	Credor	Saldo a desembolsar (R\$ mil)
Eletrobras Chesf	BNB	140.476

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Central Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras

Demonstrações de Resultado Consolidado (em milhares de reais)

	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%	AH%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37.158.908	100,00	34.074.233	100,00	9,05
Custos Operacionais	(18.673.499)	-50,25	(15.857.610)	-46,54	17,76
RESULTADO BRUTO	18.485.409	49,75	18.216.623	53,46	1,48
Despesas Operacionais	(7.947.919)	-21,39	(13.417.697)	-39,38	-40,77
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	(12.144)	-0,03	365.178	1,07	-103,33
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	10.525.346	28,33	5.164.104	15,16	103,82
Resultado Financeiro	(12.002.121)	-32,30	(4.373.595)	-12,84	174,42
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(1.476.775)	-3,97	790.509	2,32	-286,81
Resultado das Participações Societárias	2.062.090	5,55	2.369.777	6,95	-12,98
Outras Receitas e Despesas	1.143.062	3,08	186.924	0,55	511,51
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	1.728.377	4,65	3.347.210	9,82	-48,36
Imposto de renda e contribuição social correntes	(512.503)	-1,38	(1.630.034)	-4,78	-68,56
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.511.001	9,45	934.421	2,74	275,74
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	4.726.875	12,72	2.651.597	7,78	78,27
Parcela Atribuída aos Controladores	4.881.788	13,14	2.648.592	7,77	
Parcela Atribuída aos Não Controladores	(154.913)	-0,42	3.005	0,01	
LUCRO LÍQUIDO DE IMPOSTOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	(332.014)	-0,89	986.785	2,90	-133,65
Parcela Atribuída aos Controladores	(332.014)	-0,89	986.785	2,90	

Parcela Atribuída aos Não Controladores	0	0	0	0	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.394.861	11,83	3.638.382	10,68	20,79
Parcela Atribuída aos Controladores	4.549.774	12,24	3.635.377	10,67	
Parcela Atribuída aos Não Controladores	(154.913)	-0,42	3.005	0,01	-

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 aumentou em R\$3.084.675 mil, ou 9,05%, de R\$34.074.233 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para R\$37.158.908 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu em geração, principalmente devido ao aumento de R\$ 2.925 milhões da receita de Suprimento, devido à contabilização integral da receita da SAESA nos doze meses de 2023, enquanto em 2022 foi contabilizada receita referente a 6 meses, representando aumento de R\$ 1,8 bilhão e de Teles Pires, total de R\$ 272 milhões consolidada pela Eletronorte a partir do 4T23 e Baguari e Retiro Baixo. Além disso, foi observado o aumento de energia disponível para comercialização no ACL em função do processo de descotização gradual das Usinas Cotistas (20% ao ano), resultando em ganho aproximado de R\$ 830 milhões na rubrica Suprimento, sendo R\$ 490 milhões na Chesf e R\$ 340 milhões em Furnas. Aumento de R\$ 521 milhões na receita do Mercado de Curto Prazo (CCEE), como resultado da maior oferta da energia comercializada no MCP 2023. Em transmissão, principalmente devido a Receita de Operação e Manutenção, que apresentou aumento de 15% devido ao Reajuste de a RAP do contrato conforme Resolução Homologatória 3216/2023, com vigência a partir de julho/2023. Aumento também influenciado pela receita de construção dos períodos, a qual possui relação direta com os investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento. Em 2023, o aumento foi da ordem de R\$ 1,5 bilhão em relação ao ano anterior, com destaque para contratos renovados: 062/2001 de Furnas (+R\$ 770 milhões); 058/2001 na Eletronorte (+R\$ 499 milhões); e 061/2001 na Chesf (+R\$ 374 milhões).

Custos Operacionais

Os custos operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 aumentaram em R\$ 2.815.889 mil, ou 17,8%, de R\$ 15.857.610 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 18.673.499 mil

no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os custos de depreciação e amortização aumentaram em R\$ 906.915 mil ou 36,6%, passando de um montante de R\$ 2.480.692 mil no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2022 para R\$ 3.387.607 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 devido a dois principais motivos: consolidação da SAESA a partir de julho de 2022 e amortização dos novos contratos que ocorreram em função da privatização a partir de junho de 2022.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziram em R\$ 5.469.778 mil, ou 40,8%, de R\$ 13.417.697 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 7.947.919 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa refere-se à Amazonas Energia (R\$ 4.596.971 mil em 31 de dezembro de 2022), que teve o provisionamento integral de seus créditos registrados em 31 de dezembro de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os recebíveis da Amazonas Energia permanecem integralmente provisionados. A Companhia vem acompanhando a situação econômica, financeira e operacional da distribuidora, levando em consideração as informações por ela relatadas ao órgão regulador, no plano de resultados no qual inicialmente foi demonstrado equilíbrio operacional somente a partir do ano de 2025.

Remensurações Regulatórias

As remensurações regulatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 acarretaram uma variação negativa de R\$ 377.322 mil, ou 103,3%, frente ao crédito de R\$ 365.178 mil verificado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizando uma despesa de R\$ 12.144 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido passou de R\$ 4.373.595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 12.002.121 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, gerando um aumento de R\$ 7.628.526 mil, ou 174,4%. Essa variação ocorreu principalmente em decorrência dos registros de encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográfica e atualização monetária dos processos judiciais que discutem diferença de correção monetária de créditos escriturais (2ª fase) do empréstimo

compulsório e que são impactados pela variação na taxa Selic. Além disso, devido à contabilização integral do resultado financeiro da SAESA nos doze meses de 2023, enquanto em 2022 foi contabilizada referente a 6 meses.

Resultado das Participações Societárias

O resultado das participações societárias sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial reduziu em R\$ 307.687 mil, ou 12,9%, para R\$ 2.062.065 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação com o montante de R\$ 2.369.777 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu principalmente devido ao resultado de todas as participações minoritárias detidas pela Eletrobras e, entre essas variações, destaca-se positivamente a coligada CTEEP com R\$ 1.032 milhões e a SPE Serra do Facão com R\$ 113 milhões. Negativamente destacam-se a SPE Norte Energia com (R\$ 427 milhões) e a coligada Eletronuclear, com R\$ 27 milhões, impactada principalmente pela parada programada das usinas Angra I e II ocorridas no fim de 2023.

Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas apresentaram um aumento de R\$ 956.138 mil ou 511,5%, passando de um montante de R\$ 186.924 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um montante de R\$ 1.143.062 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação ocorreu principalmente devido a permuta entre Eletronorte e Neoenergia que foi finalizada em 2023, resultando na transferência da SPE Energética Águas da Pedra. Essa transação com a Neoenergia resultou em um ganho com alienação no valor de R\$ 779.785 mil. Além disso, no exercício de 2023, Furnas reconheceu ganho na variação da participação de investimento nas aquisições de ações na Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu no valor de R\$ 290.201 mil.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL, considerando o imposto diferido e corrente, passou de uma despesa de R\$ 695.613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, para uma receita de R\$ 2.998.498 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 gerando um aumento de R\$ 3.694.111 mil, ou 531,1%. Essa variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento pela MESA a título de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas sobre lucros futuros, o valor adicional de R\$ 2.454.135 mil de ativos fiscais diferidos,

totalizando um reconhecimento no ativo fiscal desta controlada indireta o montante total de R\$ 4.521.514 mil. Adicionalmente, a Eletrobras não apresentou perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações contábeis somam o valor de R\$ 3.714.444 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.714.529 mil em 31 de dezembro de 2022).

Lucro Líquido do Exercício

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2023, um lucro líquido do exercício no valor de R\$ 4.394.861 mil, em comparação ao lucro líquido de R\$ 3.638.382 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ou seja, uma variação positiva de R\$ 756.479 mil ou 20,8%, conforme explicado nos itens anteriores.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.396.363	4.333.995
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:	985.901	(1.879.305)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	(343.917)	191.767
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais	(1.564.893)	338.464
Pagamento de encargos financeiros	(5.173.424)	(3.211.343)
Recebimento da receita anual permitida - RAP	18.287.910	14.623.582
Pagamento de litígios	(2.672.962)	(4.222.504)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.930.778)	(2.607.461)
Outros	258.758	(2.767.375)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.242.958	4.799.820
Recebimento pela emissão de ações	-	30.648.282
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas	11.821.045	8.500.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal	(13.269.436)	(6.734.696)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(864.192)	(1.490.058)
Recompra de ações	(1.967.218)	-
Pagamento de obrigações com CDE e revitalização de bacias - principal	(1.455.824)	-
Outros	(1.019.506)	(851.142)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(6.755.131)	30.072.386
Recebimento de empréstimos e financiamentos	1.060.818	2.358.352

Aquisição de ativo imobilizado	(3.862.770)	(1.585.639)
Aquisição de ativo intangível	(258.371)	(32.038.772)
Aplicações financeiras líquidas (TVM)	7.209.710	4.475.913
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual	(3.269.358)	(1.652.992)
Outros	(60.611)	4.117.399
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	819.418	(24.325.739)

Provenientes das Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa proporcionados por atividades operacionais aumentaram em R\$3.443.138 mil, passando de R\$4.799.820 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$8.242.958 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação se deveu principalmente pelo recebimento de RAP, no exercício de 2023, no montante de R\$ 18.287.910 mil, R\$ 3.664.328 mil maior ao compararmos com o montante recebido em 2022 de R\$ 14.623.582 mil.

Provenientes (aplicados) nas Atividades de Investimento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nossos fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimento tiveram uma variação de R\$ 25.145.157 mil, passando de um saldo negativo de R\$ 24.325.739 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um saldo positivo de R\$ 819.418 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação ocorreu do pagamento, no exercício de 2022, do bônus de outorga no valor de R\$ 26.622.905 mil em decorrência da assinatura dos novos contratos de concessão e do pagamento do principal da obrigação assumida com a CDE no valor de R\$ 5.251.610 mil.

Provenientes (aplicados) nas Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, nossos fluxos de caixa provenientes nas atividades de financiamento reduziram em R\$ 36.827.517 mil, passando de um caixa de R\$ 30.072.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um caixa negativo de R\$ 6.755.131 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação ocorreu devido a oferta pública de ações ocorrida no ano de 2022 que acrescentou, no caixa da Companhia, o montante líquido dos gastos com emissão de ações de R\$ 30.648.282 mil. Adicionalmente, no exercício de 2023, a Companhia realizou o pagamento do principal das obrigações da lei 14.182/21 no montante de R\$ 1.455.825 mil e efetuou recompra de ações no montante de R\$ 1.967.218 mil.

2.2. Os diretores devem comentar:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais Operações com Energia Elétrica

As receitas da Eletrobras derivam da geração e transmissão de energia elétrica.

Geração: As receitas da atividade de geração derivam da comercialização da energia elétrica gerada pela Eletrobras para as empresas de distribuição e consumidores livres e da operação e manutenção das usinas cujas concessões foram renovadas conforme Lei 12.783/13. Tais receitas ocorrem pelos valores pactuados em contratos, observadas as receitas decorrentes de liquidação no mercado de curto prazo. Para concessões de geração renovadas nos termos da Lei n.º 12.783/13, a exploração acontece em regime de alocação de cotas de garantia física e há uma receita fixa, denominada Receita Anual de Geração ("RAG"). As RAGs são reajustadas anualmente e foram objeto de revisão em 2023. As cotas de garantia física objeto dos contratos firmados com fulcro na Lei n.º 12.783/13 estão sendo reduzidas em 20% a cada ano, desde janeiro de 2023, por força de regra introduzida pela Lei n.º 14.182/2021, que tratou da capitalização da Eletrobras e da celebração de novos contratos de concessão em regime de produção independente. Há também o recebimento pela prestação de serviços ancilares prestado por algumas usinas, conforme regulação prevista na Resolução Normativa ANEEL n.º 1.030/2022, os quais podem ser remunerados por tarifa de serviços ancilares (TSA) ou receita anual, conforme o caso.

Transmissão: As receitas da atividade de transmissão derivam da construção e exploração da infraestrutura de linhas de transmissão pela Eletrobras, bem como da operação e manutenção destas linhas para transporte de energia elétrica e são conhecidas como RAP, homologada pela ANEEL para cada ciclo tarifário. A RAP é obtida a partir das receitas recebidas de agentes setoriais que utilizam as instalações de transmissão da Eletrobras. O preço cobrado aos agentes setoriais que se conectam às redes de transmissão nesta atividade é regulado e conhecido por tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST"). A Eletrobras, enquanto transmissora de energia elétrica, não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. No processo de atualização monetária anual são estabelecidas também receitas para

os investimentos em reforços previstos para entrar em operação. Para concessões de transmissão renovadas nos termos da Lei n.º 12.783/13, há metodologia específica para revisão dos custos operacionais a serem reconhecidos na receita.

Outras Receitas Operacionais

As receitas operacionais provenientes de outras atividades não atribuíveis aos segmentos de geração ou transmissão são registradas pela Eletrobras em segmento "Administração". Estas incluem principalmente taxas pela administração da RGR, relativas aos contratos de financiamentos ainda geridos pela Eletrobras e que não foram transferidos para CCEE, conforme Lei 13.360 de 17 de novembro de 2016, conforme alterada ("Lei n.º 13.360/16"), devido às contratações terem ocorrido antes da vigência da lei. A Eletrobras também obtém receitas operacionais junto a companhias de telecomunicações que utilizam certas partes de sua infraestrutura para montar linhas de telecomunicações. As receitas da Eletrobras também podem advir da prestação de serviços de engenharia relacionados a obras de geração e transmissão de terceiros ou à eficiência energética.

Receitas Financeiras

Refletem as receitas provenientes da remuneração que a Eletrobras recebe a partir de aplicações em instrumentos financeiros, bem como dos juros, comissões e taxas obtidos em decorrência dos empréstimos que concede de acordo com as disposições da lei brasileira, que permite à Eletrobras atuar como financiadora de certas empresas prestadoras de serviço público controladas pela Eletrobras. Refletem ainda as receitas provenientes do acréscimo moratório sobre a energia elétrica pagos à Eletrobras, bem como o impacto de atualizações monetárias e outras receitas de natureza financeira da Eletrobras.

Receitas (despesas) monetárias e cambiais

As receitas (despesas) monetárias e cambiais referem-se principalmente aos impactos da variação da Selic e transações em moeda estrangeira em especial dólares americanos.

Com o término da receita assegurada à Eletrobras pelo Anexo C do Tratado de Itaipu, dada a sua condição de acionista da Itaipu Binacional, em junho/2022, a Companhia deixou de ter recebíveis em moeda estrangeira, aumentando, com isso, a exposição da dívida em dólar americano, principalmente relativos aos *Bonds 2025* e *Bonds 2030*, que totalizam US\$ 1,25 bilhão.

Em função disso, em abril de 2023, a Companhia celebrou contratos de derivativos (*swaps* CDI), no valor total dos *Bonds*, com objetivo de diminuir a exposição à variação cambial, atrelando à curva de juros variáveis em reais CDI, mais aderente com o perfil da dívida da Companhia, desta forma a variação cambial líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de despesa de R\$ 169.904 mil frente a despesa de R\$ 446.852 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução da despesa de R\$ 276.948 mil ou 62%.

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo às controladas Furnas, Eletronorte e Chesf obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal afetando no resultado financeiro nas rubricas de Atualizações Monetárias passivas de Obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas e Encargos. No ano de 2023 registrou-se despesas para essas rubricas no montante de R\$ 1.716.152 mil frente ao valor de despesa de R\$ 220.597 mil em 2022. No primeiro semestre de 2023 foi registrado despesa de R\$1.305.994 mil de variação monetária de CDE e Bacias frente ao valor de despesa de R\$ 126.308 mil no primeiro semestre de 2022. A variação refere-se, principalmente, ao pagamento da segunda parcela à CDE, no montante de R\$ 620.600 mil, conforme Resolução CNPE 30, de 21 de dezembro de 2021 e no âmbito do processo de desestatização da Companhia.

A variação monetária líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de despesa de R\$1.097.622 mil frente a despesa de R\$3.512.065 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento na despesa de R\$2.414.443 mil ou 68,7%.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 37.158.908 mil apresentou um aumento de R\$3.084.675 mil ou 9,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando correspondeu ao montante de R\$ 34.074.233 mil. Essa variação ocorreu em geração, principalmente devido ao aumento de energia disponível para comercialização no ACL em função do processo de descotização gradual das Usinas Cotistas (20% ao ano), resultando em ganho aproximado de R\$ 830 milhões na rubrica Suprimento, sendo R\$ 490 milhões na Chesf e R\$ 340 milhões em Furnas. Aumento de R\$ 521 milhões na receita do Mercado de Curto

Prazo (CCEE), como resultado da maior oferta da energia comercializada no MCP 2023. Em transmissão, principalmente devido a Receita de Operação e Manutenção, que apresentou aumento de 15% devido ao Reajuste de a RAP do contrato conforme Resolução Homologatória 3216/2023, com vigência a partir de julho/2023. Aumento também influenciado pela receita de construção dos períodos, a qual possui relação direta com os investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento. Em 2023, o aumento foi da ordem de R\$ 1,5 bilhão em relação ao ano anterior, com destaque para contratos renovados: 062/2001 de Furnas (+R\$ 770 milhões); 058/2001 na Eletronorte (+R\$ 499 milhões); e 061/2001 na Chesf (+R\$ 374 milhões).

Condições Macroeconômicas e Setoriais Brasileiras

O Produto Interno Bruto ("PIB") do país avançou em 2023 e encerrou o ano com crescimento de 2,9%, segundo o IBGE.

Já a inflação, medida pela variação do IPCA, encerrou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 em 5,76%. Os setores que mais impactaram a variação do IPCA foram os de saúde e cuidados pessoais, com alta de 10,74%, e de educação, com alta de 8,32%. O setor de energia elétrica residencial teve aumento de 6,17%. A inflação, medida pela variação do IPCA, encerrou 2023 em 5,76%, ficando acima da meta estabelecida pelo Banco Central (3,5%). Os setores que mais impactaram a alta do IPCA foram o de alimentos e bebidas com alta de 9,06%. O setor de energia elétrica residencial teve redução de 6,17% e a gasolina caiu 6,83%, com a então redução dos tributos federais sobre combustíveis.

Consumo de Energia Elétrica

CLASSE (Em GWh)	31.12.2023	31.12.2022	%
BRASIL	531.013	509.441	4,2
RESIDENCIAL	164.323	152.771	7,6
INDUSTRIAL	188.268	184.507	2,0
COMERCIAL	97.716	92.495	5,6
OUTROS	80.705	79.668	1,3

Fonte: EPE – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica

Mercado de Energia Elétrica

Segundo a EPE, o consumo do setor de energia elétrica atingiu 47.170 GWh em dezembro de 2023, alta de 9,1% em comparação com dezembro de 2022, o terceiro recorde consecutivo de consumo em toda a série histórica, desde 2004.

O consumo industrial também avançou em comparação com dezembro de 2022. O ano de 2023 encerra com consumo acumulado de eletricidade de 531.013 GWh, alta de 4,2% comparado com 2022.

Provisão de Contingências Judiciais de Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía, de forma consolidada, aproximadamente, 3.374, processos provisionados relativos a este tema (comparativamente ao ano anterior, 3.703 processos em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia pretende continuar a defender sua posição e entendimento nos processos em andamento e em processos futuros, mas reconhece que o litígio em questão é fundamentalmente incerto e imprevisível, de modo que a Companhia se esforça para que o provisionamento realizado reflita razoavelmente o que acredita ser o resultado provável, com base em sua análise do panorama jurídico em evolução. Entretanto, a Companhia pode precisar alterar suas disposições se um ou mais tribunais se afastarem dos precedentes favoráveis que a Eletrobras tem seguido nesta matéria, o que poderia afetar adversamente sua condição financeira e os resultados das operações.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção dos juros pagos e juros remuneratórios). Quadro abaixo em R\$/mil, em 31 de dezembro de 2023.

Composição do Valor provisionado – Provável

Principal	4.231.929
Correção Juros Pagos	24.475
Juros Remuneratórios	2.637.436
Juros Moratórios	9.521.203
Honorários	749.652

Demais Demandas	98.872
Total Provisionado	17.263.567

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida uma reversão, líquida de constituição no montante de R\$ 1.937.088 mil, perfazendo um montante total de R\$ 17.263.567 mil, referente aos processos do Empréstimo Compulsório.

Empréstimo compulsório – Acordos judiciais

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário por meio de celebração de Acordos. Desde o último trimestre de 2022, quando iniciou as negociações, a Eletrobras reduziu o total de R\$ 7,9 bilhões por meio dos referidos Acordos, sendo R\$ 7 bilhões durante o ano de 2023, assumindo o compromisso de pagar aproximadamente R\$ 5,3 bilhões, parte em dinheiro e parte com ativos (como participações em empresas coligadas), resultando, portanto, em uma economia para a Eletrobras de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em relação ao risco provisionado para esses processos judiciais. Até 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras já efetuou o pagamento de R\$ 4,5 bilhões referentes a todos os acordos celebrados e aguarda decisão judicial de homologação dos Acordos e extinção dos respectivos processos judiciais para pagamento do saldo de R\$ 0,9 bilhão.

Ativo Contratual de Transmissão

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão.

A movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir (em R\$/mil):

	Furnas ¹	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.172.584	18.457.564	10.889.686	6.692.504	61.212.338
Receita de construção	0	709.311	642.678	359.218	2.960.792
Receita financeira	2.931.600	2.201.144	1.271.976	731.361	7.136.081
Remensurações regulatórias - Transmissão	-	184	-350	-11.978	-12.144
Transferências			-	-21.778	-21.778
Amortização	-4.822.141	-3.313.874	-1.797.802	-1.018.929	-9.902.824
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	24.763.617	10.773.184	6.654.610	61.052.210

A Companhia utiliza o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras,

¹ Os valores de Furnas correspondem à posição consolidada.

do ano de início de cada contrato, como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com fluxos previstos de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados monetariamente substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPM.

Em julho de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.216, que estabeleceu as RAPs para o ciclo 2023-2024 (em R\$/mil):

No terceiro trimestre, a partir da divulgação da ANEEL, a Companhia calculou o valor presente das parcelas das RAPs, relativas à construção dos empreendimentos de transmissão, considerando a taxa de remuneração de cada contrato de concessão, e confrontou-o com o saldo do ativo contratual. A diferença entre o valor presente recalculado e o saldo contábil do ativo contratual, quando ocorreu, foi registrada em contrapartida ao resultado da Companhia.

Empresa Eletrobras	RAP homologada
Chesf	5.301.210
CGT Eletrosul	1.826.724
Eletronorte	3.121.348
Furnas	7.325.387
Total	17.574.669

Do saldo em 31 de dezembro de 2023 do ativo contratual da transmissão, R\$ 31.803.983 mil correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado no quadro a seguir (em R\$/mil):

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Furnas	Total
23-24	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
24-25	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
25-26	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619

26-27	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
27-28	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
Total	2.399.610	12.859.820	5.647.175	21.066.490	41.973.095

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE.

Em abril de 2023, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 085/2023, que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/ANEEL, de junho de 2022.

A emissão da Nota Técnica 085/2023 não configura decisão da ANEEL, não produzindo, portanto, efeitos práticos, pois depende de análise pela diretoria colegiada da Agência. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Impairment

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado pelo valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- (i) Dados históricos e perspectivas de futuras;
- (ii) Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,81% e 6,53% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, 4,82% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,58% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- (iii) A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 6,96% e 13,56%;

(iv) Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;

(v) Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e

(vi) A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$/mil):

	Geração	Administração	Total
Imobilizado	1.769.570	-	1.769.570
Intangível	7.078	70.431	77.509
	1.776.648	70.431	1.847.079

A movimentação de *impairment* nas UGC é como segue:

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2022	Adições/(Reversões)	Baixas	Transferências	31/12/2023
UTE Candiota	1.043.193	(225)	-	(1.042.968)	-
UTE Santa Cruz	567.253	-	-	(567.253)	-
UTE Candiota Fase B	276.877	(396)	-	(276.481)	-
Eólica Casa Nova I	234.733	31.522	-	-	266.255
UHE Batalha	78.651	(3.304)	-	-	75.347
UTE Aparecida óleo	46.258	-	-	-	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
PCH Funil	39.098	(39.098)	-	-	-
Eólica Coxilha Negra	-	591.926	-	-	591.526
UHE Samuel	-	261.886	-	-	261.886
PCH João Borges	-	57.523	-	-	57.523
PCH Rio Chapéu	-	48.392	-	-	48.392
Eólica Coxilha Seca	-	47.358	-	-	47.358
Ibirapuitã	-	11.123	-	56.551	67.674
Outros	199.918	(59.617)	(1.246)	62.715	201.770
	2.620.752	956.492	(33.160)	(1.767.436)	1.776.648

Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que não apresentaram perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*impairment*)

As UGC que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10% para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Destaca-se que três UGC ficaram no limite de não apresentar *impairment*, e uma variação positiva de 5% na taxa de desconto faria com que elas apresentassem necessidade de provisionamento, são (i) UHE Curuá-uma da Eletronorte, a UHE Casa Nova II da Chesf e a UEE Complexo Pindaí I da Chesf. Em contrapartida, um aumento da taxa de desconto gera uma redução na onerosidade dos contratos.

Usina Termonuclear (UTN) - Angra 3

Após a reestruturação societária estabelecida pela Lei n.º 14.182/22 (vide nota 1.2), a Companhia deixou de consolidar o montante de R\$4.508.765 mil referente ao *impairment* registrado na usina Angra 3.

O valor provisionado pela coligada Eletronuclear decorre, substancialmente, da ausência, até o presente momento, da homologação da tarifa do empreendimento pelo CNPE, sendo considerada em caráter provisório a tarifa de referência aprovada em 2018 e atualizada pela inflação.

O BNDES, contratado pela Eletronuclear também no âmbito da Lei 14.120, está executando os estudos necessários para a atualização dos cálculos da tarifa que serão submetidos ao CNPE.

A tarifa a ser definida considera as premissas da Resolução do CNPE nº 23, 20/10/2021, que estabelece diretrizes para a definição do preço da energia da Usina Termelétrica Nuclear Angra 3, dentre elas, a premissa de custo de capital próprio de 8,88% ao ano, em termos reais ao longo do prazo do contrato de comercialização da energia elétrica produzida pela usina, observados os princípios da razoabilidade e da modicidade tarifária. Estima-se para o 2º semestre de 2024 a definição da tarifa de Angra 3.

O BNDES também tem como escopo de trabalho contratado a execução dos estudos e a elaboração dos documentos necessários que permitam que a Eletronuclear realize uma licitação internacional para a contratação das obras que finalizarão a UTN Angra 3 (Fase 2). Dentre os estudos contratados, está a revisão do cronograma de implantação, que inicialmente apontava para a entrada em operação comercial em 2027, posteriormente revista para julho de 2028, conforme aprovação da Diretoria da Eletronuclear em janeiro de 2021.

Entretanto, atualmente, pelos atrasos sucessivos, estima-se como data de entrada em operação comercial o último trimestre de 2030. Adicionalmente, parte desses estudos que englobam, dentre outras rubricas, orçamento e cronograma do empreendimento deverão estar concluídos em julho de 2024, quando então a Eletronuclear, após os trâmites internos de governança e a aprovação do valor da tarifa pela CNPE, poderá avançar com o lançamento da licitação para a contratação do EPC, hoje previsto para o 1º trimestre de 2025.

Uma vez escolhido o consórcio vencedor da licitação internacional estima-se a assinatura do contrato para o 2º semestre de 2025, com o consequente início de obra para o 1º trimestre de 2026. Ressalva-se que tais informações são previsões, uma vez que os estudos e a modelagem do projeto Angra 3, levados

a cabo pelo BNDES, estão em fase de revisão.

Quanto ao andamento do Plano de Aceleração da Linha Crítica, Fase 1 da obra, contratados diretamente pela Eletronuclear, o mesmo encontra-se parcialmente paralisado, em função da não renovação do alvará de construção por parte da Prefeitura de Angra dos Reis, resultando em um embargo do projeto, além de diversos problemas na qualidade da execução dos serviços enfrentados pelo consórcio AGIS, impedindo o avanço físico do empreendimento.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A desvalorização do real em relação ao dólar americano e o fato de a Eletrobras deter parcela de seus recebíveis indexados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar americano, impactou positivamente a receita decorrente das variações cambiais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou uma perda de R\$ 276.948 mil em comparação ao resultado de R\$ 446.852 mil para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No tocante às atualizações monetárias líquidas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 2.414.443 mil, em comparação com um resultado negativo de R\$ 1.097.622 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Eletrobras, quando relevante

Variações na Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

Em abril de 2023, a Companhia contratou operação de derivativo denominada *Cross Currency Swap* no valor nominal de R\$ 6.318.173 mil, com o objetivo de proteger os *bonds* emitidos em relação à variação cambial, assumindo posição

passiva em reais e à mudança de valor do passivo atrelado à curva de juros variáveis em reais (CDI).

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o hedge dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

Os principais insumos da Eletrobras são a energia comprada para revenda e o combustível para a produção de energia elétrica. A energia comprada para revenda pela Eletrobras foi de R\$ 3.117.655 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação a R\$ 3.028.226 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição da despesa de 3% ou R\$ 89.429 mil.

O gasto com combustível para a produção de energia correspondeu a R\$ 2.042.126 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 2.085.996 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma diminuição de 2,1% ou R\$ 43.870 mil.

2.3. Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Administração da Companhia informa que o relatório dos auditores independentes das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentou a seguinte ênfase:

“Situação operacional das empresas controladas indiretas, coligadas e controladas em conjunto”

Conforme mencionado na Nota 18.8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas indiretas Madeira Energia S.A. e Teles Pires Participações S.A., a coligada Lajeado Energia S.A. e as controladas em conjunto Norte Energia S.A., Chapecoense Geração S.A. e Vamcruz I Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2023. As circunstâncias das controladas indiretas, coligadas e controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não alterações nos segmentos operacionais no exercício social encerrado em 2023.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em setembro de 2023, ocorreu o fechamento do contrato de Ações e Outras Avenças entre a Companhia e a Neoenergia S.A., tendo sido praticados os atos necessários pelas partes. Este acordo envolveu a transferência para Eletrobras das: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; e (iii) Pagamento da importância de R\$ 453.982 mil. Como parte da negociação a Eletronorte fez a cessão de 49% da EAPSA (UHE Dardanelos) e participações residuais na Neoenergia Afluente T, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern.

Em outubro de 2023, Furnas passou a consolidar 100% do capital social de Baguari I Geração de Energia S.A. (Baguari I) e Baguari Energia S.A. (Baguari Energia), que juntas compõem o Consórcio Baguari.

Em novembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição de 100% da Consórcio UHE Retiro Baixo.

Em dezembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição das participações de 51% do FIP Milão nas SPE Vale do São Bartolomeu S.A. e Triângulo Mineiro Transmissora S.A.

c) eventos ou operações não usuais

Recebimento antecipado – ENBpar

Em abril de 2023, a ENBPar quitou o saldo devedor referente à transferência da participação brasileira na Itaipu Binacional, conforme previsto na resolução do Conselho do Programa de Parceria e Investimentos – CPPI nº 221 de dezembro de 2021 e no contrato celebrado entre a Companhia e ENBpar.

Plano de Demissão Voluntária (PDV 2023)

Em 2023, a Companhia divulgou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2023) elegível aos empregados. O montante reconhecido no resultado do exercício de

2023 foi de R\$ 544.749 mil representando a adesão de 1.573 empregados.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ("EBITDA")

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de resultado financeiro líquido, Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 ("RCVM 156"). Nos termos da RCVM 156, o EBITDA é calculado utilizando-se o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O EBITDA não é uma medida de acordo com o *Generally Accepted Accounting Principles* do Brasil ("Princípios Contábeis Geralmente Aceitos", em português, ou "BR GAAP"), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Eletrobras ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Eletrobras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Eletrobras pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado é uma medição, não contábil, do potencial da geração operacional de caixa, e demonstra a capacidade do quanto a empresa pode gerar de recursos em suas atividades operacionais sem considerar a depreciação/amortização, o resultado financeiro, os impostos e os efeitos não recorrentes nas receitas e nas despesas.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos financiamentos, empréstimos e

debêntures circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários (circulante), financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) e do saldo do ativo financeiro de itaipu. A Dívida Líquida não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas.

Alavancagem Líquida

A Alavancagem Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão entre a dívida Líquida e o Total do Patrimônio Líquido. A Alavancagem Líquida não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui significado padrão e pode não ser comparável à Alavancagem Líquida elaborada por outras empresas.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Dívida Líquida / EBITDA

<i>(em milhares de R\$)</i>	Exercício social (31/12/2023)	Exercício social (31/12/2022)
EBITDA	17.019.826	11.397.859
EBITDA Ajustado	19.274.198	17.780.377
Dívida LÍQUIDA	41.446.007	34.762.659
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,15	1,96

Reconciliação do EBITDA

<i>(em milhares de R\$)</i>	Exercício social (31/12/2023)	Exercício social (31/12/2022)
Lucro Líquido do Exercício	4.394.861	3.638.382
(+) Provisão Imposto de Renda Contribuição Social	2.998.498	695.613
(+) Resultado Financeiro	12.002.121	4.373.595
(+) Depreciação e Amortização	3.621.342	2.690.269
EBITDA	17.019.826	11.397.859

Reconciliação do EBITDA Ajustado

<i>(em milhares de R\$)</i>	Exercício social (31/12/2023)	Exercício social (31/12/2022)
EBITDA	17.019.826	11.397.859
Ajuste Resultado da operação descontinuada	332.014	(986.785)
Ajuste Outras Receitas e Despesas	(1.143.062)	(186.924)
Ajuste Remensurações regulatórias – Contratos de Transmissão	12.144	(365.178)
Ajustes de Provisões	1.425.561	6.181.043
Ajustes PMSO	1.654.704	1.753.277
Outros Ajustes	(26.989)	(12.914)
EBITDA Ajustado	19.274.198	17.780.377

Alavancagem Líquida

<i>(em milhares de R\$)</i>	Exercício social (31/12/2023)	Exercício social (31/12/2022)
Dívida Líquida (A)	41.446.007	34.762.699
Total do Patrimônio Líquido (B)	112.464.644	111.028.636
Alavancagem Líquida	36,85%	31,31%

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Eletrobras entende ser importante a sua inclusão neste item. A administração da Eletrobras acredita que o EBITDA é uma medida prática para, ao lado de outros indicadores, auxiliar na avaliação de seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo setor, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A administração da Eletrobras acredita que o EBITDA, medido a partir do montante dado pela adição, ao resultado líquido do período, tão somente dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, seja uma boa aproximação do potencial de geração bruta de recursos e, por isso, um importante indicador de seu desempenho operacional.

EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado é uma medição, não contábil, do potencial da geração operacional de caixa, e demonstra a capacidade do quanto a empresa pode gerar de recursos em suas atividades operacionais sem considerar a

depreciação/amortização, o resultado financeiro, os impostos e os efeitos não ajustados nas receitas e nas despesas.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos financiamentos, empréstimos e debêntures circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza a Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários (circulante), financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante) e do saldo do ativo financeiro de itaipu. A Dívida Líquida não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas.

A Companhia utiliza a Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, a fim de auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital, pois objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros, sem a influência de efeitos tributários, por exemplo.

Alavancagem Líquida

A Alavancagem Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão entre a dívida Líquida e o Total do Patrimônio Líquido. A Alavancagem Líquida não é uma medição reconhecida de acordo com as práticas contábeis BR GAAP ou IFRS, não possui significado padrão e pode não ser comparável à Alavancagem Líquida elaborada por outras empresas.

A empresa utiliza o índice de alavancagem financeira para monitorar a relação entre o crescimento da dívida da empresa e o capital investido pelos proprietários na companhia.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Venda do complexo termoelétrico Candiota

Em janeiro de 2024, a Companhia concluiu a alienação do complexo termoelétrico de Candiota (350MW) para o grupo Âmbar Energia S.A, conforme Nota Explicativa 41 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), a assembleia geral da Eletrobras poderá deliberar, por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Eletrobras. De acordo com o estatuto social da Eletrobras, sobre o lucro líquido do exercício: (i) 5% será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações, que atualmente é de 20% do capital social; (ii) no mínimo 25% do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da reserva legal de que trata o caput deste artigo, será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia; e (iii) até 75% do lucro líquido ajustado será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% do capital social integralizado.</p> <p>Além disso, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações a Companhia, por deliberação da assembleia geral de acionistas, poderá aprovar proposta de sua administração, reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital, por ela previamente aprovado.</p>
a.i. valores das retenções de	No exercício social encerrado em 31 de

<p>lucros</p>	<p>dezembro de 2023, a Companhia registrou lucro líquido de R\$4.550 milhões. A Assembleia Geral Ordinária da Eletrobras a ser realizada em 26 de abril de 2024 deliberará proposta de destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido do exercício, correspondentes a R\$227 milhões deverá ser destinado à reserva legal.</p> <p>Conforme previsto no artigo 50, II, do Estatuto Social vigente da Companhia, até 75% do lucro líquido do exercício social poderá ser destinado à reserva estatutária de investimentos. Desta forma, a administração propôs que o montante de R\$3.026 milhões, correspondente a 66,5% do lucro líquido do exercício, seja destinado à reserva estatutária de investimentos.</p> <p>Por fim, foi submetida proposta de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, de forma que seja retido o lucro acumulado equivalente a R\$373 milhões.</p>
<p>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a proposta (i) de retenção de lucro para reserva legal e reserva estatutária de investimentos, somadas, perfazem o percentual de 71,5% do lucro líquido apurado no exercício; (ii) a proposta de retenção de lucro nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações perfaz o percentual de 100% do lucro acumulado.</p>
<p>b. regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>O estatuto social assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou</p>

juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, observada a política de distribuição de dividendos. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

O estatuto social da Eletrobras não prevê que a ação preferencial de classe especial (golden share) terá prioridade na distribuição de dividendo, mas prevê que as ações preferenciais classe “A” e “B” terão prioridade na distribuição de dividendos, nos seguintes termos:

(i) As ações preferenciais da classe “A”, que são subscritas até 23 junho de 1969, e as decorrentes de bonificações a elas atribuídas terão prioridades na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de oito por cento ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente; e (ii) as ações preferenciais da classe “B”, que são subscritas a partir de 23 de junho de 1969, terão prioridade na distribuição de dividendos, este incidentes à razão de seis por cento ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente.

	<p>As ações preferenciais da Eletrobras de classe “A” e “B” participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias e com a ação preferencial de classe especial na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos descritos nos itens (i) e (ii) acima, sendo assegurado à cada ação preferencial da classe “A” e “B” da Eletrobras o direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária. O dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais deverá ser distribuído sempre que apurado lucro líquido.</p>
<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>O Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, apesar de não tê-lo feito no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, poderá determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.</p>
<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Eletrobras serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>De acordo com seu estatuto social, a Eletrobras deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da</p>

	<p>Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Eletrobras poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a assembleia geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Eletrobras, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de investimentos ou retenção nos termos de orçamento de capital aprovado nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>A Eletrobras possui política de distribuição de dividendos formalmente aprovada pelo conselho de administração da Companhia, a qual encontra-se disponível para consulta no site de relação com investidores da Eletrobras (https://ri.eletrabras.com/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br).</p>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii) contratos de construção não terminada; e iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos detidos pela Eletrobras estão registrados no balanço patrimonial. A Eletrobras não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Eletrobras que não aparecem no balanço patrimonial ou divulgados em notas explicativas como é o caso das ações judiciais com classificação de risco possível.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Eletrobras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O total dos investimentos realizados pela Eletrobras, no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 9,0 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 60% em relação ao mesmo período do ano anterior. Deste total, R\$ 6,8 bilhões correspondem a gastos corporativos e R\$ 2,2 bilhões em parcerias. Destaque para: (i) o empreendimento de geração Coxilha Negra, com R\$ 933 milhões; (ii) os investimentos em Ampliação e Reforços e Melhorias de transmissão, com R\$ 2,6 bilhões; e (iii) as operações de M&A, com valor de R\$ 2,0 bilhões.

Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 2,7 bilhões em Geração, R\$ 3,5 bilhões em Transmissão e R\$ 552 milhões em outros.

R\$ Milhões	Realizado até 31/12/2023
Geração	4.332
Implantação Corporativa	
Ampliação Corporativa	1.183
Manutenção	1.545
SPEs	1.604
Transmissão	4.134
Implantação Corporativa	214
Ampliação e Reforços e Melhorias	2.459
Manutenção	855
SPEs	606
Outros	552
Total	9.018

GERAÇÃO: INVESTIMENTOS REALIZADOS DE R\$4.332 milhões

Detalhes de investimento em **manutenção** abaixo:

- R\$ 675 milhões investidos pela Chesf, sendo R\$ 117 milhões em Paulo Afonso IV e R\$ 91 milhões em Sobradinho;

- R\$ 526 milhões de Eletronorte, sendo R\$ 134 milhões para reforma de geradores e transformador elevador na usina de Tucuruí e R\$ 169 milhões em modernização das usinas térmicas da subsidiária;
- R\$ 459 milhões de Furnas, sendo R\$ 184 milhões na implantação do ciclo combinado da Térmica de Santa Cruz e R\$ 77 milhões na modernização da UHE Porto Colômbia.

Detalhe de investimento em **ampliação**:

- R\$ 963 milhões de CGT Eletrosul, sendo R\$ 933 milhões referentes ao Parque Eólico Coxilha Negra;

Com relação às SPEs, destacam-se investimentos para aquisições da UHE Baguari, da UHE Teles Pires e de Retiro Baixo.

TRANSMISSÃO: INVESTIMENTOS REALIZADOS DE R\$4.134 milhões

No segmento de Transmissão, os investimentos em **ampliação, reforços e melhorias** corresponderam a 72% do investimento Corporativo.

OUTROS

No segmento Ambiental, foram investidos R\$ 209 milhões, destacando-se realização de R\$ 72 milhões de Furnas relativos ao plano de recuperação de áreas degradadas.

i. fontes de financiamento dos investimentos

Os Investimentos são realizados com recursos próprios e com financiamentos.

ii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Dentre as operações já realizadas, sete ocorreram no ano de 2023. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2023 com um total de 74 SPEs, ou seja, uma redução de 104 SPEs em relação a dezembro de 2016.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme informações divulgadas no Relatório da Administração da Companhia:

Plantas:

Certificação da primeira planta de hidrogênio verde, com a Eletrobras se posicionando na vanguarda da transição energética global.

Certificação da UHE Itumbiara pela CCEE para produção de hidrogênio verde. A Eletrobras emerge como líder na produção de hidrogênio verde no Brasil,

posicionando-se na vanguarda da transição energética global do uso de combustíveis fósseis para renováveis.

Considerado o combustível do futuro, o hidrogênio verde desponta no planeta como a principal aposta energética da atualidade, por ser considerado como energia limpa e por possuir emissão zero de carbono. A Eletrobras já produziu as primeiras toneladas de hidrogênio verde no país, demonstrando seu potencial para contribuir significativamente para os compromissos ambientais do Brasil.

Enfrentando o desafio de necessitar energia renovável constante para a produção de hidrogênio verde, a Eletrobras dispõe de recursos e infraestrutura, incluindo uma vasta capacidade de geração de energia renovável e um sistema elétrico nacional interligado, que a posicionam como um parceiro estratégico para futuros projetos de descarbonização.

Aquisição de outros ativos:

Destaque para a conclusão de transações importantes como a aquisição de Retiro Baixo Energética e a consolidação de 100% de Teles Pires e da UHE Baguari.

Destaca-se em 2023 o acréscimo de capacidade instalada de 2.095 MW, sendo 150 MW referente ao fechamento do ciclo combinado da UTE Santa Cruz, 977 MW referentes ao aumento de participação acionária de Furnas na SPE Santo Antônio, 928 MW referentes aumento de participação acionária na UHE Teles Pires, 43 MW referente à consolidação de 100% de participação na UHE Retiro Baixo, 119 MW referentes à consolidação de 100% de participação na UHE Baguari, 6 MW consolidação de 100% de participação na EOL Ibirapuitã (Complexo Eólico Livramento) e redução de 128 MW referentes à transferência da participação de 49% da UHE Dardanelos, na operação de permuta de ações entre Eletronorte e Neoenergia.

Com relação às SPEs, destacam-se investimentos para aquisições da UHE Baguari, da UHE Teles Pires e de Retiro Baixo.

c) novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2023, no âmbito de P&D+I estiveram em desenvolvimentos cerca de 40 projetos, com montante de recursos investido da ordem de R\$ 80 milhões.

Os desenvolvimentos podem ser distribuídos nos temas de interesse da Eletrobras e do setor elétrico, tais como:

Armazenamento de energia: Usar armazenamento de energia por baterias e sistemas fotovoltaicos no serviço auxiliar de subestações 230/500 kV em substituição aos geradores diesel e como *backup* de fontes externas oriundas de concessionárias, reduzindo emissão de gases poluentes, atenuando ruídos e mitigando riscos de interrupções, incluindo o desenvolvimento de software para análise dos dados provenientes do uso da planta e desta forma poder controlar todo o despacho da planta de maneira autônoma, é o objetivo de um projeto em desenvolvimento da Subestação Messias. Também está em desenvolvimento a implantação da Planta Híbrida, em Casa Nova, às margens do reservatório da UHE Sobradinho, com sistema inteligente de operação e despacho de energia oriundo da integração de aerogerador eólico, planta solar e armazenamento por baterias, incluindo o desenvolvimento de software para análise dos dados provenientes do uso da planta, captados muitas vezes a partir do uso de diversos sensores e desta forma poder controlar todo o despacho da planta de maneira autônoma.

Modernização da operação: dentre os projetos executados pode-se destacar o Digitalização e Modernização do Sistema de Resfriamento das Unidades Geradoras da UHE Tucuruí – Sistema de Resfriamento Inteligente (Siri), que tem como ponto fundamental a automação do sistema de resfriamento da UHE por meio de uma nova malha de sensores, criação de sistema supervisório e banco de dados para a aplicação de inteligência computacional, auxiliando o gerenciamento e tomadas de decisão. Além disso, também serão aprimorados os sistemas de filtração e de tratamento da qualidade da água de resfriamento.

Comercialização de energia: o tema vem demandando desenvolvimentos principalmente com a abertura do mercado, neste sentido busca-se a previsão de preços de curto prazo utilizando *Machine Learning* e na combinação de técnicas e na aplicação específica no mercado de energia do Brasil. Buscando assertividade superior a 64% e utilização diária como apoio à decisão de comercialização de energia de toda a Eletrobras, por meio da avaliação competitiva de mais de 20 modelos independentes que consultam mais de 25 fontes de dados externas e resultam em 3 pontos futuros distintos.

Monitoramento e gestão de ativos: tema de grande relevância e demanda esforços nos diversos tipos de ativos existentes distribuídos nas instalações de geração e transmissão da Companhia. Está em andamento desenvolvimentos para disjuntores de alta tensão prevendo um sistema piloto integrado com hardware e software, capaz de antever possíveis falhas em disjuntores à gás SF6

de alta tensão, utilizando inteligência computacional, integração com a rede operativa da Eletrobras da SE Tijuco Preto. Em testes nesta subestação, também destaca-se a implantação de dispositivo eletrônico para monitoramento on-line de transformadores de corrente (TCs) que utiliza técnicas preditivas inteligentes, objetivando monitorar continuamente de forma on-line a degradação e antever anormalidades que possam acarretar falhas e/ou explosões. Foi concluído o projeto para usinas hidrelétricas, que desenvolveu e implantou um sistema de monitoramento on-line com prognóstico e diagnóstico integrado dos principais equipamentos da função geração na UHE Tucuruí, baseado na contínua avaliação dos parâmetros característicos de cada equipamento. Disponibilizou evoluções no sistema proprietário da empresa que possui capacidade analítica e disponibiliza informações ao analista de negócios para diagnóstico e prognóstico mais assertivos e com suporte de *Machine Learning* para descargas parciais.

Quanto ao desenvolvimento voltado ao Hidrogênio, a barreira técnica a ser transposta é a obtenção de um sistema que permita o acompanhamento ótimo da manutenção e operação da planta de baixo carbono via eletrólise da água instalada na UHE Itumbiara, para que se maximize a produtividade e eficiência, mantendo os custos baixos e os mantenedores atualizados das condições operativas.

Além de todo o desenvolvimento relatado a Companhia depositou nove pedidos de patentes, e obteve a concessão de três patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI): “Dispositivo para retenção de gases e água provenientes do escapamento de motores de combustão interna para lastro em aeróstato”, “Método e aparato móvel para acoplamento e desacoplamento de caixa de mola de disjuntores” e “Isolador helicoidal para fibra óptica aplicado a altos níveis de tensão”. A Eletrobras possui 112 pedidos de patentes, 32 patentes concedidas, 56 registros software e 31 registros de marca.

Destaca-se ainda os investimentos feitos no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, o maior centro de pesquisas em energia elétrica da América Latina. O grupo Eletrobras na qualidade de fundador e principal mantenedor do Cepel, aporta anualmente recursos que são revertidos em projetos e soluções para a empresa e para o setor elétrico. Em 2023, foram aportados R\$ 218,9 milhões, que foram investidos em projetos de gestão de ativos, otimização energética, novos sistemas de geração, armazenamento, resiliência de grid, dentre outros. Os aportes do Sistema Eletrobras representaram aproximadamente 71% do total de ingresso de recursos no CEPEL – a diferença

proveio da contribuição dos demais associados, da comercialização de produtos e serviços tecnológicos e de projetos com parceiros.

A missão da instituição é contribuir para o permanente aprimoramento e adequação do serviço de energia elétrica, efetivando novos padrões de qualidade e economicidade mediante ações de pesquisas, desenvolvimento, inovação, promoção e transferência de tecnologia, serviços tecnológicos de alta complexidade, constituindo-se em centro de excelência do Setor Elétrico Brasileiro.

Em 2023 foram desenvolvidos diversos projetos e soluções para as empresas Eletrobras além de licenciamentos de programas e realização de assistência técnico-científica, ensaios e serviços tecnológicos. Na tabela a seguir detalha-se a distribuição dos recursos investidos por área de atuação.

Áreas de Atuação do CEPEL	Distribuição dos recursos aportados pelo Sistema Eletrobras
Sistemas eletroenergéticos	25%
Equipamentos elétricos e sistemas inteligentes	6%
Automação, supervisão e controle de sistemas	21%
Transição energética, meio ambiente e sustentabilidade	15%
Tecnologias em gestão de ativos	23%
Eficiência energética e certificação	4%
Materiais e mecatrônica	7%
Total	100%

No contínuo aperfeiçoamento das soluções que oferece a seus fundadores, demais associados, clientes e parceiros, o CEPEL, no ano que se encerrou, promoveu diversas intervenções nos programas e softwares que desenvolve, pelas atualizações de funções, rotinas e sistemas, além da busca constante por desenvolver interfaces gráficas que facilitem o uso dessas ferramentas.

Cumprir destacar os serviços de perícia técnica para investigação da causa raiz de falhas em equipamentos, bem como ensaios em materiais e componentes utilizados nos sistemas de transmissão, geração e distribuição de todo o país. Nestas atividades, são aplicadas, inclusive, soluções desenvolvidas e validadas nos laboratórios do CEPEL para realizar medições de transitórios de tensão e investigações sobre falhas de equipamentos em campo. São atividades que requerem a multidisciplinaridade de que o Centro dispõe, seja por meio do conhecimento de seu corpo técnico qualificado, ou pela infraestrutura laboratorial diversificada.

d) *oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor*

relacionadas a questões ASG

A estratégia empresarial da Eletrobras foi desenvolvida em cima da seguinte visão: ser referência de mercado em práticas ESG e consolidar sua posição como “*Green Major*”: Eletrobras como líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões. São essas as premissas que determinam as diretrizes de gestão da empresa, transversais a toda a sua estratégia e aos demais processos da Companhia, bem como incluindo-se sua maneira de fazer negócios.

A realização de uma adequada gestão socioambiental é essencial à continuidade das operações da Eletrobras e do modelo de geração de valor, uma vez que os negócios da Eletrobras dependem diretamente de recursos naturais e envolvem impactos e relacionamentos com diversas comunidades do país, inclusive povos indígenas e comunidades tradicionais. Por isso, a Companhia atua de forma proativa na conciliação de suas atividades com a preservação do meio ambiente e o respeito às pessoas em todas as fases de seus negócios e transações, sempre em respeito aos mais altos padrões éticos e em conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários.

Para promover a adequada gestão das questões ASG, em consonância com sua estratégia empresarial, as Empresas Eletrobras possuem **[políticas](#)** que versam sobre tópicos como *compliance*, gestão de riscos, responsabilidade social, meio ambiente, entre outros. Especificamente a Política de Sustentabilidade estabelece diretrizes que norteiam ações que visam à perenidade dos negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Esta política está em processo de revisão, o qual contou com uma ampla **[consulta aos stakeholders em outubro de 2023](#)**.

As peças estratégicas da Companhia contemplam propostas a fim de capturar oportunidades adequadas ao contexto atual e aos diferenciais competitivos da Eletrobras, trazendo foco para a aspiração futura da Eletrobras de ser *Green Major*. Para isso, há as diretrizes que foram criadas para nortear a visão de curto, médio e longo prazo, entre elas a “Diretriz Referência em ESG”. Em 2023 a Eletrobras assumiu o compromisso de zerar suas emissões líquidas de gases de efeito estufa de todos os escopos até 2030, tendo a intenção de submeter seu objetivo **[NetZero](#)** à análise da Iniciativa do SBTI (*Science Based Targets Initiative*) ainda em 2024. Conforme havia anunciado, a Eletrobras iniciou o desinvestimento em plantas termoeletricas, a exemplo de Candiota no Rio

Grande do Sul, [cuja venda foi concluída em janeiro de 2024](#). A Eletrobras permanece comprometida com a Agenda 2030, por meio de nove ODS priorizados, sendo seus resultados divulgados no [Caderno ODS](#).

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Publicidade institucional

A exemplo de grandes corporações que passaram pelo processo de capitalização, a Eletrobras focou sua atuação em publicidade institucional em 2023 na comunicação sobre o reposicionamento da companhia no mercado. A campanha Eletrobrasilidade, lançada em maio, teve por objetivo mostrar que a energia gerada e transmitida pela Eletrobras está presente no dia a dia de todos os brasileiros, reforçando a ideia de que a companhia, em sua nova fase, preserva sua essência brasileira e a atuação em prol da população. Divulgada nos meios TVs aberta, fechada e conectada, internet, cinema, aeroportos e mobiliário urbano, a campanha ficou no ar até o mês de agosto, com orçamento de R\$ 47 milhões.

Patrocínio

Com o objetivo de reforçar a identificação com os atributos relacionados à inovação e à sustentabilidade, a companhia teve como destaques entre as ações patrocinadas em 2023 os projetos “Festival de Luzes do Rio de Janeiro” e “Rio Innovation Week”, além da consolidação da parceria com a Rede Brasil do Pacto Global da ONU por meio da presença no “SDGs in Brazil”, realizado em Nova York e considerado um dos maiores eventos de sustentabilidade do mundo. No segmento de esportes, foi lançado o Edital do Programa Esportivo das Empresas Eletrobras, assegurando a seleção transparente de 35 projetos com impacto direto nas comunidades de relacionamento da companhia em 25 estados brasileiros, totalizando investimento de R\$ 16 milhões, a serem desembolsados em 2024.

Responsabilidade Social

Os projetos selecionados pelos editais publicados em 2023 estão sendo realizados pela Eletrobras. Novos editais de patrocínio, doações e projetos socioambientais estão previstos para lançamento em 2024.

Projetos Sociais

Os projetos sociais e socioambientais selecionados em editais da Eletrobras realizados nos anos anteriores tiveram continuidade, bem como doações emergenciais e de bens inservíveis e outros projetos, totalizando o repasse de

R\$ 2.158 mil.

O Programa de Voluntariado iniciou sua reestruturação, incluindo a realização de um workshop, visando a uma melhor adequação à realidade e integração das empresas para transformar os programas existentes em um programa único para o grupo com diretrizes estratégicas.

Merece destaque a ação Mentoria com Energia, realizada em parceria com o Programa de Jovem Aprendiz e com o parceiro externo Instituto FESA CROMA. A ação virtual contribui para o crescimento pessoal e profissional dos mentores e mentorados, proporcionando a troca de culturas regionais dada a participação de colaboradores de diversas regiões do país em territórios onde as empresas Eletrobras estão localizadas. Em 2023 a ação ganhou o prêmio “Conexões que Inspiram”, promovido pelo Comitê Mineiro de Voluntariado.

A Eletrobras impacta de alguma forma e se relaciona com 24 etnias em 45 terras indígenas em todo o Brasil, e apoia a realização de diversos programas de compensação e etnodesenvolvimento, com investimento total em 2023 de R\$31.218 mil.

ANEXO B

Informações exigidas pelo Anexo A da Res CVM 81/2022 (Destinação do Lucro Líquido da Companhia)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$4.550 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não ocorreu declaração de qualquer dividendo ou juros sobre o capital próprio antecipados. Portanto, caso a Proposta da Administração seja aprovada, a distribuição de dividendos referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 será conforme segue:

Espécie e classe	R\$ ¹	Por ação
Preferencial classe "A"	346.525,49	2,43075137906
Preferencial classe "B"	497.885.201,48	1,82306353429
Preferencial classe especial (<i>golden share</i>)	0,40	0,40383021786
Ordinária	798.453.749,64	0,40383021786
Total	1.296.685.477,01	

¹Os valores unitários de dividendo por ação desconsideram as ações em tesouraria em 14 de março de 2024. A Companhia possui Programa de Recompra de Ações vigente, nos termos do fato relevante divulgado em 3 de janeiro de 2023. Em razão disso, até a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletrobras ("AGOE"), os valores unitários de dividendos poderão sofrer alterações.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	(R\$ mil ¹)
Lucro Líquido do exercício	4.549.774
Reserva Legal	(227.489)
Lucro Líquido Ajustado	4.322.285
Dividendo Total a ser Distribuído	1.296.685
Percentual do Lucro Líquido do Exercício Distribuído	28,50%
Percentual do Lucro Líquido Ajustado do Exercício Distribuído	30%

¹exceto percentuais

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável. A distribuição de dividendos nos termos ora propostos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não tem por base lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não ocorreu declaração de qualquer dividendo ou juros sobre o capital próprio antecipados. Portanto, o valor bruto do dividendo a ser declarado, caso a Proposta da Administração seja aprovada, será conforme segue:

Espécie e classe	R\$	Por ação
Ação preferencial classe "A"	346.525,49	2,43075137906
Ação preferencial classe "B"	497.885.201,48	1,82306353429
Ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>)	0,40	0,40383021786
Ordinária	798.453.749,64	0,40383021786
Total	1.296.685.477,01	

¹Os valores unitários de dividendo por ação desconsideram as ações em tesouraria em 14 de março de 2024. A Companhia possui Programa de Recompra de Ações vigente, nos termos do fato relevante divulgado em 3 de janeiro de 2023. Em razão disso, até a realização da AGO/E, os valores unitários de dividendos poderão sofrer alterações.

b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos, caso aprovado, será realizado em dinheiro, mediante depósito na conta corrente dos acionistas, conforme informado por cada um deles à **Itaú Corretora de Valores S.A.**, responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia.

Para os acionistas cujas ações estejam depositadas nas custódias fiduciárias da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), o pagamento será realizado diretamente à B3, por meio da sua Central Depositária, que será responsável por repassar os valores aos acionistas por intermédio de agentes de custódia.

.Caso aprovados, os dividendos serão pagos no prazo de até 60 dias contados da data da eventual aprovação, a ser oportunamente divulgada, observado o disposto no artigo 205, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital

próprio

Os dividendos não serão atualizados monetariamente ou remunerados entre a data de declaração e a data de efetivo pagamento

d. *data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento*

Farão jus aos dividendos a serem declarados na AGOE, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias e preferenciais das classes “A”, “B” e especial, de emissão da Companhia, na data da realização da AGO/E que os deliberará.

Assim, caso a AGOE seja realizada em primeira convocação em 26 de abril de 2024, as ações ordinárias e as ações preferenciais das classes “A”, “B” e especial de emissão da Companhia serão negociadas sem direito aos dividendos (*ex-dividendos*) a partir do dia 29 de abril de 2024, inclusive.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. *informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados*

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. *informar a data dos respectivos pagamentos*

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. *lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores*

	2023	2022	2021	2020
<i>Lucro líquido (milhares R\$)</i>	4.549.774	3.635.377	5.646.141	6.338.688
<i>Lucro por ação ordinária (R\$)</i>	1,98	1,83	3,54	4,06
<i>Lucro por ação preferencial A (R\$)</i>	2,18	2,00	3,89	4,47
<i>Lucro por ação preferencial B (R\$)</i>	2,18	2,00	3,89	4,47

b. *dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores por ação de cada espécie e classe*

Dividendos (R\$ mil, exceto a ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>))	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dividendos distribuídos	863.402	1.340.958	1.507.139
Ação Ordinária	444.975	922.531	1.216.367
Ação preferencial classe "A"	293	293	153
Ação preferencial classe "B"	418.135	418.135	290.619
Ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>)	0,22	-	-
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	-	-

Dividendo por ação (R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ação ordinária	0,22092893755	0,71578248571	0,943766775364
Ação preferencial classe "A"	2,05245833093	1,99153557854	1,03814345290
Ação preferencial classe "B"	1,49365168200	1,49365168208	1,03814345290
Ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>)	0,22092893755	-	-

Nos períodos referidos acima, não foram distribuídos juros sobre o capital próprio.

Até junho de 2021 os dividendos pagos pela Companhia eram atualizados monetariamente ou havia remuneração entre a data de declaração e a data de efetivo pagamento, tendo em vista que a Eletrobras estava sujeita ao Decreto n.º 2.673, de 16 de junho 1998. Desde então, em razão da privatização, essas regras não são mais aplicáveis à Companhia.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. identificar o montante destinado a reserva legal

O montante proposto para destinação à reserva legal referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 227 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido da Companhia no exercício social.

b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R\$ mil)	
Lucro Líquido do exercício	4.549.774
(-) Reserva Legal (5%)	227.489
Lucro Líquido do exercício ajustado pela constituição da Reserva Legal	4.322.285

Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, a 5% do lucro líquido do exercício será aplicado antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante de reservas de capital, de que trata o §1º do artigo 182 da Lei

das Sociedades por Ações, exceder de 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (“Dividendo Mínimo”).

O Dividendo Mínimo será distribuído entre os acionistas da Companhia observadas as seguintes condições:

- (i) os titulares de ações preferenciais da classe “A” terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 8% ao ano sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente;
- (ii) os titulares de ações preferenciais da classe “B” terão prioridade na distribuição de dividendos, estes incidentes à razão de 6% ao ano, sobre o capital pertencente a essa espécie e classe de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente;
- (iii) aos titulares de ações preferenciais classe “A” e classe “B” será assegurada ainda a participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias e com a ação preferencial de classe especial (*golden share*), na distribuição dos dividendos, depois de a estas ser assegurado o menor dos dividendos mínimos previstos nos itens (i) e (ii) acima, observado o disposto no item (iv) abaixo; e
- (iv) aos titulares de ações preferenciais classe “A” e classe “B”, ainda, será assegurado o direito ao recebimento de dividendo, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

b. informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi apurado lucro líquido de R\$4.550 milhões que, após a dedução destinada à reserva legal (R\$227 milhões), totalizou um lucro líquido ajustado de R\$4.322 milhões.

Tendo em vista a previsão legal e estatutária acerca do dividendo obrigatório, a parcela correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, correspondente a R\$1.081 milhões serão distribuídos aos acionistas da Companhia a título de dividendos obrigatórios. Adicionalmente, a administração propõe a distribuição de parcela adicional de 5% do lucro líquido ajustado, a título de dividendo adicional, correspondente a R\$216 milhões. Dessa forma, a distribuição total de dividendos proposta corresponde a 30% do lucro líquido ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$1.297 milhões, incluindo a parcela a ser atribuída aos titulares de ações preferenciais classe “A”, classe “B” e de classe especial (*golden share*).

c. *identificar se eventual parcela não paga é cumulativa*

Não aplicável, uma vez que o Estatuto Social da Companhia não prevê dividendos cumulativos.

d. *identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais*

Apuração dos dividendos total	
Classe	R\$
Ação preferencial classe “A”	346.525,49
Ação preferencial classe “B”	497.885.201,48
Ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>) ¹	N/A
¹ a ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>) não possui dividendos fixos ou mínimos estabelecidos no Estatuto Social, sendo remunerada como uma ação ordinária.	

e. *identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

Apuração dos dividendos unitários	
Classe	R\$/ação
Ação preferencial classe “A”	2,43075137906
Ação preferencial classe “B”	1,82306353429
Ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>) ¹	N/A
¹ a ação preferencial de classe especial (<i>golden share</i>) não possui dividendos fixos ou mínimos estabelecidos no Estatuto Social, sendo remunerada como uma ação ordinária.	

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. *descrever a forma de cálculo prevista no estatuto*

Nos termos do artigo 50, inciso I, do Estatuto Social da Companhia: “Depois de

constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembleia Geral, observada a seguinte destinação: [...] no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução da reserva legal de que trata o caput deste artigo.” Além disso, observa-se o detalhado na resposta ao item 9, subitem “a”, acima.

b. *informar se ele está sendo pago integralmente*

Sim. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi apurado lucro líquido de R\$4.550 milhões que, após a dedução destinada à reserva legal (R\$227 milhões), totalizou um lucro líquido ajustado de R\$4.322 milhões.

c. *informar o montante eventualmente retido*

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. *Informar o montante da retenção*

b. *descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*

c. *justificar a retenção dos dividendos*

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. *identificar o montante destinado a reserva*

b. *identificar a perda considerada provável e sua causa*

c. *explicar por que a perda foi considerada provável*

d. *justificar a constituição da reserva*

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. *informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar*
- b. *informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva*

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. *descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

Nos termos do artigo 50, inciso II, do Estatuto Social da Companhia: ““Depois de constituída a reserva legal, a destinação da parcela remanescente do lucro líquido apurado ao fim de cada exercício social será, por proposta da Administração, submetida à deliberação da Assembleia Geral, observada a seguinte destinação: [...] até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado.”

- b. *identificar o montante destinado a reserva*

Considerando a regra descrita no item ‘a’ acima, a Administração propõe que o montante de R\$3.026 milhões, equivalente a 66,50% do lucro líquido do exercício seja destinado à Reserva Estatutária de Investimentos.

- c. *descrever como o montante foi calculado*

O montante de R\$3.026 milhões destinado à Reserva Estatutária de Investimentos corresponde a 66,50% do lucro líquido do exercício:

Distribuições do Resultado	R\$ (mil)
Lucro Líquido do exercício (LL)	4.549.774
Constituição de Reserva Estatutária de Investimentos (66,50% do LL)	3.025.599

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. *identificar o montante da retenção*

Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Dessa forma, a Administração da Companhia, propõe que seja

retida parcela do lucro acumulado equivalente a R\$373 milhões, conforme detalhado abaixo no item 15 (b).

b. *fornecer cópia do orçamento de capital*

Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2024

A Companhia está propondo o pagamento de R\$1.297 milhões de dividendos aos acionistas e a retenção de R\$373 milhões, com base no artigo 196 da LSA. Como pôde ser observado pela administração, a Companhia possui orçamento de capital de R\$6,7 bilhões visando, principalmente, a amortização de dívidas financeiras captadas no passado para gastos ordinários, destacando-se a natureza de *holding* da Eletrobras. Portanto, a proposta de orçamento de capital a ser aprovado na AGOE é a seguinte:

Aplicações de Capital e Fontes de Recurso	R\$ (milhões)
Aplicações de Capital	6.671
Fontes de Recurso	8.340
Geração operacional de caixa após impostos	3.842
Recursos do Saldo de Caixa e equivalentes existentes	4.125
Retenção de Lucros (artigo 196 da LSA)	373

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. *informar o montante destinado a reserva*

b. *explicar a natureza da destinação*

Não aplicável.

ANEXO C

Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia (informações detalhadas sobre a remuneração dos administradores e membros dos comitês de assessoramento)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Até 17 de junho de 2022, data em que se materializou a desestatização da Companhia mediante operação de aumento do capital social com diluição do ente público controlador (capitalização ou *follow-on*), a estratégia de remuneração dos administradores da Eletrobras e de suas controladas era definida exclusivamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), cujas orientações eram de aplicação cogente para todas as empresas estatais. Isso porque, até tal data, a Companhia era uma empresa estatal federal, sob controle da União Federal, e estava sujeita a uma série de limitações para a fixação de remuneração de seus administradores.

Após o *follow-on*, a Companhia passou a não ter controlador definido (*corporation*), o que impôs à administração novos desafios associados ao seu processo transformacional visando ao destravamento das inúmeras alavancas de valor associadas à nova natureza de empresa privada.

Diante dessa conjuntura, foi constatado que o modelo de remuneração da administração vigente à época da desestatização mostrava-se defasado com as práticas de mercado e desalinhado ao objetivo da Companhia de atração e retenção de talentos e de geração de valor sustentável a longo prazo, à luz ainda dos desafios voltados à transformação da Eletrobras.

Na AGE realizada em 22 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou o novo modelo de remuneração de seus administradores (“Modelo de Remuneração”)

ou “Modelo”), o qual se embasou em estudo elaborado pela consultoria especializada Korn Ferry. Nesta assembleia, os acionistas tomaram conhecimento das principais características do novo mecanismo de incentivo de curto prazo dos executivos por meio de bônus em dinheiro, aprovaram a revisão prospectiva da remuneração global dentro do período vigente à época e aprovaram ainda os instrumentos que compõem os novos incentivos de longo prazo, mais especificamente o (i) Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”); e o (ii) Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas (“Plano de Ações Restritas”), ambos disponíveis para consulta no *website* de relação com investidores da Companhia (<https://ri.eletronbras.com>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

Na AGO realizada em 27 de abril de 2023 os acionistas aprovaram a proposta de remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, tendo sido preservadas as balizas e premissas do novo Modelo de Remuneração aprovado na assembleia de dezembro de 2022.

Contemplando-se patamares remuneratórios alinhados a empresas de porte e setor similar, o Modelo de Remuneração é composto por remuneração fixa, benefícios e mecanismos de incentivo de curto e longo prazo com a distribuição de pesos focada prioritariamente na visão de valor sustentável a longo prazo, visando a solidificação de uma cultura de alto desempenho, ética e sustentável, capaz de atrair, reter e premiar talentos, bem como assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos administradores (adicionalmente a outros beneficiários do Modelo) da Companhia e de seus acionistas, uma vez que:

- (i) possibilita que a Companhia retenha os atuais profissionais-chave e atraia novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance, mediante outorga incentivos de longo prazo condicionados ao cumprimento de condições, metas e gatilhos previamente estabelecidas em linha com o Plano Estratégico da Companhia, o que serve de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização;
- (ii) permite que os administradores (e demais beneficiários) enxerguem uma associação direta entre seu desempenho e a captura de parcela do valor referente à valorização das ações da Companhia frente ao

preço de exercício definido no Plano de Opções, cuja precificação parte da premissa de que o preço de exercício não poderá ser inferior a R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por ação, atualizado monetariamente pela variação do IPCA desde 10.06.2022 (data da operação de aumento de capital que resultou na desestatização da Companhia) até o exercício efetivo do direito das opções de compra, e poderá, ainda, ser acrescido de *spread* adicional por decisão do Conselho de Administração. Além disso, nos termos da proposta da administração para a AGOE de 2024, além do disposto acima, o preço de exercício das opções, fixado no respectivo contrato de outorga, não poderá ser inferior ao preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 pregões anteriores à data de outorga das Opções a cada Beneficiário (conforme definições do Plano de Opções), ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias;

- (iii) fomenta uma cultura ética de alto desempenho, focada na superação de metas, na maximização da capacidade de geração de valor a longo prazo e na partilha deste valor com os investidores de longo prazo.

Nessa linha, a aprovação do Modelo de Remuneração dos Administradores da Companhia possibilitou que a Companhia executasse sua reestruturação inicial de pessoal, com destaque à construção de um time de excelência de doze executivos que passaram a ocupar a Presidência e as onze novas Vice-Presidências Executivas criadas no âmbito da reformulação da estrutura organizacional da Diretoria Executiva da Companhia (“Diretoria Estatutária”).

É visão desta administração que o alcance dos patamares pretendidos de gestão dos ativos e negócios pressupõe, antes de tudo, a busca pela excelência na gestão de pessoas. E a composição de uma equipe de executivos altamente qualificada, colaborativa, íntegra e de alta performance é pressuposto inafastável para que a Companhia siga exitosamente sua jornada em rumo da excelência e da cultura de alta performance.

É importante mencionar ainda que a Política de Remuneração vigente, aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2023, integra o conjunto de iniciativas concebido para proporcionar contínuo amadurecimento da

governança corporativa da Eletrobras, marcado por seu processo de capitalização e desestatização realizado em 2022, e está baseado nos princípios de transparência e de responsabilidade.

A Política de Remuneração, que contempla inclusive cláusulas de *Malus* e *Clawback*, encontra-se disponível para consulta no *website* de relação com investidores da Companhia (<https://ri.eletrobras.com>) e no *website* da CVM (www.cvm.gov.br).

Ainda, para mais informações sobre o Plano de Opções e o Plano de Ações Restritas da Companhia, vide itens 8.4 e seguintes abaixo.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração global ou individual do Conselho de Administração e da Diretoria é anualmente fixada pela Assembleia Geral. Na hipótese de fixação de remuneração global pela Assembleia Geral, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição individual aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, após recomendação do Comitê de Pessoas da Companhia. O processo de definição da remuneração é calculado com base nas práticas de mercado e em linha com as diretrizes e aos desafios da Companhia. Além disso, o plano de remuneração dos administradores da Companhia também considera como parâmetros a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação dos administradores, os níveis de desafios exigidos. Para tanto, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado para verificação e acompanhamento das práticas de mercado, bem como utiliza como critérios de comparação o modelo remuneratório de empresas do mercado brasileiro de porte, valores e desafios similares aos da Companhia, em especial com companhias que passaram ou estão em estágio similar de transformação.

Anualmente de forma ordinária, e extraordinariamente caso necessário (como foi o caso referente aos exercícios de 2022 e 2023, tendo em vista a conclusão do processo de capitalização), é verificada a aderência do que é praticado ao Modelo de Remuneração. Para tanto, a Companhia contou com o apoio da Korn Ferry, consultoria com reconhecida expertise e renome internacional para atualização, neste ano, das práticas do mercado, bem como do mercado de referência selecionado para a elaboração do Modelo em 2022.

c. *composição da remuneração, indicando:*

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Os administradores poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, atribuições, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) remuneração variável por meio de (a) incentivos de curto prazo (ICP); e (b) incentivos de longo prazo (ILP).

Em linha com o Modelo de Remuneração adotado pela Companhia, a remuneração da administração será alocada entre os componentes descritos acima da seguinte forma: (a) 20% a 30% para alocados como remuneração fixa; (b) 25% a 30% para ICP; e (c) 50% a 40% para ILP.

• *seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor*

Diretoria Estatutária

A Companhia adota as seguintes formas de remuneração para seus membros da Diretoria Estatutária:

- **Salário ou pró-labore:** os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus a uma remuneração fixa mensal como retribuição direta

ao exercício da função.

- **Benefícios Diretos e Indiretos:** os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus a benefícios diretos e indiretos, que visam a contribuir para a qualidade de vida de seus membros, os quais incluem seguro de vida e assistência à saúde, também concedidos com o objetivo de compensar diretamente os membros pelo exercício da função.
- **Incentivo de Curto Prazo (ICP):** os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus à remuneração baseada em programas de incentivo de curto prazo (ICP), pagos por meio de bônus em dinheiro. O ICP é baseado em metas de atingimento de resultados da Companhia, com indicadores específicos desdobrados do Plano Estratégico da Companhia. Assim, busca-se alinhar os interesses da Diretoria Estatutária com o crescimento e aumento de rentabilidade da Companhia.

Conforme comunicado na AGE de dezembro de 2022 e na AGO de 2023, o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) dos Administradores foi descontinuado em 2023, tendo sido substituído pelo programa de bônus citado acima, a partir do exercício social de 2023.

- **Incentivo de Longo Prazo (ILP):** os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras farão jus à remuneração baseada em programas de incentivo de longo prazo (ILP), por meio do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia entende que a remuneração baseada em ações restritas e opção de compra de ações configura ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura de alto desempenho, capaz de reter e premiar seus talentos, estruturada para assegurar alinhamento entre os interesses dos beneficiários, da Companhia e de seus acionistas com o compartilhamento dos riscos e a maximização do retorno de investimentos a médio e longo prazo.

Adicionalmente, também conforme comunicado na AGE de dezembro de 2022 e na AGO de 2023, em função de parcelas diferidas ainda remanescentes, o programa de Remuneração Baseada em Ações (com liquidação em caixa) – “*Phantom Shares*” (que diz respeito às parcelas diferidas do programa de RVA

referente ao exercício de 2022) foi descontinuado em 2023, sendo substituído pelos planos de remuneração baseados em Opções de Compra de Ações e em Ações Restritas.

As condições, requisitos, regramentos e limites do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e do Plano de Ações Restritas foram aprovados na AGE de dezembro de 2022, com alterações propostas na AGOE de 2024.

- **Benefícios Pós-Emprego:** os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefícios pós-emprego na forma de contribuições da Companhia à previdência complementar.

Conselho de Administração

A Companhia adota as seguintes formas de remuneração para os seus membros da Diretoria Estatutária:

- **Remuneração Fixa Anual:** os Conselheiros de Administração da Eletrobras farão jus à remuneração fixa mensal como retribuição direta ao exercício da função. Para o exercício social de 2024, em relação à participação em comitês de assessoramento estatutários ou não, os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração apartada da remuneração já recebida pelo exercício do cargo como membros do Conselho de Administração. Isto é, propõe-se agregar à remuneração fixa aqueles valores referentes à remuneração em média anteriormente percebida por um membro do Conselho de Administração na participação de Comitês. De toda forma, trata-se de mudança de metodologia de cálculo, cujo somatório permanece inalterado, e que possui por fundamento a premissa de que um conselheiro de administração deve dispor de tempo e dedicação para igualmente atuar nos comitês de assessoramento da Companhia, pois tal função integra o *job description* do referido administrador. Cabe pontuar, ainda, que os executivos que excepcionalmente estão cumulando cargo de membro do Conselho de Administração e de membro de comitês da Companhia não percebem qualquer remuneração fixa associada à atuação nesta última posição.
- **Incentivo de Longo Prazo (ILP):** os membros do Conselho de Administração farão jus à remuneração baseada em programa de incentivo de

longo prazo (ILP), por meio do Plano de Ações Restritas.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia entende que a remuneração baseada em ações configura ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura de alto desempenho, capaz de reter e premiar seus talentos e estruturada para assegurar alinhamento entre os interesses dos beneficiários, da Companhia e de seus acionistas com a maximização do retorno de investimentos a médio e longo prazo.

No que se refere ao ILP, os Conselheiros de Administração apenas terão direito às Ações Restritas, e não terão direito a outorga de Opções de Compra de Ações. Diferentemente da transferência das ações em lotes prevista para beneficiários integrantes da Diretoria Executiva, a transferência de propriedade das ações para Conselheiros de Administração ocorrerá em lote único, somente em 2028, caso cumpridas as condições de exercício previstas no Plano de Ações Restritas e nos respectivos contratos de outorga. O lapso de três anos contados do término do mandato de membro do Conselho de Administração (a encerrar-se na AGO de 2025) foi previsto como forma de governança adicional e de mitigação de riscos para eliminar potenciais conflitos de interesse que os membros do Conselho de Administração possam ter na administração do Plano de Ações Restritas.

Nesse sentido, objetivou-se, com a adoção do Plano de Ações Restritas para membros do Conselho de Administração, a utilização de um modelo semelhante, na melhor forma possível e sem ônus indevido, a “*Deferred Share Units*” adotada em determinados mercados internacionais (visto como a melhor prática de governança para concessões de Conselheiros). Buscou-se, portanto, reforçar a mentalidade de longo prazo e de geração de valor ao acionista, uma vez que os ganhos percebidos pelo administrador serão totalmente atrelados ao resultado de longo prazo da Companhia a partir de 2028. Logo, se a tomada de decisão, por parte do membro do Conselho de Administração no curso de seu mandato atual a encerrar-se na AGO de 2025, não privilegia resultados a partir de 2028, haverá significativa perda no montante do seu ILP.

Em função de tal separação, os Conselheiros de Administração, em linha com as melhores práticas de mercado, fazem jus às Ações Restritas apenas de acordo com o valor global aprovado pela assembleia geral.

Os membros do Conselho de Administração terão a competência para definir metas, gatilhos e desafios que comporão os programas de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções e de ações restritas no âmbito do Plano de Ações Restritas dos demais beneficiários que não sejam membros do Conselho de Administração. Portanto, pretende-se que métricas rigorosas e gatilhos financeiros e/ou operacionais sejam definidos, sendo que o exercício das opções apenas ocorra caso haja cumprimento de tais resultados, o que reforça a cultura de pagamento por performance de longo prazo.

Conselho Fiscal

A Companhia não possui Conselho Fiscal permanente.

- **Remuneração Fixa Anual:** Quando o Conselho Fiscal se encontra instalado, a remuneração fixa anual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia que o instalar, observado, para cada membro do Conselho Fiscal em exercício, o mínimo de um décimo da remuneração fixa média mensal individual dos membros da Diretoria Estatutária, excluídos os valores referentes ao adicional de férias, aos benefícios diretos e indiretos, verbas de representação e participação nos lucros concedidos aos referidos membros da Diretoria Executiva.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

A Companhia adota as seguintes formas de remuneração para os membros externos de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração Estatutária:

- **Remuneração por Participação em Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração:** Apenas os membros externos integrantes dos Comitês de Assessoramento farão jus à remuneração fixa mensal em razão da participação em cada um dos Comitês, de forma a compensar diretamente os membros pelo tempo e esforços dedicados a tal função. Conforme descrito acima, os membros do Conselho de Administração não perceberão remuneração adicional por atuação em comitês.
- ***sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais***

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2023 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês de Assessoramento ao Conselho
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	53,01%	100,00%	18,42%	N.A.	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	3,16%	N.A.	0,00%
Participação em Comitês	14,42%	0,00%	0,00%	N.A.	100,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	44,17%	N.A.	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	2,56%	N.A.	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,69%	N.A.	0,00%
Baseada em Ações, incluindo opções	32,57%	0,00%	31,00%	N.A.	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	N.A.	100,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2022 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês de Assessoramento ao Conselho
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	100,00%	100,00%	56,19%	N.A.	98,63%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	8,95%	N.A.	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	1,37%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	20,68%	N.A.	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	9,45%	N.A.	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Baseada em Ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	4,74%	N.A.	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100%	N.A.	100,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2021 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária	Comitês de Assessoramento ao Conselho
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	100,00%	100,00%	54,48%	N.A.	100,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	0,00%	12,45%	N.A.	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	6,19%	N.A.	0,00%
Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	8,37%	N.A.	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	6,77%	N.A.	0,00%

Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	N.A.	0,00%
Baseada em Ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	11,74%	N.A.	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	N.A.	100,00%

- ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

Os patamares de remuneração fixa dos administradores se posicionam no P50 (percentil 50%) de mercado, e, tendo em vista a adoção de remuneração variável por meio de incentivos de curto e longo prazo baseados em metas, gatilhos e desafios da Companhia, o pacote total remuneratório foi definido entre o P75 e o P90 (entre o percentil 75% e o percentil 90%).

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, mas sim uma verificação e acompanhamento, por meio de pesquisas de mercado, dos patamares da Companhia frente às práticas de mercado de empresas de porte e setor similar.

- ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Será utilizado o P50 (percentil 50%) de mercado, e em complemento, ao agregar remuneração de curto e longo prazo, o pacote total remuneratório foi definido entre o P75 e o P90 (entre o percentil 75% e o percentil 90%). **Portanto, o pacote total entre P75 e P90 apenas será alcançado caso o desempenho seja proporcional e direcionado para P75 e P90 de mercado.**

Os incentivos de curto e longo prazo se basearão em metas como, por exemplo, rentabilidade, sustentabilidade, excelência e/ou geração de valor no longo prazo, bem como gatilhos e desafios da Companhia estabelecidos em linha com seu Plano Estratégico, de modo que, caso cumpridos, e a depender do grau de cumprimento, haja retribuição correspondente.

Logo, os incentivos de curto e longo prazo refletem, ao mesmo tempo que suportam, o Plano Estratégico da Companhia, que é orientado para captura de oportunidades adequadas ao contexto e aos diferenciais competitivos da Eletrobras, trazendo foco para recalibrar e materializar a aspiração da Eletrobras, que é ser **Green Major**: Eletrobras como líder global em criação de valor com infraestrutura e soluções renováveis e de baixas emissões.

No Plano Estratégico da Companhia, quatro diretrizes foram criadas para nortear esta visão de longo prazo:

- Transformação e Resiliência Operacional – Liderar a oferta de produtos e serviços de qualidade para clientes e garantir a segurança de nossos colaboradores, meio ambiente e ativos;
- Referência em ESG – Ser referência de mercado local e internacional em práticas ESG, liderando descarbonização da economia, buscando a excelência em governança corporativa e cuidado com as comunidades;
- Inovação e Tecnologia – Perseguir soluções que assegurem competitividade dos negócios, assentada na digitalização de processos operacionais e corporativos e adaptabilidade a novas tecnologias;
- Crescimento Sustentável – Crescer de maneira sustentável e renovável em Transmissão, Geração e Comercialização em novas geografias, modelos de negócios e tecnologias.

Todas essas diretrizes têm como objetivo principal a Criação de Valor através da maximização da geração de valor para acionistas, colaboradores e clientes, contribuindo de forma assertiva para o aprimoramento do ambiente de negócios do país (regulação e políticas setoriais).

O Plano Estratégico aborda ainda os seguintes temas transversais:

- Gestão Climática,
- Saúde e Segurança,
- Maximização de Resultados,
- Minimização dos Riscos,
- Eficiência Operacional e Financeira,
- Alocação Eficiente de Recursos,
- Mudança Cultural, com foco na Criação de Valor, aproveitando as Oportunidades de Alocação de Capital e Redução de Risco.

Para mensurar o alcance da estratégia, foram escolhidos indicadores com metas para 2024, a exemplo do que se segue:

Indicadores Estratégicos:

- Saúde e Segurança: Taxa de Frequência de Acidentes e Vidas mudadas (fatalidades e incapacidade permanente);
- Geração de Valor com ativos não core: Negociação de SPEs e coligadas e Venda das Térmicas;
- Comercialização: Margem de venda e Valor agregado do portfólio de comercialização;
- Custos eficientes: Custos de PMSO Recorrente;
- Execução de Capex contratado: Retorno financeiro (Reforços e Melhoria, modernização e demais obras);
- Negociação de contingências: Montante total negociado, e Deságio obtido nas negociações;
- Pauta regulatória: Obtenção de receitas adicionais e reembolsos (HVDC, RBSE e RTP);

Logo, o Programa de Bônus (ICP) suportará a ambição de curto prazo da Companhia prevista no Plano Estratégico, de modo que cada indicador mencionado anteriormente possuirá meta definida e quantificada, com pesos que variam em função da atuação de cada Diretor Estatutário. Assim, quanto maior for a performance de curto prazo que o executivo proporcionar para a Companhia e aos acionistas, maior será o seu bônus.

Por seu turno, o Programa de Opções de Compra de Ações (ILP) suportará a ambição de médio e longo prazo da companhia prevista no Plano Estratégico, onde o(s) indicador(es) selecionado(s) fixados em contrato possuem meta definida e quantificada. Assim, quão maior a performance de longo prazo que o executivo proporcionar para a Companhia e aos acionistas, maior será a sua retribuição (seja por meio de opções de compra de ações ou pela entrega de ações restritas).

Desse modo, as metas atreladas aos incentivos de curto e longo prazo foram construídas com base nos objetivos e diretrizes previstas acima. As metas dizem

respeito à inteligência competitiva da Companhia, razão pela qual não são divulgadas. De todo o modo, um dos “gatilhos” para pagamento do Plano de Opções de Compras é o indicador “Total Shareholder Return”.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A principal finalidade do modelo de remuneração aplicável à Companhia é promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia, bem como possibilitar atração e retenção de talentos, na medida em que os potenciais ganhos e riscos do desempenho da Companhia serão compartilhados, o que contribuirá, em especial, para o desenvolvimento de uma cultura profissional de alta performance e para a tomada de decisões que privilegiem resultados de longo prazo, superação das metas e criação de valor e o crescimento sustentável da Companhia.

Para tal, a composição da remuneração dos administradores da Eletrobras é fixada utilizando como parâmetros a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação dos Administradores, os níveis de desafios exigidos, bem como a comparação com empresas de porte similar e em especial com companhias que passaram ou estão em estágio similar de transformação.

Além disso, o Modelo de Remuneração da Companhia também foi construído com base nas recomendações da consultoria contratada Korn Ferry, bem como nas premissas e diretrizes do Plano Estratégico da Companhia.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável. Todos os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, do Comitê Fiscal e dos Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração são remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento suportados por subsidiárias ou controladas e a Companhia não possui controladores diretos ou indiretos.

Caso haja remuneração recebida em subsidiária/controlada, por indicação da Eletrobras ou no interesse desta, tais valores serão deduzidos da remuneração anual do administrador recebida na Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável. Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a ser encerrado em 31/12/2024 – Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Membros externos dos Comitês de Assessoramento ao CA	Total
Nº total de membros	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Nº de membros remunerados	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	9.300.000,00	18.180.000,00	757.500,00	0,00	28.237.500,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.794.932,28	0,00	0,00	1.794.932,28
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-		
Remuneração variável					
Bônus	0,00	29.395.950,00	0,00	0,00	29.395.950,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-		-
Pós-emprego	0,00	2.448.690,87	0,00	0,00	2.448.690,87
Cessação do cargo	0,00	770.000,00	0,00	0,00	770.000,00
Baseada em ações, incluindo opções ¹	3.919.728,12	14.507.463,06	0,00	0,00	18.427.191,18
Observação	-	-	-		-
Total da remuneração	13.219.728,12	67.097.036,21	757.500,00	2.100.000,00	83.174.264,33

¹ Com relação ao previsto para o exercício de 2024, o campo “remuneração baseada em ações” considera (i) 3ª transferência para Diretoria Estatutária no âmbito do Plano de Ações Restritas; (ii) a apropriação da 2ª metade do valor para o Conselho de Administração no âmbito do Plano de Ações Restritas; e (iii) a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Opções aplicável à Diretoria Estatutária (2º ano do Programa). No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, a outorga ocorreu em 2023, mas a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorreu em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva no exercício de 2024, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 – Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao CA	Total
Nº total de membros	9,00	9,83	5,00	4,00	27,83
Nº de membros remunerados	8,17	9,83	5,00	4,00	27,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	6.380.498,00	14.665.902,31	715.045,43	0,00	21.761.445,74
Benefícios direto e indireto	0,00	2.514.359,88	0,00	0,00	2.514.359,88
Participações em comitês	1.735.486,14	0,00	0,00	1.680.000,00	3.415.486,14
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-		
Remuneração variável					
Bônus	0,00	35.157.652,99	0,00	0,00	35.157.652,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-		-
Pós-emprego	0,00	2.036.240,02	0,00	0,00	2.036.240,02
Cessação do cargo	0,00	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	3.919.728,12	24.674.254,65	0,00	0,00	28.593.982,77
Observa�o	O número de membros corresponde � média anual do número de membros do referido �rgo da administra�o apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.	O número de membros corresponde � média anual do número de membros do referido �rgo da administra�o apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.			
Total da remunera�o	12.035.712,26	79.598.409,85	715.045,43	1.680.000,00	94.029.167,54

¹ Com rela o ao realizado para o exerc cio de 2023, o campo "remunera o baseada em a oes" considera (i) a 1  transfer ncia para Diretoria Estatut ria no  mbito do Plano de A oes Restritas; (ii) a apropria o da 1  metade do valor para o Conselho de Administra o no  mbito do Plano de A oes Restritas; (iii) a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Op oes aplic vel   Diretoria Estatut ria (2  ano do Programa); e (iv) o modelo de remunera o baseada em a oes anteriormente em vigor, que foi descontinuado em 2023, de "Phantom Shares". No caso das A oes Restritas para Conselho de Administra o, somente a outorga ocorreu em 2023, sendo que a transfer ncia da propriedade das a oes ocorrer  apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Op oes de Compra de A oes da Diretoria Estatut ria, a outorga ocorreu em 2023, mas o exerc cio das op oes ocorrer  no m nimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, n o h  recebimento de A oes Restritas pelo Conselho de Administra o, e de Op oes de Compra de A oes pela Diretoria Executiva entre abr/23 e mar/24, mas sim, o reconhecimento da despesa no per odo.

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao CA	Total
Nº total de membros	9,58	6,33	4,92	5,00	25,83
Nº de membros remunerados	7,00	6,33	4,92	5,00	23,25
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	459.824,38	4.542.661,99	376.226,10	1.958.530,80	7.337.243,27
Benefícios direto e indireto	0,00	723.545,97	0,00		723.545,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	27.201,80	27.201,80
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	0,00	1.671.703,65	0,00	0,00	1.671.703,65
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					
Pós-emprego	0,00	764.147,14	0,00	0,00	764.147,14
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	382.939,69	0,00	0,00	382.939,69
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. A remuneração baseada em ações paga no exercício de 2022 ocorreu no âmbito do modelo conhecido como "Phantom Share", sem entrega de ações escriturais.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.	Conforme modelo de remuneração que existiu até o final de 2022, não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário foram remunerados ao longo de todo o exercício somente pela participação no Comitê.	
Total da remuneração	459.824,38	8.084.998,44	376.226,10	1.985.732,60	10.906.781,53

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao CA	Total
Nº total de membros	10,25	5,83	5,00	4,83	25,92
Nº de membros remunerados	7,42	5,83	5,00	4,83	23,08
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	489.995,11	3.510.603,79	326.421,60	1.902.676,40	6.229.696,90
Benefícios direto e indireto	0,00	802.357,47	0,00	0,00	802.357,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	398.855,46	0,00	0,00	398.855,46
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS			
Remuneração variável					
Bônus	0,00	539.105,56	0,00	0,00	539.105,56
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis					
Pós-emprego	0,00	436.363,19	0,00	0,00	436.363,19
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	756.459,43	0,00	0,00	756.459,43
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. A remuneração baseada em ações paga no exercício de 2021 ocorreu no âmbito do modelo conhecido como "Phantom Share", sem entrega de ações escriturais		O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. Conforme modelo de remuneração que existiu até o final de 2022, não foram contabilizados três conselheiros, haja vista que conselheiros de administração integrantes do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário foram remunerados ao longo de todo o exercício somente pela participação no Comitê.	
Total da remuneração	489.995,11	6.443.744,90	326.421,60	1.902.676,40	9.162.838,02

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 (estimado)					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao Conselho	Total
Número total de membros	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Número de membros remunerados	0,00	12,00	0,00	0,00	12,00
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	29.395.950	-	-	29.395.950
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	29.395.950	-	-	29.395.950
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-	0
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao Conselho	Total
Número total de membros	9,00	9,83	5,00	4,00	27,83
Número de membros remunerados	0,00	9,83	0,00	0,00	9,83
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	35.157.652,99	-	-	35.157.653
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	35.157.652,99	-	-	35.157.653
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	35.157.652,99	-	-	35.157.653
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao Conselho	Total
Número total de membros	9,58	6,33	4,92	5,00	25,83
Número de membros remunerados	0,00	6,33	0,00	0,00	6,33
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.575.071,59	0,00	0,00	3.575.071,59

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	3.575.071,59	0,00	0,00	3.575.071,59
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.671.703,65	0,00	0,00	1.671.703,65
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao Conselho	Total
Número total de membros	10,25	5,83	5,00	4,83	25,92
Número de membros remunerados	0,00	5,83	0,00	0	5,83
Bônus					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	539.105,56	0,00	0,00	539.105,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	539.105,56	0,00	0,00	539.105,56
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	539.105,56	0,00	0,00	539.105,56
Participação nos resultados					
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.116.920,46	0,00	0,00	2.116.920,46
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	2.116.920,46	0,00	0,00	2.116.920,46
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Enquanto companhia estatal, os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras faziam jus à Remuneração Variável Anual (“RVA”), caso fossem cumpridas determinadas metas anualmente estabelecidas pelo Conselho de Administração, aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério da Fazenda e acompanhadas pela Diretoria de Gestão Corporativa e Sustentabilidade. Na Eletrobras, desde 2019, o pagamento de RVA vinha sendo realizado por meio de instrumento baseado em ações, no modelo conhecido como “*Phantom Shares*”, não havendo entrega de ações escriturais, mas tão somente o pagamento em dinheiro de montante equivalente ao valor das ações outorgadas.

O programa RVA foi descontinuado em 2023, sendo substituído pelos planos de remuneração baseados em opções de compra de ações e em ações restritas, nos termos do Plano de Opções e o Plano de Ações Restritas, aprovados pela AGE de 22 de dezembro de 2022, e para os quais são propostas alterações a serem deliberadas na AGOE de 26 de abril de 2024.

Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações

a) termos e condições gerais

O Plano de Opções foi implementado pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2023, com a aprovação do Programa de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações (“Programa de Opções”). O Programa de Opções prevê os termos e condições para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações ordinárias de sua emissão (“Opções” ou “Opções de Compra”). Observados os termos e condições do Plano de Opções de Compra, a seleção dos beneficiários e a definição dos termos e condições das outorgas serão realizadas pelo Conselho de Administração, ou, por sua indicação e delegação, por Comitê da Companhia, mediante a celebração, com os beneficiários eleitos, de contratos de outorga, que deverão prever o direito do beneficiário de exercer as Opções para adquirir certa quantidade de ações ordinárias, a um certo preço e em determinado período, de acordo com prazos, termos e condições a serem definidos pelo

Conselho de Administração da Companhia.

Podem ser eleitos como beneficiários do Plano de Opções, administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia, após recomendação do Comitê de Pessoas, ou por Comitê indicado para tal fim.

Registra-se que os Conselheiros de Administração não serão beneficiários do Plano de Opções, conforme detalhado no item 8.2 (c) acima.

O Plano de Opções prevê que as Opções serão outorgadas em lotes, sendo que o prazo de maturidade para que as Opções de cada lote estejam aptas a serem exercidas por cada beneficiário será de, no mínimo, (i) 3 anos para um terço das Opções; (ii) 4 anos para um terço das Opções; e (iii) 5 anos para um terço das Opções.

Em 26 de abril de 2024, em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, está sendo proposto o aditamento do Plano de Opções, para incluir a possibilidade de o Conselho de Administração, excepcionalmente em relação aos beneficiários para os quais a Companhia tenha aprovado a outorga de Opções durante o exercício social de 2023, fixar o marco inicial para cômputo do prazo de maturidade das Opções em data anterior à data de celebração do respectivo contrato de outorga, mas em nenhuma hipótese anterior a 01.06.2023, e sempre em data posterior à posse ou admissão do beneficiário.

Os eventuais custos referentes ao Plano de Opções que forem referentes a administradores, conselheiros fiscais ou membros de comitê integrarão o pacote remuneratório dos mesmos e dependerão sempre de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme legislação pertinente.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Opções foi aprovado em 22 de dezembro de 2022, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, e estão sendo propostas alterações ao Plano de Opções na AGOE de 2024.

O Conselho de Administração aprovará aditamentos ao Programa de Opções, inclusive para refletir as alterações propostas na AGOE de 2024, caso aprovadas.

c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem outorgadas pelos beneficiários do Plano de Opções não poderá exceder o limite de 1,1% do capital social total da Companhia em 21 de novembro de 2022.

Para efeitos deste limite, são consideradas todas as ações correspondentes às opções efetivamente exercidas ou exercíveis pelos Beneficiários, independentemente do modelo de liquidação dessa opção. As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite previsto acima e, portanto, ficarão novamente disponíveis para futura outorga nos termos do Plano de Opções.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número total de opções a serem outorgadas aos beneficiários do Plano de Opções não poderá exceder o limite de 1,1% do capital social total da Companhia em 22 de novembro de 2022, data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

e) condições de aquisição de ações

A outorga de Opções no âmbito do Plano e do Programa de Opções é realizada, necessariamente, mediante celebração de Contratos de Outorga de Opções de Compra de Ações entre a Companhia e os beneficiários, o que poderá se dar a qualquer tempo, enquanto vigente o Plano de Opções.

As Opções outorgadas serão divididas em, no mínimo, 3 lotes, com relação aos quais os beneficiários poderão se habilitar para, cumpridas as condições previstas no Programa de Opções e nos respectivos contratos de outorga, exercer tais Opções e adquirir as ações integrantes dos lotes vestidos.

Além dos prazos de maturidade de (i) 3 anos para um terço das Opções; (ii) 4 anos para um terço das Opções; e (iii) 5 anos para um terço das Opções indicados no item 8.4 (a) acima, durante os quais o beneficiário deverá continuar ocupando seu respectivo cargo na Companhia, também serão condições de vesting a implementação de condições e metas individuais e/ou coletivas. Atualmente, as metas a serem alcançadas estão atreladas a determinadas

parâmetros de retorno total para os acionistas (*total shareholder return*).

No âmbito da AGOE de 2024 estão sendo propostas alterações ao Plano de Opções de Ações, entre elas, a inclusão da possibilidade de o Conselho de Administração poder fixar o marco inicial para o cômputo dos respectivos prazos de maturidade de lotes de Opções de beneficiários cuja outorga tenha sido aprovada ao longo do exercício social de 2023, em data anterior à data de celebração do respectivo contrato de outorga.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Opções prevê o preço mínimo de exercício, por ação, de R\$42,00, que corresponde ao preço praticado no aumento de capital da Companhia no âmbito da oferta pública de ações concluída em 10 de junho de 2022. Em linha com o Plano de Opções, o Programa de Opções aprovado pelo Conselho de Administração estabelece que o preço de exercício das Opções será fixado nos respectivos contratos de outorga, mas não poderá ser inferior a R\$42,00 (quarenta e dois reais), a ser atualizado monetariamente pela variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) deste 10 de junho de 2022 até a data de exercício das Opções.

O preço de exercício pode, ainda, a critério do Conselho de Administração, conforme previsto nos respectivos contratos de outorga, ser acrescido de sobretaxa (*spread*). Nas primeiras outorgas aprovadas em 2023, o preço de exercício foi estabelecido com base no preço mínimo, atualizado pela variação do IPCA/IBGE e acrescido de taxa de juros pré-fixada de 5% a.a. (“*Spread*”).

No âmbito da AGOE de 2024 estão sendo propostas alterações ao Plano de Opções de Ações, entre elas, a especificação de que o preço de exercício fixado no contrato não poderá ser fixado em patamar inferior ao preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 pregões anteriores à data de outorga das Opções a cada Beneficiário, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias, de forma que não haverá desconto de modo manter a sintonia com os acionistas que apoiaram a privatização da Eletrobras.

O Conselho de Administração poderá ajustar o preço de exercício por dividendos, juros sobre capital próprio, ou proventos distribuídos pela Companhia no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções, conforme previsto nos respectivos contratos.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções tornar-se-ão maduras, isto é, poderão ser exercidas, conforme prazos e regras previstos no correspondente programa do Plano de Opções, observados os requisitos mínimos abaixo, de forma a atender aos objetivos de: (i) retenção dos Beneficiários; e (ii) geração sustentável de valor a longo prazo.

Uma vez celebrado o contrato de outorga e cumpridas as condições de *vesting* indicadas no item (e) acima, incluindo em relação ao, o prazo de maturidade das Opções outorgadas, o beneficiário poderá se habilitar ao exercício das Opções integrantes dos lotes vestidos.

O prazo máximo de exercício das Opções é de 120 dias a contar da data em que tais opções se tornam exercíveis, ou seja, após o fim do seu respectivo prazo de maturidade, observado o disposto no parágrafo abaixo.

O Conselho poderá postergar o exercício das opções de compra de ações, na hipótese de período de vedação de negociação de ações da Companhia, conforme Política de Negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras e legislação em vigor. Caso o prazo máximo de exercício das opções se encerre durante um período de vedação, referido prazo será automaticamente prorrogado para o prazo de 5 dias contados do final do período de vedação.

h) forma de liquidação

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações ordinárias da Companhia aos Beneficiários, seja por meio da emissão de novas ações ou pela transferência de ações mantidas em tesouraria.

Conforme previsto no Programa de Opções, exercidas as Opções integrantes de lotes vestidos pelo beneficiário, a Companhia poderá optar por liquidar referidas Opções mediante a entrega de uma quantidade de ações apurada conforme a fórmula indicada abaixo, de modo que não haverá desembolso de recursos pelo

beneficiário:

$$N_{ações} = \frac{(P_{liquidação} - P_{exercício}) \times N_{opções}}{P_{liquidação}}$$

Onde:

$N_{ações}$ = significa o número de ações a serem transferidas ao beneficiário;

$P_{liquidação}$ = significa o valor correspondente ao preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 (noventa) pregões anteriores à data em que a Companhia tiver recebido uma notificação de exercício, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias;

$P_{exercício}$ = significa o preço de exercício das opções; e

$N_{opções}$ = significa o número de opções integrantes do respectivo lote exercido.

Caso a Companhia não opte pela liquidação prevista acima, o beneficiário deverá efetuar o pagamento do preço de exercício dentro do prazo de 90 dias, prorrogáveis por decisão do Conselho de Administração, por 90 dias adicionais, contados do recebimento da comunicação de exercício.

Nenhuma opção será entregue ao beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

j) restrições à transferência das ações

Após o exercício das opções e recebimento das ações por parte do beneficiário, o Beneficiário estará impedido de alienar tais ações pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados de seu respectivo recebimento, definido como o período de “Lock-up”.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções possui vigência de 3 anos e, a qualquer tempo, o Plano de Opções pode ser extinto ou modificado por decisão da Assembleia Geral de

Acionistas. Já em relação ao Programa de Opções, o programa permanecerá em vigor até que todas as Opções outorgadas tenham sido exercidas pelos beneficiários ou 22.12.2025, o que ocorrer primeiro.

Ainda, na hipótese de falência, dissolução ou liquidação da Companhia, o Programa de Opções e os respectivos contratos de outorga serão extintos de pleno direito, caducando todas as outorgas de Opções, independentemente de terem sido cumpridas as respectivas condições para exercício das Opções, bem como os direitos dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa relativa à regulamentação das sociedades por ações, às Companhias abertas, à legislação trabalhista ou aos efeitos fiscais do Plano de Opções pode levar à sua revisão integral.

Nos casos de aumento ou redução de capital social ou outras operações que impliquem em modificação da quantidade de ações, bem como alteração da classe ou espécie de ações da Companhia, por quaisquer motivos, cabe ao Conselho de Administração avaliar eventual ajuste no Plano de Opções, de modo a evitar prejuízos aos beneficiários e à Companhia.

Além disso, na hipótese de desdobramento ou grupamento de ações ou dividendos pagos mediante entrega de ações, a quantidade de Opções outorgadas será automaticamente ajustada, para mais ou para menos.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Caso o beneficiário se desligue da Companhia ou de sua controlada, por iniciativa própria ou da Companhia, seja por baixo desempenho profissional identificado por meio de avaliação regular realizada pela Companhia ou outro motivo, este perderá, a partir da data de desligamento, o direito de exercer as Opções integrantes de lotes cujos prazos de maturidade não tenham sido alcançados, independentemente do atingimento das metas atreladas. Já em relação às Opções integrantes de lotes vestidos, cujas condições de *vesting* tenham sido implementadas até a data do desligamento, o Beneficiário permanecerá com o direito de exercer tais Opções, conforme previsto no Programa de Opções.

O Beneficiário que for desligado em decorrência da prática de ato (i) que configure justa causa nos termos da legislação trabalhista, ou (ii) em violação às

normas legais ou infralegais, ao Estatuto Social da Companhia, Código de Conduta e demais normas internas da Companhia, ou ao Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações, perderá todo e qualquer direito previsto no respectivo contrato de outorga, incluindo o direito de exercer as Opções integrantes de lotes vestidos, mas ainda não exercidos.

O Conselho de Administração pode estabelecer critérios para o exercício das opções nos casos cujo prazo de maturidade não tenha sido atingido nos casos: (i) em que o beneficiário tenha alcançado as respectivas metas; (ii) de falecimento, incapacidade ou aposentadoria.

Na hipótese de falecimento ou incapacidade permanente do beneficiário, as Opções do lote cujo prazo de maturidade for imediatamente subsequente ao respectivo evento de vacância poderão ser exercidas apesar do não cumprimento do prazo de maturidade, desde que as demais condições previstas nos contratos venham a ser implementadas até o prazo de maturidade do respectivo lote. Nesta hipótese, o beneficiário (ou seus sucessores) terão direito ao exercício de uma quantidade de Opções calculada de forma proporcional (pro rata) à fração do prazo de maturidade do respectivo lote, de acordo com as regras previstas no Programa de Opções.

Importante ressaltar que não se considera, como desligamento, a mudança de cargo do beneficiário na própria Companhia ou em suas controladas, ou a transferência do beneficiário da Companhia para uma de suas controladas e vice-versa, ou, para qualquer outra sociedade, neste caso por interesse da Companhia.

Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas

a) termos e condições gerais

O Plano de Ações Restritas foi implementado pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de janeiro de 2023, com a aprovação do Programa de Remuneração Baseado em Ações Restritas (“Programa de Ações Restritas”). O Programa de Ações Restritas prevê os termos e condições para a outorga, pela Companhia, de ações de sua emissão (“Ações Restritas”).

Observados os termos do Plano, a seleção dos beneficiários e a definição dos termos da outorga será realizada pelo Conselho de Administração, ou, por sua

indicação e delegação, de Comitê da Companhia. A outorga é realizada mediante a celebração, com os beneficiários eleitos, de contratos de outorga, que deverão prever o direito do beneficiário de receber uma quantidade de Ações Restritas, em determinado período, de acordo com prazos, termos e condições a serem definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, observadas as regras previstas no Plano de Ações Restritas.

O Plano de Ações Restritas é destinado a administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por comitê indicado pelo Conselho de Administração para tal fim. Diferentemente do Plano de Opções, entre os beneficiários do Plano de Ações Restritas estão os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Exceto quando se tratar de beneficiário membro do Conselho de Administração, as Ações Restritas serão divididas em 5 lotes. Já na hipótese de membro do Conselho, a transferência da propriedade das Ações Restritas ao beneficiário ocorrerá em lote único em 30.04.2028.

O período para outorga das Ações Restritas previsto no Plano de Ações Restritas e no Programa de Ações Restritas encerrou-se em 31.03.2023.

Em 26 de abril de 2024, em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletrobras, estão sendo propostas alterações ao Plano de Ações Restritas, para, dentre outros, prever que o Conselho de Administração poderá ajustar a quantidade de Ações Restritas outorgadas para refletir os efeitos econômicos de distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros proventos, realizadas a partir da data de outorga até a data de entrega das Ações Restritas.

Importante frisar que o Plano de Ações Restritas foi desenvolvido para alinhar a criação de desempenho a longo prazo e reter talentos-chave no contexto da privatização, sendo que a possibilidade de novas outorgas terminou em março de 2023.

A Companhia entende que o mecanismo se configurou de estratégia de retenção de talentos bem-sucedida, cuja aprovação do Plano de Ações Restritas 22 de dezembro de 2022 na 184ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas foi aprovado em 22 de dezembro de 2022, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, e foi posteriormente alterado em 26 de abril de 2024, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

O Programa de Ações Restritas e a minuta-base de contratos de outorga foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração poderá alterar o Programa de Ações Restritas, inclusive para refletir as alterações aprovadas na AGOE de 2024.

c) número máximo de ações abrangidas

O número total de Ações Restritas não pôde exceder o limite de 0,2% do capital social total da Companhia na data de sua aprovação, observado, ainda, o prazo máximo de 31.03.2023 para celebração dos Contratos de Outorga de Ações Restritas.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas não prevê a entrega de opções.

e) condições de aquisição de ações

A outorga de Ações Restritas foi realizada, necessariamente, mediante celebração de Contrato de Outorga de Ações Restritas entre a Companhia e os beneficiários, tendo o prazo limite para realização das outorgas se encerrado em 31.03.2023.

As Ações Restritas foram divididas em (i) lote único para os membros do Conselho de Administração, a ser entregue em 30.04.2028; e (ii) 5 (cinco) lotes para os demais beneficiários, a serem entregues em 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027. A propriedade das Ações Restritas integrantes de cada lote somente será transferida ao beneficiário caso este permaneça em seu cargo nas respectivas datas de entrega.

Em relação aos beneficiários membros do Conselho de Administração, estes somente terão direito ao recebimento das Ações Restritas caso o beneficiário cumpra, integral e ininterruptamente, seu mandato no Conselho de Administração, a se encerrar na AGO de 2025 da Companhia, ressalvado na

hipótese de não cumprimento do cargo em razão de falecimento ou incapacidade por causa permanente.

As Ações Restritas serão entregues **em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028**, que correspondente ao período de 3 anos posteriores ao término do prazo de gestão dos Conselheiros de Administração eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de agosto de 2022.

Apesar disso, ainda que o beneficiário membro do Conselho de Administração tenha cumprido seu mandato no Conselho, este perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas caso, antes de 30.04.2028:

(i) seja condenado por qualquer ato que resulte em violação à Lei Federal nº 12.846/2013, à Lei Federal nº 8.429/1992, por crimes contra a administração pública no Código Penal, bem como qualquer outra legislação de combate ao suborno/corrupção e lavagem de dinheiro promulgada no Brasil;

(ii) a Companhia apure danos ou prejuízos causados à Companhia em razão de atos de gestão irregulares praticados pelo beneficiário, conforme determinado em Assembleia Geral da Companhia; e/ou

(iii) realize qualquer declaração oral ou escrita sobre a Companhia ou qualquer de suas controladas, inclusive em redes sociais, que, conforme determinação do Conselho de Administração: (a) seja depreciativa, injuriosa, caluniosa ou difamatória; (b) divulgue informação privada ou confidencial sobre negócios da Companhia ou suas controladas; ou (c) leve a uma falsa percepção do público a respeito da Companhia ou suas controladas.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas prevê que, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas nos respectivos contratos de outorga, as Ações Restritas serão transferidas, pela Companhia ao beneficiário, a título não oneroso e, portanto, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas e cumpridas as condições para recebimento das Ações Restritas integrantes de lotes vestidos, a entrega das Ações Restritas ocorrerá de modo fracionado, em partes iguais, observados os seguintes marcos temporais para os beneficiários, exceto na hipótese de membro do Conselho de Administração: 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027.

Caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração e tenha cumprido as condições para recebimento das Ações Restritas, a transferência de propriedade da totalidade das Ações Restritas se dá em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028.

h) forma de liquidação

Não há previsão de entrega de opções de compra de ações. Não obstante, as Ações Restritas serão entregues aos beneficiários mediante emissão de novas ações ordinárias por meio de aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e/ou utilizar ações existentes mantidas em tesouraria.

l) restrições à transferência das ações

As ações ordinárias transferidas ao beneficiário não possuem período de restrição à negociação, além do que já é estabelecido pela legislação, regulamentações aplicáveis e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações permanecerá em vigor até 30.04.2028, podendo ser extinto e/ou modificado a qualquer momento por decisão da Assembleia Geral de Acionistas.

Na hipótese de falência, dissolução ou liquidação da Companhia, o Programa de Ações Restritas e os respectivos Contratos de Outorga serão extintos de pleno direito, caducando todas as outorgas de Ações Restritas, independentemente de terem sido cumpridas as respectivas condições para recebimento das Ações Restritas, bem como os direitos dos beneficiários.

Ainda, qualquer alteração legal significativa relativa à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, à legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações pode levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas.

O Programa de Ações Restritas estabelece, ainda, que, a critério do Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas outorgadas poderá ser ajustada, para mais ou para menos, para refletir grupamentos ou desdobramentos de ações, bem como bonificação de ações aos acionistas, aumento de capital social da Companhia mediante capitalização de reserva ou outro tipo de operação societária que implique em emissão de ações pela Companhia.

No âmbito da AGOE de 2024 estão sendo propostas alterações ao Plano de Ações Restritas, entre elas, a inclusão da possibilidade de o Conselho de Administração também efetuar ajustes no número de Ações Restritas outorgadas a cada beneficiário **de modo a refletir o impacto econômico de eventuais distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio ou proventos no período compreendido entre a data de outorga e transferência da propriedade das ações.**

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário, caso se desligue da Companhia ou de sua controlada, por iniciativa própria ou da Companhia, seja por baixo desempenho profissional identificado por meio de avaliação regular realizada pela Companhia, por conduta ético-profissional inadequada e/ou por infração a qualquer norma interna da Companhia, perderá, a partir da data de desligamento, o direito de recebimento das Ações Restritas cujos marcos temporais para entrega sejam posteriores ao evento.

Não se considera, como desligamento, a transferência do beneficiário da Companhia para uma de suas controladas e vice-versa, ou, para qualquer outra sociedade, neste caso por interesse da Companhia.

Como mencionado acima, estão sendo propostas alterações ao Plano de Ações Restritas na AGOE de 2024, permitindo com que, excepcionalmente nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente de beneficiário que seja

membro do Conselho de Administração, referido beneficiário (ou seus sucessores) terá(ão) direito ao recebimento, em 30.04.2028, de uma quantidade de Ações Restritas calculada de forma proporcional ao período do mandato cumprido, pelo beneficiário, de seu mandato no Conselho de Administração, porém contado a partir da data de celebração do respectivo contrato de outorga até o respectivo evento.

No caso acima, caso o beneficiário tenha cumulado cargo de membro do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia e, por conta disso, já tenha recebido lotes de suas Ações Restritas, tais Ações Restritas serão deduzidas da quantidade final a ser entregue ao beneficiário.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente 2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	12
Nº total de membros remunerados	0	12
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N.A	No âmbito do Plano de Opções, foi realizada a outorga de 7.080.200 opções para membros da Diretoria Estatutária, totalizando o valor de R\$46.375.310, o que implicaria em 0,31% de diluição potencial.
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários do Programa de Opções de Compra de Ações.	Para o Plano de Opções ao longo de pelo menos 5 anos e para todos os possíveis beneficiários, é possível outorgar até 25.313.506 opções, sendo o valor total do Plano estimado em R\$165.832.959, o que implicaria em 1,1% de diluição potencial.
Preço médio ponderado de exercício		
(i) Das opções em aberto no exercício social	N.A	Nas primeiras outorgas aprovadas em 2023, o preço de exercício foi estabelecido com base no preço mínimo (R\$ 42,00), atualizado pela variação do IPCA/IBGE e acrescido de taxa de juros pré-fixada de 5% a.a. ("Spread").
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A	N.A
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A	N.A

¹Valor Justo das Opções: (i) R\$5,11 para o ano 3; (ii) R\$6,42 para ano 4; e (iii) R\$8,13 para o ano 5.

Não há previsão de novas outorgas para o exercício de 2024 tendo em vista que todos os membros da Diretoria Estatutária já tiveram as respectivas outorgas aprovadas. De toda a forma, registra-se que para o exercício social de 2024, será apropriado 1/5 do valor total do Programa, ou R\$9.275.062, que se refere ao 2º ano do Programa.

Remuneração baseada em ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	9,83
Nº total de membros remunerados	0,00	9,83
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N.A	No âmbito do Plano de Opções, foi realizada a outorga de 7.080.200 opções para membros da Diretoria Estatutária,

		totalizando o valor de R\$46.375.310, o que implicaria em 0,31% de diluição potencial.
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários do Programa de Opções de Compra de Ações.	Para o Plano de Opções ao longo de pelo menos 5 anos e para todos os possíveis beneficiários, é possível outorgar até 25.313.506 opções, sendo o valor total do Plano estimado em R\$165.832.959, o que implicaria em 1,1% de diluição potencial.
Preço médio ponderado de exercício		
(i) Das opções em aberto no exercício social	N.A	Nas primeiras outorgas aprovadas em 2023, o preço de exercício foi estabelecido com base no preço mínimo (R\$ 42,00), atualizado pela variação do IPCA/IBGE e acrescido de taxa de juros pré-fixada de 5% a.a. (<i>spread</i>).
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N.A	N.A
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A	N.A

Não houve remuneração baseadas em ações sob a forma de opções de compra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Registra-se que, para o exercício de 2023, foi apropriado 1/5 do valor total das opções outorgadas, ou R\$9.275.062, que se referem ao 1º ano do Programa para a Diretoria Estatutária. Não foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021.

8.6. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de opções de compras de ações – exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9	12
N.º total de membros remunerados	0	12
Data de outorga	N.A	N.A
Quantidade de opções outorgadas	N.A	N.A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A	N.A
Prazo máximo para exercício das opções	N.A	N.A
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A	N.A
Valor justo das opções na data de outorga	N.A	N.A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N.A	N.A

Não há previsão de novas outorgas para o exercício de 2024 tendo em vista que todos os membros da Diretoria Estatutária já tiveram as respectivas outorgas aprovadas. De toda a forma, registra-se que para o exercício social de 2024, será apropriado 1/5 do valor total do Programa, ou R\$9.275.062, que se refere ao 2º ano do Programa.

Outorga de opções de compras de ações – exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9	9,83
N.º total de membros remunerados	0	9,83
Data de outorga	N.A.	A partir de abril de 2023
Quantidade de opções outorgadas	N.A.	No âmbito do Plano de Opções, foi realizada a outorga de 7.080.200 opções a membros da Diretoria Estatutária.
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N.A.	A partir do 3º ano, 4º ano e 5º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	120 dias contados do final do Prazo de Maturidade (qual seja, ao final do ano 3, do ano 4 e do ano 5) de cada Lote de Opções
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N.A.	180 dias do respectivo recebimento de cada Ação
Valor justo das opções na data de outorga	N.A.	(i) R\$5,11 para o ano 3; (i) R\$6,42 para ano 4; e (ii) R\$8,13 para o ano 5.
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N.A.	Foi aprovada a outorga para a Diretoria Estatutária em valor estimado de R\$46.375.310, a serem entregues em ações ao longo de 5 anos.

Registra-se que, para o exercício de 2023, foi apropriado 1/5 do valor total das opções outorgadas, ou R\$9.275.062, que se referem ao 1º ano do Programa para a Diretoria Estatutária. Não foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	9,83
Nº de membros remunerados	0	9,83
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N.A.	Foi realizada a outorga de 7.080.200 opções aos membros da Diretoria Estatutária, exercíveis a partir do 3º ano.
Data em que se tornarão exercíveis	N.A.	A partir do 3º ano, 4º ano e 5º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	120 dias contados do final do Prazo de Maturidade de cada Lote de Opções
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	180 dias do respectivo recebimento de cada Ação
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	Nas primeiras outorgas aprovadas em 2023, o preço de exercício foi estabelecido com base no preço mínimo (R\$ 42,00), atualizado pela variação do IPCA/IBGE e acrescido de taxa de juros pré-fixada de 5% a.a. (<i>spread</i>).
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	R Valor Justo das Opções em 4,28 para o ano 3; 6,44 para ano 4; e 8,35 para o ano 5
Opções exercíveis		
Quantidade	N.A.	N.A.
Prazo máximo para exercício das opções	N.A.	N.A.
Prazo de restrição à transferência das ações	N.A.	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	N.A.	N.A.
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N.A.	N.A.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Eletrobras não exerceram opções relativas à remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração Variável Anual (RVA)

Anteriormente, existia na Companhia o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), a qual era realizada por meio de instrumento baseado em ações, no modelo conhecido como “*Phantom Shares*”, sem a entrega de ações escriturais aos Diretores Estatutários. Dessa forma, não havia outorga de opções ou entrega de ações de emissão da Companhia, não resultando, portanto, em diluição aos acionistas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em que havia 10,25 membros do Conselho de Administração, 5,83 membros da Diretoria Estatutária, 5 membros do Conselho Fiscal e 4,83 membros de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração atuando – conforme item 8.2 acima –, sendo que 5,83 membros da Diretoria Estatutária eram remunerados pelo modelo RVA), o montante pago a diretores e ex-diretores no âmbito de tal modelo de *Phantom Shares* foi de R\$756.459,43, e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$382.939,69.

O último Programa de RVA, a RVA 2022, foi descontinuado em 2023 conforme informado na AGO de 2023, tendo sido pago R\$1.712.782,54 considerando período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas

O Plano de Ações Restritas foi aprovado pela 184ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 22 de dezembro de 2022), de modo que não houve a entrega de quaisquer ações restritas aos respectivos beneficiários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Para mais informações sobre o Plano de Ações Restritas, vide item 8.4 deste Formulário de Referência. **Frisa-se que o Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas foi elaborado especificamente para a realização de outorgas até 31.03.2023, tendo sido encerrada a possibilidade de inclusão de novos beneficiários.**

A tabela abaixo contém a previsão do número de ações a serem entregues no exercício social corrente (2024).

Ações a serem entregues diretamente aos beneficiários -Previsão para o exercício social corrente (2024)		
	Conselho de Administração¹	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9	12
N.º de membros remunerados	7	5
Diluição potencial em caso de entrega de todas as ações aos beneficiários	Os beneficiários do Conselho de Administração receberão as Ações Restritas apenas em 2028.	Considerando os atuais beneficiários, serão transferidas 162.086 Ações Restritas referentes à 3ª transferência, o que implicaria em diluição potencial de 0,007%. Vale lembrar se tratar de transferências previstas nas outorgas realizadas em 2023, dado que a possibilidade de outorga, conforme previsto no Plano de Ações Restritas, findou em março de 2023. Ou seja, não há novas outorgas em 2024.

¹ No caso de beneficiários que sejam membros do Conselho de Administração, a transferência ocorre apenas em 2028, e portanto, não haverá recebimento de Ações Restritas em 2024, mas sim, a apropriação da despesa no período.

Ainda, em relação ao exercício social de 2023, as ações entregues foram as seguintes:

Ações entregues diretamente aos beneficiários (2023)		
	Conselho de Administração¹	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9	9,83
N.º de membros remunerados	0	5,17
Diluição potencial em caso de entrega de todas as ações aos beneficiários	Os beneficiários do Conselho de Administração receberão as Ações Restritas apenas em 2028.	Considerando os beneficiários, foram transferidas 423.990 ações restritas referentes à 1ª transferência, o que implicaria em diluição potencial de 0,018%.

¹ No caso de beneficiários que sejam membros do Conselho de Administração, a transferência ocorre apenas em 2028, e portanto, não houve recebimento de Ações Restritas em 2023, mas sim, a apropriação da despesa no período.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente (2024) – Ações Restritas		
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9	12
N.º de membros remunerados	7	5
Data de outorga	março de 2023	março de 2023
Quantidade de ações outorgadas	0	0
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

Não haverá outorga de ações restritas aos beneficiários em 2024, dado que o Plano de Ações Restritas prevê que 31.03.2023 como a data limite para outorga de Ações Restritas.

Outorga de ações realizadas no exercício social encerrado em 2023 – Ações Restritas		
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	9	9,83
N.º de membros remunerados	9	5,17
Data de outorga	março de 2023	março de 2023
Quantidade de ações outorgadas	Considerando os beneficiários em 2023, até 242.856 ações no total (1ª e única transferência ocorrerá apenas em 30.04.2028)	Considerando os beneficiários em 2023, até 2.119.952 ações, sendo 5 transferências de 423.990 ações)
Prazo máximo para entrega das ações	30.04.2028	31.03.2027
Prazo de restrição à transferência das ações	30.04.2028	A partir da data da entrega (salvo as restrições legais e regulatórias), o membro poderá transferir suas ações em 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027
Valor justo das ações na data da outorga	R\$32,28 (cotação em 14.03.23)	R\$32,28 (cotação em 14.03.23)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$7.839.392 para total de ações outorgadas até 2028, sendo R\$3.919.728 inserido no período de abr/23 a mar/24, que é o valor correspondente à primeira metade do total de ações, visto que até mar/24 faltaria metade do tempo para cumprimento do mandato (abril de 2025) do Conselho.	R\$ 68.432.050 para o total de ações outorgadas ao longo de 5 anos, sendo R\$ 13.686.410 inserido no período de abr/23 a mar/24, referente à 1ª transferência.

¹ No caso do Conselho de Administração, conforme indicado nos campos “prazo máximo para entrega das ações”, a transferência da propriedade das ações ocorrerá somente em 2028 e apenas a outorga ocorreu em 2023, de modo que não há recebimento de qualquer Ação Restrita neste exercício.

Não houve outorga de Ações Restritas realizadas para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Eletrobras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como não há previsão de outorga de Ações Restritas ao longo do exercício de 2024.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Ações entregues – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	9,83
Nº de membros remunerados	0	5,17
Número de ações	1ª e única transferência ocorrerá apenas em 30.04.2028	423.990 ações restritas, referentes à 1ª transferência das ações restritas
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	R\$0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$33,64
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença	N/A	R\$33,64

Ações entregues – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença	N/A	N/A

Ações entregues – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença	N/A	N/A

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. modelo de precificação

Enquanto estatal e previamente à privatização da Eletrobras, as etapas para pagamento da RVA (antigo modelo de remuneração adotado pela Companhia que foi descontinuado em 2023), incluíam precificação das “*Phantom Shares*”, válidas para as parcelas diferidas. Para tanto, seguiam as seguintes etapas: (i) calculava-se a cotação média da ação unitária da empresa considerando os últimos 60 pregões do exercício social anterior ao programa de RVA, considerando a média das cotações das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, ponderada por meio do peso do capital; (ii) em seguida, dividia-se o montante de RVA que cada dirigente teria direito pela cotação média da ação, para obter o número de ações de referência; (iii) posteriormente, o montante a ser pago para cada uma das parcelas diferidas entre o Ano +2 e Ano +5 era calculado por meio do (a) número de ações de referência correspondente, multiplicado pela (b) cotação média da ação unitária da empresa considerando os últimos 60 pregões do exercício social referente ao ano da parcela diferida; sendo que, em todos os casos, eram expurgados os valores discrepantes da amostra de 60 pregões, considerando 90% de confiança para a distribuição normal.

Com a empresa privatizada e a aprovação do novo modelo de remuneração em 22 de dezembro de 2022, foram implementados os planos de ILP, consubstanciados em planos de remuneração variável baseada em opções de compra de ações e em ações restritas.

No âmbito do Plano de Opções, o preço de exercício das opções foi estabelecido em, no mínimo, R\$42,00, que diz respeito ao *pricing* da oferta pública de distribuição de ações para fins de consecução do processo de capitalização, conforme comunicado ao mercado em 10 de junho de 2022. Já no âmbito do Plano de Ações Restritas, a entrega das ações é realizada, pela Companhia, a título não oneroso, não havendo, portanto, preço de exercício.

O Modelo de precificação utilizado no Plano de Ações Restritas e no Plano de Opções foi o modelo de Black & Scholes, considerando as características gerais

do plano de ILP.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação de Black & Scholes, grosso modo, utiliza-se de 6 principais premissas para estimar o valor das opções de compra outorgadas, saber: (i) preço da ação na data-base da outorga; (ii) preço de exercício; (iii) taxa livre de risco; (iv) volatilidade esperada para a ação; (v) expectativa de distribuição de dividendos; e (vi) prazo da outorga até o exercício.

O preço da ação foi definido com base no preço de fechamento da Eletrobras (ELET3) na data-base de 28.02.2023.

O preço de exercício, por sua vez, foi definido considerando o valor mínimo de R\$42,00 (que corresponde ao preço de referência utilizado no aumento de capital da Companhia), corrigido pela variação positiva do IPCA/IBGE, acrescido de taxa de juros pré-fixada (spread) de 5% entre a data do aumento de capital da companhia e a data do exercício.

No que tange à volatilidade, esta foi obtida considerando o desvio padrão anualizado dos retornos diários das ações da Eletrobras (ELET3) e de outras empresas de capital aberto que atuam no setor elétrico brasileiro.

Já os prazos de vencimento foram estimados com base no prazo mínimo estabelecido no Plano de Opções.

A taxa livre de risco foi estimada com base na curva referencial futura da DI x Pré da B3, que considera a estrutura a termo da taxa de juros.

Por fim, não foi considerada a distribuição de dividendos na precificação, uma vez que a proposta prevê que o preço de exercício será corrigido pelas distribuições de dividendos e JCSP que podem gerar impactos nos preços futuros da Eletrobras.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Tendo em vista que a Eletrobras é uma empresa de capital aberto, com cotações

diárias e que a janela de exercício das opções é um período de apenas 4 meses, a Companhia considera, para fins do Plano de Opções, o preço de exercício como o preço de cotação das ações no primeiro dia imediatamente após o período de maturação (“*vesting period*”) da ação.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi estimada considerando o desvio padrão anualizado dos retornos diários das ações da Eletrobras e de outras empresas de capital aberto do setor elétrico brasileiro. As janelas temporais utilizadas nas leituras das volatilidades coincidem com os prazos em anos entre a outorga e a data de vencimento/exercício esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foi considerada expectativa de pagamento de dividendos no modelo, uma vez que a Proposta de Aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações prevê que o preço de exercício será corrigido por eventuais distribuições de dividendos.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2023	Sociedade Emissora de Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade
Conselho de Administração	Companhia	Ações Preferenciais "B"	4.370.457
Conselho de Administração	Companhia	Ações Ordinárias	2.935
Diretoria Executiva	Companhia	Ações Ordinárias	117.511
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A
Total:			4.490.903

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

Exercício Social encerrado em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	9	9,83	18,83
Nº de membros remunerados ¹	0	5,50	5,50
Nome do Plano	Fundação Eletrobras de Seguridade Social - Plano CD Eletrobras e CD I		
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não disponível	Não disponível
Condições para se aposentar antecipadamente	-	- Ter 60 (sessenta) meses de efetiva filiação como participante da Eletros; - Ter idade mínima de 50 anos completos no CD Eletrobras e 45 anos completos no CD I - Ter sua relação de trabalho com o patrocinador rompida.	-
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$3.181.023,26	R\$3.181.023,26
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$1.221.311,89	R\$1.221.311,89
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	O cancelamento da inscrição do participante, quando comprovado o rompimento da relação de trabalho com o patrocinador, sempre que esse cancelamento ocorra antes desse participante estar em gozo de benefício de Renda Mensal oferecido pelo Plano, dará direito ao resgate, na forma de pagamento único ou parcelado por opção do participante, descontado o Imposto de Renda devido.	-

¹ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP, e considerando o número de participantes inscritos no plano, por mês.

Exercício Social encerrado em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	9	9,83	18,83
Nº de membros remunerados ¹	0	1,33 ²	1,33
Nome do Plano	Icatu		
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não disponível	Não disponível
Condições para se aposentar antecipadamente	-	- Ter idade mínima de 50 (cinquenta) anos completo; - Ter sua relação de trabalho com o patrocinador rompida.	-

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$617.624,17	R\$617.624,17
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a 60ª parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos Administradores	-	R\$617.624,17	R\$617.624,17
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate enquanto ativo no plano: regra de penalidade – perde valor idêntico ao valor do resgate parcial – carência de 60 dias para o primeiro saque ou entre saques; - Resgate enquanto desligado: segue regras de <i>vesting</i>. 	-

¹ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP, e considerando o número de participantes inscritos no plano, por mês.

² O Plano de Previdência Icatu passou a ser oferecido a diretoria estatutária em novembro de 2023 e o número de membros remunerados foi calculado pela média dos 12 meses do número de participantes.

8.15. Remuneração mínima, média e máxima

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	9,83	6,33	5,83	9,00	9,58	10,25	5,00	4,92	5,00
Nº de membros remunerados	9,83	6,33	5,83	8,17	7,00	7,42	5,00	4,92	5,00
Valor da maior ² remuneração ¹ R\$	19.342.394,01	1.226.608,08	1.027.824,23	1.673.270,64	65.284,32	65.284,32	146.403,75	75.859,76	65.284,32
Valor da menor ³ remuneração ¹ R\$	4.960.915,75	928.300,79	821.745,55	1.573.274,64	65.284,32	65.284,32	146.403,75	68.045,01	65.284,32
Valor médio ⁴ da remuneração ¹ R\$	8.094.753,54	1.277.250,95	1.105.273,57	1.473.760,68	65.689,20	66.037,08	143.009,09	76.468,72	65.284,32

¹Para fins de Remuneração, computou-se o somatório de todos os componentes remuneratórios, quando aplicáveis, dos Administradores e Conselheiros Fiscais: salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, incentivo de curto prazo (ICP), incentivo de longo prazo (ILP), pós-emprego, cessação do cargo etc. Ademais, no caso das Ações Restritas para Conselho de Administração a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos após 2023, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva para o exercício de 2024, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

² Para “Maior Remuneração” (R\$19.342.394,01): Verifica-se o maior somatório dos valores remuneratórios pagos para determinado diretor em 2023, dentre o somatório para cada um dos diretores que perceberam valores remuneratórios em 2023. Ou seja, nenhum diretor individualmente recebeu (ou teve de reconhecimento da despesa no período) mais do que R\$ 19.342.394,01 em 2023. Em resumo, trata-se de maior remuneração para determinado diretor, ou seja, para um indivíduo.

³ O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.

⁴ Para “Remuneração Média (R\$ 8.094.753,54)”: O somatório dos valores remuneratórios pagos a todos os diretores em 2023 (R\$79.598.409,85) é dividido pelo número de diretores remunerados (9,83), sendo este calculado conforme metodologia do Ofício Circular/Anual2023-CVM/SEP, que corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. Em resumo, trata-se da média das posições de Diretoria, onde uma posição pode ter mais de um Diretor. É possível perceber que há bases diferentes para “maior remuneração” e “remuneração média” (uma que considera as posições de diretoria, e outra que considera individualmente cada diretor).

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	Com a aprovação do Novo Modelo de Remuneração da Eletrobras Privatizada, a remuneração para cada um dos membros da Diretoria Estatutária passou a observar a aderência ao mercado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.
31/12/2022	Com a aprovação do Novo Modelo de Remuneração da Eletrobras Privatizada, a remuneração para cada um dos membros da Diretoria Estatutária passou a observar a aderência ao mercado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP.
31/12/2021	O valor de honorários distribuídos para os membros da diretoria estatutária é o mesmo para todos, exceto o acréscimo de 5% para o diretor-presidente em relação aos demais membros. O presidente era também membro do conselho de administração, porém a remuneração por ele percebida na qualidade de membro da diretoria estatutária não foi computada para efeito do cálculo da remuneração do conselho de administração e vice-versa, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. Entretanto, os encargos relativos à sua remuneração total são considerados exclusivamente na diretoria estatutária. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.

Conselho de Administração	
31/12/2023	Com a aprovação do Novo Modelo de Remuneração da Eletrobras Privatizada, a remuneração para o Conselho de Administração passou a observar a aderência ao mercado. O valor do Presidente do Conselho de Administração é distinto dos demais Conselheiros, os quais recebem idênticos patamares de remuneração, com exceção daquela específica por Participação em Comitês. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.
31/12/2022	Com a aprovação do Novo Modelo de Remuneração da Eletrobras Privatizada, a remuneração para o Conselho de Administração passou a observar a aderência ao mercado. O valor do Presidente do Conselho de Administração é distinto dos demais Conselheiros, os quais recebem idênticos patamares de remuneração, com exceção daquela específica por Participação em Comitês. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do

	respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.
31/12/2021	O valor de honorários distribuído entre os membros do conselho de administração é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.

Conselho Fiscal	
31/12/2023	O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.
31/12/2022	O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.
31/12/2021	O valor de honorários distribuído entre os membros do Conselho de Fiscal é idêntico para todos os membros. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024-CVM/SEP. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício-Circular /ANUAL-2024- CVM/SEP.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

No que se refere a mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição de cargo, informamos que, a critério do Conselho de Administração, é possível pagamento mensal em valor equivalente à uma remuneração fixa, pelo período de 12 (doze) meses a contar da rescisão de contrato, sendo certo que, nessa hipótese, haverá como contrapartida a aplicação do dever de não concorrência pelo executivo.

Ademais, na Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Ota-se que a Eletrobras, nos termos do artigo 27, de seu Estatuto Social, assegura a defesa de seus administradores em processos administrativos e judiciais, além de manter contrato permanente de seguro em favor de seus administradores, com vistas a resguardá-los de qualquer responsabilidade por atos praticados no interesse da Companhia durante o exercício válido – e sem conflito de interesses – de seu cargo ou função.

Em atendimento ao supracitado dispositivo estatutário, a Eletrobras tem contratada (aprovado pela Resolução RES – 516/2023, de 12 de setembro de 2023) apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (“D&O”), com prêmio no valor total de R\$ 10.659.538,37, e vigência de 14/09/2023 a 14/09/2024. O D&O estende cobertura também para todos os administradores das Subsidiárias Integrais e para os administradores indicados pela Eletrobras nas suas Controladas e Coligadas.

Como mecanismo de proteção adicional, o Estatuto expressamente prevê a possibilidade de a Companhia celebrar contratos de indenidade com seus administradores (artigo 27, § 3º e seguintes). As regras, requisitos, limites e demais condições para a concessão de indenidade constam da Política de Indenidade da Eletrobras, divulgada no sítio eletrônico da Companhia. O limite

máximo e global de indenidade em decorrência dos Contratos de Indenidade no âmbito da Política de Indenidade em vigor é de R\$500 milhões, corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a partir da aprovação desta Política pelo Conselho de Administração havida em 24/11/2023.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nos exercícios sociais de 2022 e 2021, todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal considerados partes relacionadas tinham relacionamento com a União, antiga controladora da Companhia. Tendo em vista a concretização do processo de privatização da Companhia em julho de 2022 e a consequente ausência de controlador desde então, este item 8.17 não é aplicável ao exercício social de 2023 e exercício corrente.

Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Número de Membros	9,58	6,33	4,92	5,00
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	2,80	1,73	4,42	0,00
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	R\$459.824,38	R\$8.084.998,45	R\$376.226,10	R\$1.985.732,60
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	R\$182.252,07	R\$722.292,28	R\$224.506,58	0,0
% da Remuneração total do órgão	40%	9%	60%	0%

Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário
Número de Membros	10,25	5,83	5,00	4,83
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores	4,25	0,75	2,17	-
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	R\$489.995,11	R\$6.443.744,91	R\$326.421,60	R\$1.902.676,40
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	R\$247.536,37	R\$317.935,23	R\$143.625,48	-
% da Remuneração total do órgão	45%	4%	40%	0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão para que haja no exercício social corrente (2024), pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras por qualquer razão que não a função que ocupam na Eletrobras. Toda a remuneração recebida na Eletrobras foi e continuará sendo em função apenas e tão somente do cargo ocupado na Eletrobras.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve nos 3 (três) últimos exercícios sociais, e não há previsão para que se verifique no exercício social corrente (2024), parcelas da remuneração suportadas por controladas da Eletrobras, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido ou que possam ser atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, e não houve e não há previsão para que haja, em nenhum caso, tal hipótese de remuneração por controlada, controladores ou sociedades sob controle comum em função do exercício do cargo na Eletrobras. Qualquer remuneração recebida em outras empresas/órgãos foi e continuará sendo em função das atividades lá exercidas.

Adicionalmente, em relação à remuneração recebida em outras empresas e/ou órgãos, indica-se a seguir, em relação ao exercício corrente (2024) e aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as remunerações previstas (com relação a 2024) e recebidas (com relação aos demais exercícios) por Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras, reconhecidas no resultado das controladas da Eletrobras, dos controladores diretos ou indiretos da Eletrobras ou de sociedades sob controle comum, não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

De todo o modo, caso haja remuneração recebida em subsidiária/controlada, por indicação da Eletrobras ou no interesse desta, tais valores serão compensados da remuneração anual do administrador recebida na Companhia.

Exercício Social 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A

Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	R\$421.816,80	N/A	R\$421.816,80

Exercício Social 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	0	R\$246.069,36	0	R\$246.069,36
Sociedade sob controle comum	N/A	R\$421.816,80	N/A	R\$421.816,80

Exercício Social 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	R\$663.995,81	N/A	R\$663.995,81
Sociedade sob controle comum	R\$196.794,00	R\$376.037,56	N/A	R\$572.831,56

Exercício Social 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	R\$987.594,27	R\$43.328,40	R\$1.030.922,67
Sociedade sob controle comum	R\$124.392,00	R\$285.957,12	R\$47.605,44	R\$457.954,44

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em linha com as melhores práticas de mercado (quase a totalidade das empresas privadas), a Companhia passa a apresentar aos investidores proposta de remuneração considerando o exercício social coincidente com o calendário civil do ano corrente, e não mais o período compreendido entre 1 de abril do ano corrente e 31 de março do ano seguinte.

De toda a forma, de modo a promover a devida transparência aos investidores, compartilhamos em seguida o detalhamento da remuneração dos Administradores, conforme tabelas abaixo.

- Montante da Remuneração da Administração aprovado na AGO de 2023 para o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024;
- Montante da Remuneração da Administração realizado, considerando o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024;
- Proposto na AGOE de 2024 para o exercício social de 2024, considerando o calendário civil (1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024).

Remuneração dos Administradores conforme aprovado na AGO de 2023					
(Período de abril de 2023 a março de 2024)					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês Estatutários de Assessoramento ao CA	Total
Número total de membros	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Número de membros remunerados	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	R\$6.780.000,00	R\$18.120.000,00	R\$755.000,00	-	R\$25.655.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	R\$1.794.932,28	-	-	R\$1.497.818,88
Participações em comitês	R\$1.899.924,00	-	-	R\$2.100.000,00	R\$3.999.924,00
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	-	R\$33.090.329,30	-	-	R\$33.090.329,30
Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	R\$2.083.800,00	-	-	R\$2.083.800,00
Cessação do cargo	-	-	-	-	0,00
Baseada em ações, incluindo opções ¹	R\$11.716.106,70	R\$28.473.439,08	-	-	R\$40.189.545,78
Observação					-
Total da remuneração	R\$20.396.030,70	R\$83.265.387,25	R\$755.000,00	R\$2.100.000,00	R\$106.516.417,95

¹Com relação ao previsto para abril de 2023 a março de 2024, o campo "remuneração baseada em ações" considerou (i) a 2ª transferência para Diretoria Estatutária e a apropriação da 1ª metade para o Conselho de Administração no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado na 184ª

AGE; (ii) a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Opções, também aprovado na 184ª AGE; e (iii) o modelo de remuneração baseada em ações anteriormente em vigor, que foi descontinuado em 2023, de “Phantom Shares”. No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, somente a outorga ocorreu em 2023 e a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorreu em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva entre abr/23 e mar/24, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Realizado de Remuneração dos Administradores conforme prazo do mandato (Proposta 63ª AGO)					
(Período de abril de 2023 a março de 2024)					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês Estatutários de Assessoramento ao CA	Total
Número total de membros	9,00	9,83	5,00	4,00	27,83
Número de membros remunerados	8,17	9,83	5,00	4,00	27,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	R\$6.380.498,00	R\$14.665.902,31	R\$715.045,43	-	R\$21.761.445,74
Benefícios diretos e indiretos	-	R\$2.514.359,88	-	-	R\$2.514.359,88
Participações em comitês	R\$1.735.486,14	-	-	R\$1.680.000,00	R\$3.415.486,14
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	-	R\$35.157.652,99	-	-	R\$35.157.652,99
Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	R\$2.036.240,02	-	-	R\$2.036.240,02
Cessação do cargo	-	R\$550.000,00	-	-	R\$550.000,00
Baseada em ações, incluindo opções ¹	R\$3.919.728,12	R\$24.674.254,65	-	-	R\$28.593.982,77
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP				-
Total da remuneração	R\$12.035.712,26	R\$79.598.409,85	R\$715.045,43	R\$1.680.000,00	R\$94.029.167,54

¹Com relação ao realizado, o campo “remuneração baseada em ações” considera (i) a 1ª transferência para Diretoria Estatutária no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado na 184ª AGE (ii) a apropriação da 1ª metade do valor para o Conselho de Administração no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado na 64ª AGE; (iii) a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Opções, também aprovado na 184ª AGE; e (iii) o modelo de remuneração baseada em ações anteriormente em vigor, que foi descontinuado em 2023, de “Phantom Shares”. No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, somente a outorga ocorreu em 2023, sendo que a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorreu em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva entre abr/23 e mar/24, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Proposto para o Exercício de 2024 (Proposta AGOE de 2024)					
(Período de janeiro de 2024 a dezembro de 2024)					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês de Assessoramento ao CA	Total
Número total de membros	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Número de membros remunerados	9,00	12,00	5,00	5,00	31,00
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	R\$9.300.000,00	R\$18.180.000,00	R\$757.500,00	-	R\$28.237.500,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	R\$1.794.932,28	0,00	0,00	R\$1.794.932,28
Participações em comitês	-	-	-	2.100.000,00	R\$2.100.000,00

Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-	-
Remuneração variável					
Bônus	-	R\$29.395.950,00	-	-	R\$29.395.950,00
Participação de resultados	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	R\$2.448.690,87	-	-	R\$2.448.690,87
Cessação do cargo	-	R\$770.000,00	-	-	R\$770.000,00
Baseada em ações, incluindo opções ¹	R\$3.919.728,12	R\$14.507.463,06	-	-	R\$18.427.191,18
Observação					-
Total da remuneração	R\$13.219.728,12	R\$67.097.036,21	R\$757.500,00	R\$2.100.000,00	R\$83.174.264,33

¹Com relação ao previsto para o exercício de 2024, o campo "remuneração baseada em ações" considera (i) 3ª transferência no âmbito do Plano de Ações Restritas proposto nesta AGOE; (ii) a apropriação da 2ª metade do valor para o Conselho de Administração no âmbito do Plano de Ações Restritas proposto nesta AGOE; e (iii) a estimativa de 1/5 do valor do Plano de Opções, também proposto nesta AGOE; No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração, somente a outorga ocorreu em 2023 e a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, a outorga ocorreu em 2023, mas o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva no exercício de 2024, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

ANEXO D

Informações históricas da remuneração efetivamente realizada comparada contra as remunerações globais aprovadas

(a) Valores aprovados na proposta anterior e valores efetivamente realizados:

Apesar de a Eletrobras passar a adotar, a partir da AGO de 2024, o exercício social (coincidente com o calendário civil de 1º de janeiro a 31 de dezembro) como referencial para delimitação temporal da Proposta de Remuneração, será demonstrada abaixo a comparação entre aprovado e realizado considerando o período compreendido entre 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024, de modo a oferecer a devida transparência ao investidor.

Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia ocorrida em 27 de abril de 2023, a remuneração global dos Administradores da Companhia para o período compreendido entre 1º de abril de 2023 e 31 de março de 2024 foi aprovada no valor de R\$106.516.417,95, sendo que, para o mesmo período, foi realizado o montante global de R\$94.029.167,54, que corresponde a variação de -11,7%, conforme tabela abaixo:

R\$	Aprovado AGO/23 (abr/23 a mar/24) (A)	Realizado (abr/23 a mar/24) (B)	Diferença entre Aprovado e Realizado (C) = (B)-(A)
Diretoria ¹	83.265.387,25	79.598.409,85	-3.666.977,40
Conselho de Administração ¹	20.396.030,70	12.035.712,26	-8.360.318,44
Conselho Fiscal	755.000,00	715.045,43	-39.954,57
Comitês de Assessoramento ao Conselho	2.100.000,00	1.680.000,00	-420.000,00
Total	106.516.417,95	94.029.167,54	-12.487.250,42

¹A transferência das ações para os Conselheiros de Administração se dará apenas em abril de 2028, enquanto o prazo de maturidade para Opções de Compra outorgadas ao CEO e Vice-Presidentes é de, no mínimo, três, quatro e cinco anos contados das outorgas aprovadas em 2023. Portanto, os valores de tais itens são representados como apropriação da despesa no período, não havendo recebimento dos referidos valores estimados

(b) Eventuais diferenças entre os valores da presente proposta e da proposta anterior e os constantes da Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia:

Apresentamos tabela abaixo aos acionistas, para demonstrar que a proposta dos valores para a AGO de 2024 é baseada, com pontuais refinamentos, nos patamares/sistemáticas de remuneração fixa, ICP e ILP aprovados na AGO de 2023 e na AGE de dezembro de 2022:

Grupo	Componente	Aprovado na AGO de 2023 (abr/23 a mar/24)	Proposto na AGO de 2024 (jan/24 a dez/24)	Comparação entre AGO de 2023 e AGO de 2024	Observações
Diretoria Estatutária	Nº de Membros Remunerados	Até 12 (1 Presidente e 11 Vice-Presidentes)	Até 12 (1 Presidente e 11 Vice-Presidentes)	Mesma Quantidade	-
	Maior Remuneração Fixa mensal da Diretoria Estatutária	R\$300.000	R\$300.000	Mesmo Patamar	-
	Remuneração Média Fixa mensal da Diretoria Estatutária	R\$110.000	R\$110.000	Mesmos Patamares	-
	Remuneração Variável Anual (RVA) e "PHANTOM SHARES"	Até 12 remunerações	-	Programa encerrado em 2023	A RVA 2022 (pagamento em 2023), consistia em modelo aplicável às estatutais, que foi descontinuado em 2023, conforme informado na AGO de 2023.
	Incentivo de Curto Prazo (ICP) – Programa de Bônus (maior máximo de remuneração entre os administradores)	Até 24 remunerações	Até 24 remunerações	Mesma Sistemática	Os valores referentes ao Programa de Bônus do exercício 2024 constam do montante global proposto para a AGO de 2024.
	Incentivo de Longo Prazo (ILP) – Plano de Opções de Ações¹	Outorga prevista a partir de abr/23, de até 11.517.645 opções (quantidade total para os 5 anos), com valor total estimado de R\$75.453.996,00. Portanto, para o período de abr/23 a mar/24, foi apropriado na AGO 1/5 do valor, ou R\$ 15.090.799.	Outorga realizada de 7.080.200 opções (quantidade total para os 5 anos), com valor total estimado de R\$46.375.310. Portanto, para o exercício de 2024, será apropriado nesta AGO 1/5 do valor, ou R\$9.275.062, que se referem ao 2º ano do Programa, e consideram os beneficiários que permanecem na Companhia.	Mesma Sistemática, com redução na quantidade	Com as outorgas já realizadas, será apropriado para a AGO de 2024 1/5 do valor total do Programa, ou R\$9.275.062, que se referem ao 2º ano do Programa. A perda do vínculo com a Companhia acarreta a perda da qualidade de Beneficiário do Plano e, por conseguinte, a perda do direito de exercer as opções correlatas aos marcos temporais não atendidos. Logo, houve redução da quantidade de opções dos executivos que deixaram a Companhia.
	Incentivo de Longo Prazo (ILP) – Plano de Ações Restritas	Outorga em mar/23 de até 1.684.524 ações restritas. A 1ª transferência (aprovada na 184ª AGE) ocorreu em 31.03.2023, de 336.905 (previsão à época) ações restritas, e a 2ª transferência em 31.03.2024 (aprovada na 63ª AGO), de 336.905 (previsão à época) ações restritas, no valor estimado de R\$10.875.286,94 (cotação de R\$32,28 em 14.03.23)	Outorga em mar/23 de 810.428 ações restritas. Considerando a outorga realizada em mar/2023, e os beneficiários que permanecem na Companhia, a 3ª transferência ocorre em 2025, de 162.086 ações restritas, no valor estimado de R\$5.232.123 (mantendo cotação de R\$32,28 em 14.03.23)	Mesma Sistemática, com redução na quantidade	Ao final de março de 2023, foi encerrada a possibilidade de inclusão de novos beneficiários e a realização de novas outorgas no âmbito do Plano de Ações Restritas. Os valores referentes ao valor das ações restritas referentes à 3ª transferência constam do montante global proposto para a AGOE de 2024. A perda do vínculo com a Companhia acarreta a perda da qualidade de Beneficiário do Plano e, por conseguinte, a perda do direito de exercer as ações restritas correlatas aos marcos temporais não atendidos. Logo, houve redução da

						quantidade de ações restritas dos executivos que deixaram a Companhia. Os dois Conselheiros de Administração que se tornaram igualmente membros da Diretoria Estatutária migraram às regras específicas do Programa de Ações Restritas voltadas aos executivos, não havendo qualquer acúmulo de remuneração pela cumulação de cargos, razão pela qual os valores das suas ações restritas passaram a ser computadas neste grupo.
Conselho de Administração	Nº de Remunerados	Membros Até 9		Até 9	Mesma Quantidade	-
	Remuneração Fixa Mensal do Conselho de Administração (maior dos conselheiros)		R\$85.000	R\$95.000	Mesmo Patamar	Diferenciação em relação aos demais Conselheiros, em consonância com práticas de mercado.
	Remuneração Fixa Mensal do Conselho de Administração (média, sem a maior remuneração dos conselheiros)		R\$60.000 + Até R\$ 25.000 (participação em Comitês)	R\$85.000	Mesmos Patamares, metodologia diferente	com Os valores referentes a participações em Comitês foram agregados à remuneração fixa, em consonância com práticas de mercado, na medida em que a atuação enquanto membro do Conselho de Administração deve igualmente levar em conta o tempo e a dedicação necessários para atuação em comitês de assessoramento. Ademais, levou-se em conta que cada conselheiro já atua, em média, em dois comitês. Cabe pontuar que os executivos que excepcionalmente estão cumulando cargo de membro do Conselho de Administração e de membro de comitê de assessoramento não percebem qualquer remuneração fixa associada à atuação nesta última posição.
	Incentivo de Longo Prazo (ILP) – Plano de Ações Restritas ¹		Ajuste na Quantidade: Outorgas ⁴ de até 725.905 ações em mar/23, sendo única transferência das 725.905 ações em 30.04.2028, no valor estimado de R\$23,4 milhões (cotação de R\$32,28 em 14.03.23)	Considerando a outorga e realizada em mar/2023 de 242.856 ações, haverá única transferência das 242.856 ações em 30.04.2028, no valor estimado de R\$ 7.839.392 ¹ (mantendo cotação de R\$32,28 em 14.03.23).	Mesma Sistemática, com ajuste na quantidade	Será apropriado no montante global da AGOE de 2024 valor de R\$3.919.728 milhões, correspondente à metade do total de ações, visto que até o final do período desta AGO (março de 2025), a última metade do tempo para cumprimento do mandato (abril de 2025) terá sido concluído. Lembramos que na AGO de 2023 havia sido apropriada a primeira metade. Os dois Conselheiros de Administração que se tornaram igualmente membros da Diretoria Estatutária migraram às regras específicas do Programa de Ações Restritas

					voltadas aos executivos, não havendo qualquer acúmulo de remuneração pelo acúmulo de posições, razão pela qual os valores das suas ações restritas passaram a ser computados no citado grupo.
Conselho Fiscal	Número de Membros Remunerados	Até 5	Até 5	Mesma Quantidade	-
	Remuneração Fixa Mensal do Conselho de Fiscal	R\$12.583	R\$ 12.625	Mesma Sistemática	Caso instalado o Conselho Fiscal, sua remuneração é calculada com base nas premissas legais (dez por cento da remuneração fixa média mensal dos membros da Diretoria Estatutária)
Membros Externos dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração	Remuneração Fixa Mensal do Membro Externo dos Comitês de Assessoramento ao Conselho	R\$ 35.000	R\$ 35.000	Mesmo patamar	-

¹A transferência das ações para os Conselheiros de Administração se dará apenas em abril de 2028, bem como o prazo de maturidade para Opções de Compra para o CEO e Vice-Presidentes possui prazo de maturidade de no mínimo 3, 4 e 5 anos. Portanto, em ambos os casos não há recebimento dos valores estimados citados no exercício de 2024, mas sim, a apropriação da despesa no período.

Abaixo, para fins de comparação e para prosseguirmos com a transparência aos acionistas, apresentamos tabela que compara o montante global aprovado na AGO de 2023 com o proposto na AGOE de 2024, e apresenta as diferenças e os comentários de cada um dos componentes:

Grupos	Aprovado na AGO de 2023 (Abr23 a Mar24) (A)	Proposto na AGOE de 2024 (jan24 a dez24) (B)	Diferença (C) = (B)-(A)	Comentários
Honorários Fixos	18.120.000	18.180.000	60.000	-
Benefícios	1.497.819	1.794.932	297.113	-
Pós Emprego	2.083.800	2.448.691	364.891	-
RVA 2022 (+encerramento)	6.268.382	-	-6.268.382	A RVA consistia em modelo aplicável às estatais, que foi descontinuado em 2023, conforme informado na AGO de 2023.
Cessação do Cargo	-	770.000	770.000	Condições acordadas em distrato de diretores executivos havidas em 2023.
ICP (Bônus)	29.329.300	29.395.950	66.650	-
ILP (Stock Options)¹	15.090.799	9.275.340	-5.815.459	Redução na quantidade de Stock Options, que contempla saída de executivos da Companhia, e inclusão dos conselheiros que se tornaram membros da Diretoria Estatutária. Vide comentários da tabela acima sobre ILP - Plano de Opções de Ações.
ILP (Ações Restritas)	10.875.287	5.232.123	-5.643.164	Redução na quantidade de Ações Restritas, que contempla saída de executivos da Companhia, e inclusão dos conselheiros que se tornaram membros da Diretoria Estatutária. Vide comentários da tabela acima sobre ILP - Plano de Ações Restritas.

Total Diretoria	83.265.387	67.097.036	-16.168.351	
Conselho de Administração	8.679.924	9.300.000	620.076	-
ILP Ações Restritas CA¹	11.716.107	3.919.728	-7.796.379	Redução na quantidade de ações restritas, em virtude dos conselheiros que se tornaram membros da Diretoria Estatutária e migraram para as regras aplicáveis aos executivos, conforme explicado na tabela acima sobre ILP – Plano de Ações Restritas.
Conselho Fiscal	755.000	757.500	2.500	-
Comitês de Assessoramento	2.100.000	2.100.000	0	
Total Conselhos e Comitês	23.251.031	16.077.228	-7.173.803	
Total	106.516.418	83.174.264	-23.342.154	

¹No caso das Ações Restritas para Conselho de Administração a transferência da propriedade das ações ocorrerá apenas em 2028; da mesma forma, no caso das Opções de Compra de Ações da Diretoria Estatutária, o exercício das opções ocorrerá no mínimo em 3 anos após 2023, havendo outros dois marcos de *vesting* com o alcance dos prazos de 4 anos e 5 anos; Portanto, não há recebimento dos valores de Ações Restritas pelo Conselho de Administração, e de Opções de Compra de Ações pela Diretoria Executiva para o exercício de 2024, mas sim, o reconhecimento da despesa no período.

Em razão (i) da manutenção dos patamares de remuneração fixa; (ii) da redução das quantidades de ações restritas e de opções de compra; e (iii) do encerramento da RVA 2022, propõe-se a aprovação de montante de remuneração global equivalente a R\$83.174.264 para o exercício de 2024, patamar que é R\$23.342.154 (21,9%) inferior ao proposto e aprovado pelos acionistas em 2023.

O **Anexo C** à Proposta de Administração da Eletrobras para a AGOE a ser realizada contém as informações referentes à remuneração dos Administradores, membros do Conselheiro Fiscal e membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, nos termos da Seção 8 do Formulário de Referência da Companhia.

ANEXO E

Informações exigidas pelo Anexo B da Res CVM 81/2022 (proposta de alteração ao “Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022)

A administração da Eletrobras propôs aos acionistas, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletrobras, a ser realizada em 26 de abril de 2024 (“AGOE 2024”), a alteração para ajustes pontuais ao “*Plano de Eletrobras de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações (‘Stock Options’)*”, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2023 (“Plano de Opções” ou “Plano”). Exceto pelo que está expressamente indicado abaixo e no **Anexo F** como proposta de alteração do Plano de Opções, os demais termos e condições do plano não estão sendo alterados.

1. Fornecer cópia do plano proposto

A cópia do Plano de Opções, com a inclusão das alterações propostas para a AGOE de 2024, encontra-se no **Anexo G** a esta Proposta da Administração.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando

a) Potenciais beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano de Opções, administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ou por Comitê indicado pelo Conselho para tal fim (“Beneficiários”).

b) Número máximo de Opções a serem outorgadas

No âmbito do Plano de Opções, poderão ser outorgadas opções de compra de ações aos Beneficiários em quantidade que não poderá exceder o limite de 1,1% do capital social total da Companhia em 22 de dezembro de 2022, data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“Opções”).

c) Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número máximo de ações que podem ser adquiridas em razão do exercício de Opções outorgadas aos Beneficiários não poderá exceder o limite de 25.313.506 ações, equivalentes a 1,1% do capital social total da Companhia em 22 de dezembro de 2022.

Para efeitos deste limite, são consideradas todas as ações correspondentes às opções efetivamente exercidas ou exercíveis pelos Beneficiários, independentemente do modelo de liquidação dessa opção. As ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite previsto acima e, portanto, ficarão novamente disponíveis para futura outorga nos termos do Plano de Opções.

d) Condições de aquisição

A outorga de Opções é realizada, necessariamente, mediante celebração de Contratos de Outorga de Opções de Compra de Ações entre a Companhia e os beneficiários, o que poderá se dar a qualquer tempo, enquanto vigente o Plano de Opções (“Contratos de Outorga” ou “Contratos”).

As Opções outorgadas foram divididas em, no mínimo, 3 lotes, com relação aos quais os beneficiários poderão se habilitar para, cumpridas as condições previstas no Plano de Opções e nos respectivos Programas de Opções e Contratos de Outorga, exercer as Opções e adquirir ações integrantes dos lotes vestidos.

Dentre as condições de exercício, o Plano prevê prazos de maturidade de (i) 3 anos para um terço das Opções; (ii) 4 anos para um terço das Opções; e (iii) 5 anos para um terço das Opções, todos contados desde a data da outorga, durante os quais o beneficiário deverá continuar ocupando seu respectivo cargo na Companhia.

Com a alteração do Plano de Opções proposta à AGOE de 2024, o Conselho de Administração poderá determinar, extraordinariamente, que o marco inicial do respectivo prazo de maturidade das Opções seja em data anterior à data de celebração do respectivo contrato de outorga, desde que a aprovação da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia tenha ocorrido ao longo do exercício social de 2023.

Além disso, também podem ser fixadas condições de exercício adicionais, como, por exemplo, relativas ao atingimento de metas individuais e/ou coletivas.

e) Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O Plano de Opções prevê o preço mínimo de exercício, por ação, de R\$42,00, que corresponde ao preço praticado no aumento de capital da Companhia no âmbito da oferta pública de ações concluída em 10 de junho de 2022.

Em linha com o Plano de Opções, o Programa de Opções aprovado pelo Conselho de Administração (“Programa de Opções”) estabelece que o preço de exercício das Opções será fixado nos respectivos Contratos de Outorga, mas não poderá ser inferior a R\$42,00, a ser atualizado monetariamente pela variação do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde 10 de junho de 2022 até a data de exercício das Opções.

O preço de exercício pode, ainda, ser acrescido de sobretaxa (spread), conforme determinação do Conselho de Administração.

Ademais, com a alteração do Plano de Opções proposta à AGOE de 2024, o preço de exercício fixado no Contrato não poderá ser inferior ao preço médio por ação da Companhia na data da outorga. O preço médio será apurado com base na média da cotação de fechamento das ações ordinárias da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 pregões anteriores à respectiva data de outorga das Opções a cada Beneficiário, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias.

O Conselho de Administração poderá ajustar o preço de exercício por dividendos, juros sobre capital próprio, ou proventos distribuídos pela Companhia no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções, conforme previsto nos respectivos contratos.

f) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções tornar-se-ão maduras, isto é, poderão ser exercidas, conforme prazos e regras previstos no Plano de Opções e no respectivo programa de outorga, observados os requisitos mínimos abaixo, de forma a atender aos objetivos de: (i) retenção dos Beneficiários; e

(ii) geração sustentável de valor a longo prazo.

Uma vez celebrado o contrato de outorga e cumpridas as condições de exercício, o Beneficiário poderá se habilitar ao exercício das Opções integrantes dos lotes vestidos.

O prazo máximo de exercício das Opções é de 120 dias a contar da data em que tais opções se tornam exercíveis, ou seja, após o fim do seu respectivo prazo de maturidade.

O Conselho poderá postergar o exercício das Opções, na hipótese de período de vedação de negociação de ações da Companhia, conforme Política de Negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras e legislação em vigor. Caso o prazo máximo de exercício das opções se encerre durante um período de vedação, referido prazo será automaticamente prorrogado para o prazo de 5 dias contados do final do período de vedação.

g) Forma de liquidação de Opções

As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações ordinárias da Companhia aos Beneficiários, seja por meio da emissão de novas ações ou pela transferência de ações mantidas em tesouraria.

Conforme previsto no Plano e mais bem detalhado nos respectivos Contratos, exercidas as Opções integrantes de lotes vestidos pelo beneficiário, a Companhia poderá optar por liquidar referidas Opções mediante a entrega de uma quantidade de ações apurada conforme a fórmula indicada abaixo, de modo que não haverá desembolso de recursos pelo beneficiário:

$$N_{ações} = \frac{(P_{liquidação} - P_{exercício}) \times N_{opções}}{P_{liquidação}}$$

Onde:

$N_{ações}$ = significa o número de ações a serem transferidas ao beneficiário;

$P_{liquidação}$ = significa o valor correspondente ao preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa,

Balcão (ticker: ELET3), nos 90 pregões anteriores à data em que a Companhia tiver recebido uma notificação de exercício, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias;

$P_{exercício}$ = significa o preço de exercício das opções; e

$N_{Opções}$ = significa o número de opções integrantes do respectivo lote exercido.

Caso a Companhia não opte pela liquidação na forma prevista acima, o beneficiário deverá efetuar o pagamento do preço de exercício dentro do prazo de 90 dias, prorrogáveis por decisão do Conselho de Administração, por 90 dias adicionais, contados do recebimento da comunicação de exercício.

Nenhuma opção será entregue ao beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

h) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções possui vigência de 3 anos e pode ser extinto ou modificado a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral de Acionistas. Qualquer alteração legal significativa relativa à regulamentação das sociedades por ações, às Companhias abertas, à legislação trabalhista ou aos efeitos fiscais do Plano de Opções pode levar à sua revisão integral.

Nos casos de aumento ou redução de capital social ou outras operações que impliquem em modificação da quantidade de ações, bem como alteração da classe ou espécie de ações da Companhia, por quaisquer motivos, cabe ao Conselho de Administração avaliar eventual ajuste no Plano de Opções, de modo a evitar prejuízos aos beneficiários e à Companhia.

Além disso, na hipótese de desdobramento ou grupamento de ações ou dividendos pagos mediante entrega de ações, a quantidade de Opções outorgadas poderá ser ajustada, para mais ou para menos, por determinação do Conselho de Administração.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a) Os principais objetivos do plano

O objetivo do Plano de Opções é de alinhar o modelo de remuneração da Companhia, em sua nova fase de empresa privada, às práticas de mercado e aos desafios da Companhia de atração e retenção de talentos, bem como de geração de valor a longo prazo, por meio da incorporação de incentivos de longo prazo.

Desse modo, o Plano de Opções permite o alinhamento de interesses entre a Companhia, seus acionistas e os Beneficiários, na medida em que os potenciais ganhos e riscos do desempenho da Companhia serão compartilhados. Além disso, contribui, em especial, para o desenvolvimento de uma cultura profissional de alta performance e para a tomada de decisões que privilegiem resultados de longo prazo, superação das metas e criação de valor e o crescimento sustentável da Companhia.

b) A forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opções contribui no alcance os objetivos acima na medida em que (i) a Companhia terá a possibilidade de reter os atuais profissionais chave e atrair novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance, mediante incentivos de longo prazo condicionados ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, o que servirá de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização; (ii) os Beneficiários somente terão direito a adquirir as ações e a capturar o crescimento de valor acionário acima do preço de exercício definido no Plano de Opções, caso sejam atendidas as metas e gatilhos previamente fixados, o que configura grande estímulo para o alto desempenho, a superação de metas e a maximização da capacidade de geração de valor a médio e longo prazo; e (iii) os acionistas, que, poderão contar com a valorização das ações de emissão da Eletrobras e a maximização do retorno de seus investimentos a médio e longo prazo, estabelecendo uma responsabilidade duradoura e alinhada com a prosperidade futura da Companhia e de seus acionistas.

Assim sendo, o Plano de Opções visa a contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de desestatização da Eletrobras (capitalização).

c) Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano de Ações Restritas compõe o plano de incentivos de longo prazo, que foi estruturado para gerar valor tanto para a Companhia, quanto para seus acionistas. Tais incentivos de longo prazo representam uma parcela relevante da remuneração total dos Beneficiários, refletindo o compromisso com uma cultura de alta performance e práticas meritocráticas, dado que os Beneficiários poderão usufruir diretamente do valor gerado, ao longo do tempo, à Companhia e suas partes interessadas. Além disso, o Plano de Opções prevê que o Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer metas adicionais, gatilhos e desafios específicos para reforçar o vínculo entre a remuneração, o desempenho e a geração de valor.

d) Como o plano alinha os interesses dos Beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

No contexto da transformação da Eletrobras, o Plano de Opções se mostra uma ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar seus talentos e estruturada para assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos Beneficiários, da Companhia e de seus acionistas.

O Plano de Opções foi construído com base em metas a serem consideradas em conjunto ou isoladamente, como, por exemplo, rentabilidade e geração de valor no longo prazo, bem como em gatilhos e desafios da Companhia, norteadas pelo Plano Estratégico da Companhia.

Nesse contexto, o Plano de Opções prevê, ainda, que o preço de exercício por opção outorgada não poderá ser inferior (i) ao montante de R\$ 42,00 (acrescido pela variação positiva do IPCA a partir de junho de 2022 e passível de acréscimo de spread); e (ii) ao valor de mercado das ações ordinárias da Companhia, a ser apurado com base na média da cotação de fechamento dos 90 pregões anteriores à respectiva data de outorga, ponderado pelo volume de negociação de tais ações.

Desse modo, permite que os administradores (e demais Beneficiários) enxerguem uma associação direta entre seu desempenho e a captura de parcela do valor referente à valorização das ações da Companhia frente ao preço de exercício definido no Plano de Opções, bem como permite que os Beneficiários e os acionistas da Companhia, os quais apoiaram a desestatização e aprovaram o Plano de Opções, partilhem entre si o valor gerado a longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia adota o modelo de valor justo estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 10(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de pagamento baseado em ações, conforme aprovado pela Resolução CVM n.º 97, de 20 de maio de 2022 para mensurar suas despesas contábeis relacionada à outorga das Opções. A verificação das premissas necessárias para determinar o valor justo ocorrerá somente na data de outorga das Opções e da quantidade outorgada. Tendo em vista que o limite máximo de Opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opções ainda não foi inteiramente consumido, não é possível precificar o valor justo em sua inteireza neste momento.

Sendo assim, com base em nas premissas identificadas no item 8.12 do **Anexo C** a esta Proposta, bem como com base nas melhores estimativas disponíveis no momento, estimamos para os estatutários custo total ao longo dos 5 anos de R\$46.375.310, que se referem a outorga de 7.080.200 opções, tendo sido utilizado para fins de valor justo: (i) R\$5,11 para o ano 3; (i) R\$6,42 para ano 4; e (ii) R\$8,13 para o ano 5.

ANEXO F

Tabela “De/Para” das alterações propostas ao Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas

Cláusula	De	Para	Comentários
1.1 (e)	e) “Exercício da Opção”: efetiva subscrição ou compra das Ações relativas às Opções previamente outorgadas aos Participantes, nos termos deste Plano e respectivos Programas.	e) “Exercício da Opção”: efetiva subscrição ou compra das Ações relativas às Opções previamente outorgadas aos Participantes <u>Beneficiários</u> , nos termos deste Plano e respectivos Programas	Ajuste redacional.
1.1 (f)	f) “Plano de Opções de Compra de Ações” ou “Plano de Opções” ou “Plano”: Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em assembleia geral da Eletrobras.	f) “Plano de Opções de Compra de Ações” ou “Plano de Opções” ou “Plano”: Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em assembleia geral da Eletrobras, <u>conforme alterado</u> .	Ajuste redacional.
1.1 (k)	k) “Programa”: Programa de Opções de Compra de Ações que for aprovado pelo Conselho de Administração, com base neste Plano.	k) “Programa”: Programa de Opções de Compra de Ações que for aprovado pelo Conselho de Administração, com base neste Plano, <u>conforme alterado</u> .	Ajuste redacional.
2.3	2.3. O Plano de Opções, em suma, visa a contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em	2.3. O Plano de Opções, em suma, visa <u>a</u> contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em	Ajuste redacional.

	<p>curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de desestatização da Eletrobras (“capitalização”).</p>	<p>curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de desestatização da Eletrobras (“capitalização”).</p>	
<p>4.1</p>	<p>4.1. O Programa do Plano deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração até março de 2023, sendo que o Preço de Exercício da opção de compra de ações ordinárias será de, no mínimo, R\$ 42,00 (quarenta e dois reais), que corresponde ao preço praticado no aumento de capital da Companhia, em oferta pública de distribuição de ações, concluído em 10 de junho de 2022 conforme comunicado da mesma data.</p>	<p>4.1. O Programa do Plano deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração até março de 2023, sendo que o Preço de Exercício <u>das Opção Opções de Compra de ações ordinárias será de, no mínimo, a ser fixado nos respectivos Contratos de Outorga não poderá ser inferior ao:</u></p> <p><u>(i) montante de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por ação,</u> que corresponde ao preço praticado no aumento de capital da Companhia, em oferta pública de distribuição de ações, concluído em 10 de junho de 2022 conforme comunicado da mesma data; <u>e, cumulativamente,</u></p>	<p>A Companhia já adota, como regra, não fixar o preço de exercício em patamar inferior ao valor de mercado das ações. O ajuste busca, trazer transparência ao que, na prática, já é realizado pela Companhia.</p>

		<p><u>(ii) preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de outorga das Opções a cada Beneficiário, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias.</u></p>	
6.4	N/A	<p><u>6.4. Exclusivamente em relação aos Beneficiários os quais a Companhia aprovou a outorga de Opções de Compra durante o exercício social de 2023, o Conselho de Administração poderá fixar o marco inicial para cômputo do Prazo de Maturidade das suas respectivas Opções em data anterior à data do respectivo Contrato de Outorga, sempre em data posterior à posse ou admissão do Beneficiário, mas em nenhuma hipótese anterior a 01.06.2023, e sempre em data posterior à posse ou admissão.</u></p>	<p>De modo à construção de Programa que garantisse à aderência aos interesses de longo prazo dos acionistas, houve discussões relevantes em 2023 que impactaram em postergação da disponibilização, pela Companhia, dos contratos de outorga para as assinaturas dos Vice-Presidentes. O ajuste, portanto, possui por intuito não prejudicar os executivos em função do período de transição da Companhia e só será aplicável para as outorgas aprovadas pelo Conselho de Administração ao longo do</p>

			exercício social de 2023. Registra-se ainda que a alteração diz respeito exclusivamente ao início da data de cômputo do prazo de maturidade, não havendo, portanto, qualquer alteração de outras condições previstas no Plano de Opções (preço de exercício, condições de vesting etc).
6.6 (antiga 6.5)	6.5. Após o exercício das opções e efetivo recebimento das ações por parte do Beneficiário, fica o Beneficiário impedido de alienar tais ações pelo período de 180 dias, definido como o período de “Lock-up”.	6.6. Após o exercício das opções e efetivo recebimento das ações por parte do Beneficiário, fica o Beneficiário impedido de alienar tais ações pelo período de 180 dias, definido como o <u>período</u> Prazo de “Lock-up”.	Ajuste redacional.
8.5	8.5. Para fins de restrição à negociação, as ações ordinárias que forem adquiridas com o exercício das Opções não deverão observar o período de “Lock-up”, além do que já é estabelecido pela legislação, regulamentações aplicáveis e na Política	8.5. Para fins de restrição à negociação, as ações ordinárias que forem adquiridas com o exercício das Opções <u>não</u> deverão observar o <u>período</u> Prazo de “Lock-up”, além <u>do que</u> das restrições já é <u>estabelecido</u> estabelecidas pela legislação, regulamentações	Ajuste redacional para conformar a redação do item 8.5 com a redação do item 6.6 do Plano de Opções, esclarecendo que as ações adquiridas em razão do exercício das Opções estarão sujeitas ao Prazo de Lock-Up de 180 dias.

	de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.	aplicáveis e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.	
9.1	9.1. As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações pela companhia aos beneficiários.	9.1. As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações pela companhia aos <u>bBeneficiários</u> .	Ajuste redacional.
9.3, <i>caput.</i>	9.3. Caso haja reservas de capital em montantes adequados, a Companhia poderá optar por emitir e entregar ao Beneficiário apenas o número de Ações correspondente à diferença entre o Preço de Liquidação e o Preço de Exercício, multiplicado pelo número total de opções exercidas pelo participante e dividido pelo Preço de Liquidação:	9.3. Caso haja reservas de capital em montantes adequados, a Companhia poderá optar por emitir e entregar ao Beneficiário apenas o número de Ações correspondente à diferença entre o Preço de Liquidação e o Preço de Exercício, multiplicado pelo número total de opções exercidas pelo <u>participante Beneficiário</u> e dividido pelo Preço de Liquidação:	Ajuste redacional.
9.4	9.4. Na hipótese do item 9.3, não haverá desembolso de recursos pelo Participante para a subscrição ou compra de ações, observado o disposto no item 10.4.	9.4. Na hipótese do item 9.3, não haverá desembolso de recursos pelo <u>Participante — Beneficiário</u> para a subscrição ou compra de ações, observado o disposto no item 10.4.	Ajuste redacional.
9.6	9.6. Nenhuma ação será entregue ao participante a não ser que todas as	9.6. Nenhuma ação será entregue ao <u>participante Beneficiário</u> a não ser que todas as exigências legais e	Ajuste redacional.

	exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.	regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.	
10.6	10.6. Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das ações outorgadas a cada Participante.	10.6. Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das ações outorgadas a cada <u>Participante-Beneficiário</u> .	Ajuste redacional.

ANEXO G

Plano de Opções com as alterações propostas consolidadas

PLANO DA ELETROBRAS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para fins de definições, temos:

- a) **"Beneficiários"**: administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ou por Comitê indicado para tal fim, para participar do Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração para este Plano de Opções.
- b) **"Companhia"** ou **"Eletrobras"**: Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras: Eletrobras S.A.
- c) **"Conselho de Administração"**: Conselho de Administração da Companhia.
- d) **"Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações"** ou **"Contrato"** ou **"Contrato de Outorga"**: instrumento particular de outorga de opções de compra de ações, celebrado entre Companhia e Beneficiários, que dará o direito de Exercício da Opção no âmbito do Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração com base neste Plano de Opções.
- e) **"Exercício da Opção"**: efetiva subscrição ou compra das Ações relativas às Opções previamente outorgadas aos Beneficiários, nos termos deste Plano e respectivos Programas.
- f) **"Plano de Opções de Compra de Ações"** ou **"Plano de Opções"** ou **"Plano"**: Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em assembleia geral da Eletrobras, conforme alterado.
- g) **"Preço de Exercício"**: valor estabelecido no Programa a ser considerado para subscrição ou compra de Ações resultantes do exercício das

Opções.

- h) **“Prazo de Maturidade”**: período de carência entre a data de outorga e a data a partir da qual as opções estarão maduras e, portanto, aptas a serem exercidas, desde que preenchidos os demais requisitos e condições estipulados pelo Conselho de Administração.
- i) **“Prazo Máximo de Exercício”**: data limite para o exercício das opções maduras, sob pena de decadência desse direito.
- j) **“Preço de Liquidação”**: correspondente ao preço médio das ações da Companhia por um período de 90 dias corridos ponderado pelo volume de negociação de ações.
- k) **“Programa”**: Programa de Opções de Compra de Ações que for aprovado pelo Conselho de Administração, com base neste Plano, conforme alterado.
- l) **“Opção”**: possibilidade de subscrição ou compra, pelos Beneficiários, de ação ordinária, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia, por preço e condições fixados no Programa, atendidos todos os termos e condições do presente Plano.
- m) **“Prazo de Lock-up”**: Período de 180 dias corridos, contados a partir do exercício da opção, dentro do qual o Beneficiário não poderá alienar, nem onerar, as ações recebidas mediante exercício de suas opções.

2. OBJETIVO DO PLANO

2.1. O objetivo do Plano de Opções é de possibilitar a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas previamente definidas, no pacote remuneratório dos Beneficiários, transformando-os em potenciais acionistas da Companhia, o que permitirá o alinhamento de interesses entre a Companhia, seus acionistas e os Beneficiários, na medida em que os potenciais ganhos e riscos do desempenho da Companhia serão compartilhados, o que contribuirá, em especial, para o desenvolvimento de uma cultura profissional de alta performance e para a tomada de decisões que privilegiem resultados de longo prazo, superação das metas e criação de valor e o crescimento sustentável da Companhia.

2.2. No contexto atual de transformação da Eletrobras, o Plano de Opções configurasse ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura meritocrática e de alta performance, capaz de assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos Beneficiários, da Companhia e de seus acionistas, uma vez que: (i) a Companhia terá a possibilidade de reter os atuais profissionais chave e atrair novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance, mediante incentivos de longo prazo condicionados ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, o que servirá de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização; (ii) os Beneficiários somente terão direito a adquirir as ações e a capturar o crescimento de valor acionário acima do preço de exercício definido neste Plano de Opções, caso sejam atendidas as metas previamente fixadas, o que configura grande estímulo para o alto desempenho, a superação de metas e a maximização da capacidade de geração de valor a médio e longo prazo; (iii) os acionistas, que, diante da atuação dos profissionais em prol do célere destravamento das alavancas de valor da capitalização e da consequente maximização de valor da Companhia, poderão contar com a valorização das ações de emissão da Eletrobras e a maximização do retorno de seus investimentos a médio e longo prazo.

2.3. O Plano de Opções, em suma, visa a contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de desestatização da Eletrobras (capitalização).

2.4. O Conselho de Administração poderá estabelecer Programas, com período de vigência determinado, assim como poderá determinar o limite máximo de opções que poderão ser outorgadas no âmbito de tal Programa, com base nas diretrizes gerais deste Plano.

3. MODELO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DA ELETROBRAS

3.1. A critério do Conselho de Administração, ou de Comitê indicado pelo Conselho para tal fim, poderão ser outorgadas Opções, por meio de Contratos de Outorga, concedendo-lhes, periodicamente, direito de exercer a compra de certa quantidade de ações ordinárias, a um certo preço e em determinado período, de acordo com prazos, termos e condições a serem definidos pelo Conselho de Administração da Companhia, observadas as regras previstas neste

Plano.

3.2. Os eventuais custos referentes a este Plano de Opções que forem referentes a administradores, conselheiros fiscais ou membros de comitê integrarão o pacote remuneratório dos mesmos e dependerão sempre de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme legislação pertinente.

4. PREÇO DE EXERCÍCIO DA OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

4.1. O Programa do Plano deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração até março de 2023, sendo que o Preço de Exercício das Opções de Compra de ações ordinárias a ser fixado nos respectivos Contratos de Outorga não poderá ser inferior ao:

(i) montante de R\$42,00 (quarenta e dois reais) por ação, que corresponde ao preço praticado no aumento de capital da Companhia, em oferta pública de distribuição de ações, concluído em 10 de junho de 2022 conforme comunicado da mesma data; e, **cumulativamente**,

(ii) preço médio por ação da Companhia, a ser apurado pela Companhia com base na média da cotação de fechamento das suas ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (ticker: ELET3), nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de outorga das Opções a cada Beneficiário, ponderado pelo volume de negociação de tais ações ordinárias.

4.2. Após a aprovação do Programa, a seu critério, o Conselho de Administração poderá modificar e/ou atualizar monetariamente o Preço de Exercício das Opções, respeitado o limite mínimo estabelecido no item 4.1.

4.3. O Conselho de Administração poderá determinar se o Preço de Exercício será ajustado por dividendos, juros sobre capital próprio, ou proventos distribuídos pela Companhia no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções, e tais condições serão previstas no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações.

5. BENEFICIÁRIOS

5.1. Poderão ser eleitos como Beneficiários do Plano de Opções,

administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ou por Comitê indicado para tal fim.

6. CICLO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES NA ELETROBRAS

6.1. O Plano de Opções será executado conforme Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração, o qual preverá a celebração de Contratos de Outorga de Opções de Compra de Ações entre a Companhia e os Beneficiários, o que poderá se dar a qualquer tempo, enquanto vigente o Plano.

6.2. As Opções outorgadas nos termos do presente Plano tornar-se-ão maduras, isto é, poderão ser exercidas, conforme prazos e regras previstos no Programa, observados os requisitos mínimos de que trata o item 6.3, de forma a atender aos objetivos de: (i) retenção dos Beneficiários; e (ii) geração sustentável de valor a longo prazo.

6.3. Uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o Prazo de Maturidade das opções outorgadas obedecerá aos seguintes requisitos mínimos: (i) 1/3 das Opções terá Prazo de Maturidade não inferior a 3 anos; (ii) 1/3 das Opções terá Prazo de Maturidade não inferior a 4 anos; (iii) 1/3 das Opções terá Prazo de Maturidade não inferior a 5 anos.

6.4. Exclusivamente em relação aos Beneficiários para os quais a Companhia aprovou a outorga de Opções de Compra durante o exercício social de 2023, o Conselho de Administração poderá fixar o marco inicial para cômputo do Prazo de Maturidade das suas respectivas Opções em data anterior à data do respectivo Contrato de Outorga, sempre em data posterior à posse ou admissão do Beneficiário, mas em nenhuma hipótese anterior a 01.06.2023.

6.5. O Prazo Máximo de Exercício das Opções é de 120 dias a contar da data em que tais opções se tornam exercíveis, ou seja, após o fim do seu respectivo prazo de maturidade, observado o disposto no item 6.8.

6.6. Após o exercício das opções e efetivo recebimento das ações por parte do Beneficiário, fica o Beneficiário impedido de alienar tais ações pelo período de 180 dias, definido como o Prazo de *Lock-up*.

6.7. O Beneficiário, caso se desligue da Companhia ou de sua Controlada,

por iniciativa própria, por baixo desempenho profissional identificado por meio de avaliação regular realizada pela Companhia perderá, a partir da data de desligamento, o direito de exercer as opções de compra dos Prazos de Maturidade remanescentes, independentemente do atingimento de metas. O Beneficiário que for desligado em decorrência da prática de ato que configure justa causa para rescisão de contratos de trabalhos nos termos da legislação trabalhista, de qualquer ato em violação às normas legais ou infralegais, ao Estatuto Social da Companhia, Código de Ética e Conduta e demais normas internas da Companhia, ou ao Contrato de Outorga, perderá a partir da data de desligamento, o direito de exercer as opções de compra, independentemente do atingimento do Prazo de Maturidade. O Conselho de Administração poderá estabelecer critérios para o exercício das opções nos casos cujo Prazo de Maturidade não tenha sido atingido nos casos (i) em que o Beneficiário tenha alcançado as respectivas metas; (ii) de falecimento, incapacidade ou aposentadoria.

6.8. Não se considera desligamento a transferência do Beneficiário da Companhia para uma de suas controladas e vice-versa, ou, para qualquer outra sociedade, neste caso por interesse da Companhia.

6.9. Em qualquer caso, as opções de compra de ações não poderão ser exercidas em período de vedação de negociação de ações da Companhia, conforme Política de Negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras e legislação em vigor. Caso o Prazo Máximo de Exercício das Opções se encerre durante um período de vedação, referido prazo será automaticamente prorrogado pelo prazo de 5 (cinco) dias contados do final do período de vedação.

6.10. A forma de comunicação do exercício da opção pelos Beneficiários será prevista no Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações.

7. OUTORGA DAS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

7.1. A outorga de opções de compra de ações será realizada, necessariamente, mediante celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, observado o Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

7.2. O Contrato especificará, entre outros itens, a quantidade de opções de

compra objeto da outorga, bem como os preços, os prazos, os termos e as condições de exercício das Opções pelos Beneficiários.

7.3. O Conselho de Administração pode, ao seu critério, estabelecer contratos diferenciados entre os Beneficiários, desde que observadas as condições gerais deste Plano de Opções.

7.4. Não haverá contrapartida em dinheiro por parte dos Beneficiários quando da celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações.

7.5. Até a data do exercício das opções de compra pelos Beneficiários, não caberão aos Beneficiários quaisquer direitos e vantagens, como acionistas, com relação às ações objeto da outorga, tais como direito de voto, recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

8. OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES SUJEITAS AO PLANO

8.1. Com vistas à criação de valor à Companhia e aos seus acionistas, os incentivos de longo prazo compõem parte relevante da remuneração total dos Beneficiários, o que evidencia a preocupação no desenvolvimento de pacotes remuneratórios condizentes com práticas meritocráticas e cultura de alta performance, dado que o Beneficiário terá a possibilidade de usufruir de ganho proporcional ao valor porventura gerado à Companhia, podendo o Conselho de Administração ainda fixar condicionantes adicionais, a exemplo do atendimento a metas, gatilhos ou desafios específicos.

8.2. As ações de emissão da Companhia sujeitas a este Plano serão ações da classe ordinária, nominativas, sem valor nominal, com as restrições e vantagens abaixo indicadas ("Ações"), podendo ser emitidas pela Companhia e subscritas e/ou adquiridas pelos Beneficiários nos termos previstos neste Plano.

8.3. O número total de opções a serem outorgadas aos Beneficiários do Plano de Opções não poderá resultar na efetiva entrega de ações da companhia que excedam o limite de 1,1% do capital social total da Companhia nesta data.

8.4. Para efeito deste limite, serão consideradas todas as ações correspondentes às opções efetivamente exercidas ou exercíveis pelos Beneficiários, independentemente do modelo de liquidação dessa opção. As Ações correspondentes às opções que forem canceladas, caducarem, expirarem

ou prescreverem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite previsto no item 8.3 e, portanto, ficarão novamente disponíveis para futura outorga nos termos deste Plano.

8.5. Para fins de restrição à negociação, as ações ordinárias que forem adquiridas com o exercício das Opções não deverão observar Prazo de Lock-up, além das restrições já estabelecidas pela legislação, regulamentações aplicáveis e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, bem como do Prazo de Lock-up previsto neste Plano.

9. FORMA DE LIQUIDAÇÃO

9.1. As opções serão liquidadas mediante a entrega de ações pela companhia aos Beneficiários.

9.2. A liquidação do Preço de Exercício deverá ocorrer de acordo com uma das duas opções a seguir, conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério:

(i) caso exista saldo suficiente de reserva de capital em montantes adequados, a liquidação do Preço de Exercício ocorrerá de acordo com o disposto no item 9.3 abaixo.

(ii) caso não haja referido saldo, a liquidação do Preço de Exercício ocorrerá de acordo com o disposto no item 9.5 abaixo.

9.3. Caso haja reservas de capital em montantes adequados, a Companhia poderá optar por emitir e entregar ao Beneficiário apenas o número de Ações correspondente à diferença entre o Preço de Liquidação e o Preço de Exercício, multiplicado pelo número total de opções exercidas pelo Beneficiário e dividido pelo Preço de Liquidação:

$$N_{ações} = \frac{(P_{liquidação} - P_{exercício}) \times N_{opções}}{P_{liquidação}}$$

Onde:

$N_{ações}$ = número de Ações a transferir

$P_{liquidação}$ = Preço de Liquidação

$P_{exercício}$ = Preço de Exercício das Opções

$N_{Opções}$ = número de Opções maduras exercidas pelo Beneficiário

9.4. Na hipótese do item 9.3, não haverá desembolso de recursos pelo Beneficiário para a subscrição ou compra de ações, observado o disposto no item 10.4.

9.5. Caso a Companhia não opte pela liquidação na forma do item 9.3, o Beneficiário deverá efetuar o pagamento do Preço de Exercício dentro do prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por decisão do Conselho de Administração, por 90 (noventa) dias, contados do recebimento da comunicação de exercício.

9.6. Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A outorga de Opções não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganizações societárias.

10.2. Nos casos de alteração do número, classe ou espécie de ações da Companhia, por quaisquer motivos, caberá ao Conselho de Administração avaliar eventual ajuste no Plano de Opções, de modo a evitar prejuízos aos Beneficiários e à Companhia.

10.3. Os Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações não conferem qualquer estabilidade ou garantia de emprego/vínculo estatutário ao Beneficiário.

10.4. A Companhia está autorizada a proceder à retenção na fonte dos tributos eventualmente incidentes sobre as ações a serem entregues decorrentes do exercício das Opções, ou outra maneira que lhe convir, de modo ao atendimento das exigências legais, mais especificamente com relação aos valores equivalentes aos tributos aos quais está legalmente obrigada a reter para recolhimento em nome do Beneficiário.

10.5. Alterações legais porventura existentes, sejam de cunho trabalhista,

societário, fiscal ou correlatos, poderão levar à revisão do Plano.

10.6. Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das ações outorgadas a cada Beneficiário.

11. GESTÃO DO PLANO

11.1. O Plano de Opções de Compra de Ações será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, ou por Comitê por este designado.

11.2. O Conselho de Administração da Companhia, observando as balizas do estatuto social da Companhia e da legislação aplicável, terá amplos poderes na gestão do Plano para:

§1º Eleger os Beneficiários, bem como definir os critérios para a escolha;

§2º Celebrar diferentes contratos de outorga, de acordo com os objetivos estratégicos da Companhia;

§3º Elencar condições adicionais, tais como gatilhos, cumprimento de metas, alcance de marcos, que devem ser satisfeitas para exercício das opções de compra de ações pelo Beneficiário;

§4º Autorizar alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das opções de compra de ações;

§5º Tomar as providências necessárias para a consecução do Plano de Remuneração baseado em Opções de Compra de Ações;

§6º Dirimir casos omissos e interpretações acerca da aplicação do plano.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO PLANO

12.1. O Plano de Opções de Compra de Ações possui vigência de 3 (três) anos e a qualquer tempo, o Plano de Opções poderá ser extinto ou modificado por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

12.2. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das

sociedades por ações, às Companhias abertas, à legislação trabalhista ou aos efeitos fiscais do Plano de Opções poderá levar à sua revisão integral.

ANEXO H

Informações exigidas pelo Anexo B da Resolução CVM 81 (proposta de alteração do "Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Ações Restritas" aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2022)

A administração da Eletrobras propôs aos acionistas, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Eletrobras, a ser realizada em 26 de abril de 2024 ("AGOE 2024"), a alteração para ajustes pontuais ao "*Plano da Eletrobras de Remuneração Baseado em Ações Restritas ('Restricted Shares')*" aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2023 ("Plano de Ações Restritas" ou "Plano"). Exceto pelo que está expressamente indicado abaixo e no **Anexo I** como proposta de alteração do Plano de Ações Restritas, os demais termos e condições do plano não estão sendo alterados.

1. Fornecer cópia do plano proposto

A cópia do Plano de Ações Restritas, com a inclusão das alterações propostas para a AGOE de 2024, encontra-se no **Anexo J** a esta Proposta da Administração.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando

a) Potenciais beneficiários

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano de Ações Restritas, administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ou por Comitê indicado pelo Conselho para tal fim ("Beneficiários").

b) Número máximo de Opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas não prevê a entrega de opções.

c) Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número total de Ações Restritas outorgadas não pode exceder ao limite de

0,2% do capital social total da Companhia em 22.12.2022, observado, ainda, o prazo máximo de 31.03.2023 para celebração dos Contratos de Outorga de Ações Restritas com os Beneficiários eleitos.

d) Condições de aquisição

A outorga de Ações Restritas é realizada, necessariamente, mediante celebração de Contrato de Outorga de Ações Restritas entre a Companhia e os Beneficiários, tendo o prazo limite para realização das outorgas se encerrado em 31.03.2023 (“Contratos de Outorga” ou “Contratos”).

As Ações Restritas foram divididas em (i) lote único para os membros do Conselho de Administração, a ser entregue em 30.04.2028; e (ii) 5 (cinco) lotes para os demais beneficiários, a serem entregues em 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027.

Em relação aos Beneficiários que não sejam membros do Conselho de Administração (ou que, embora sejam membros do Conselho, cumulem cargo na Diretoria Executiva), a propriedade das Ações Restritas integrantes de cada lote somente será transferida ao Beneficiário caso este permaneça em seu cargo nas respectivas datas de entrega.

Em relação aos Beneficiários membros do Conselho de Administração, estes somente terão direito ao recebimento das Ações Restritas caso o Beneficiário cumpra, integral e ininterruptamente, seu mandato no Conselho de Administração, a se encerrar na AGO de 2025 da Companhia, ressalvado na hipótese de não cumprimento do cargo em razão de falecimento ou incapacidade por causa permanente. (conforme proposta de alteração do Plano de Ações Restritas submetida à AGOE de 2024). Para tais Beneficiários, as Ações Restritas serão entregues em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028, que correspondente ao período de 3 anos posteriores ao término do prazo de gestão dos Conselheiros de Administração eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05 de agosto de 2022.

Apesar disso, ainda que o Beneficiário membro do Conselho de Administração tenha cumprido seu mandato no Conselho, este perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas caso, antes de 30.04.2028:

(i) seja condenado por qualquer ato que resulte em violação à Lei Federal nº 12.846/2013, à Lei Federal nº 8.429/1992, por crimes contra a administração pública no Código Penal, bem como qualquer outra legislação de combate ao suborno/corrupção e lavagem de dinheiro promulgada no Brasil;

(ii) a Companhia apure danos ou prejuízos causados à Companhia em razão de atos de gestão irregulares praticados pelo Beneficiário, conforme determinado em Assembleia Geral da Companhia; e/ou

(iii) realize qualquer declaração oral ou escrita sobre a Companhia ou qualquer de suas controladas, inclusive em redes sociais, que, conforme determinação do Conselho de Administração: (a) seja depreciativa, injuriosa, caluniosa ou difamatória; (b) divulgue informação privada ou confidencial sobre negócios da Companhia ou suas controladas; ou (c) leve a uma falsa percepção do público a respeito da Companhia ou suas controladas.

e) Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

Não aplicável, pois o Plano de Ações Restritas prevê que, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas nos respectivos contratos de outorga, as Ações Restritas serão transferidas, pela Companhia ao Beneficiário, a título não oneroso e, portanto, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

f) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, uma vez as ações serão transferidas a título não oneroso. Assim, celebrado o Contrato de Outorga e cumpridas as condições para recebimento das Ações Restritas integrantes de lotes vestidos a entrega das Ações Restritas ocorrerá conforme atingimento dos marcos temporais indicados no item (d).

g) Forma de liquidação de Opções

Não há previsão de entrega de opções de compra de ações. Não obstante, as Ações Restritas serão entregues aos Beneficiários mediante emissão de novas ações ordinárias por meio de aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e/ou utilizar ações existentes mantidas em tesouraria.

h) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Ações Restritas permanecerá em vigor até 30.04.2028, podendo ser extinto e/ou modificado a qualquer momento por decisão da Assembleia Geral de Acionistas.

Na hipótese de falência, dissolução ou liquidação da Companhia, o Programa de Ações Restritas e os respectivos Contratos de Outorga serão extintos de pleno direito, caducando todas as outorgas de Ações Restritas, independentemente de terem sido cumpridas as respectivas condições para recebimento das Ações Restritas, bem como os direitos dos Beneficiários.

Ainda, qualquer alteração legal significativa relativa à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, à legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações pode levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas.

O Plano de Ações Restritas é regulamentado por um Programa de Ações Restritas aprovado pelo Conselho de Administração (“Programa de Ações Restritas” ou “Programa”). O referido Programa estabelece que, a critério do Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas outorgadas poderá ser ajustada, para mais ou para menos, para refletir grupamentos ou desdobramentos de ações, bem como bonificação de ações aos acionistas, aumento de capital social da Companhia mediante capitalização de reserva ou outro tipo de operação societária que implique em emissão de ações pela Companhia.

Além disso, com o aditamento do Plano de Ações Restritas proposto à AGOE de 2024, foi incluída a possibilidade de o Conselho de Administração também efetuar ajustes no número de Ações Restritas outorgadas a cada beneficiário **de modo a refletir o impacto econômico de eventuais distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio ou proventos no período compreendido entre a data de outorga e transferência da propriedade das ações.**

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a) Os principais objetivos do plano

O objetivo do Plano de Ações Restritas é: (i) reter talentos da Companhia que demonstram sólido desempenho de alta performance e detêm qualificações e perfis profissionais alinhados à nova etapa da Companhia; (ii) auxiliar na atração de novos talentos para posições chave no âmbito do processo de reestruturação da Eletrobras em curso; e (iii) incentivar o desenvolvimento e crescimento sustentável da Companhia e a maximização de valor a longo prazo, em alinhamento com as alavancas de valor da capitalização, mediante incorporação do Plano de Ações Restritas no pacote de remuneração da composição atual do Conselho de Administração, cujo prazo de gestão se estende até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

b) A forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Ações Restritas contribui na consecução dos objetivos acima na medida em que (i) a Companhia terá um elevado potencial de retenção e engajamento dos atuais profissionais chave, e de atração de novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance que servirá de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização; (ii) os Beneficiários poderão capturar o crescimento de valor acionário da Companhia, o que incentiva o desempenho excepcional, a superação de metas e a maximização da capacidade de geração de valor a médio e longo prazo; (iii) os acionistas, que, diante da atuação dos profissionais altamente qualificados em prol do célere destravamento das alavancas de valor da capitalização e da consequente maximização de valor da Companhia, poderão contar com a valorização das ações de emissão da Eletrobras e a maximização do retorno de seus investimentos, de maneira sólida e sustentável ao longo do tempo.

Assim sendo, em suma, o Plano de Ações Restritas visa contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de capitalização.

c) Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano de Ações Restritas compõe o plano de incentivos de longo prazo da Companhia, que foi estruturado para gerar valor tanto para a Companhia, quanto

para seus acionistas. Tais incentivos de longo prazo representam uma parcela relevante da remuneração total dos Beneficiários, refletindo o compromisso com uma cultura de alta performance e práticas meritocráticas, dado que os Beneficiários poderão usufruir diretamente do valor gerado, ao longo do tempo, à Companhia e suas partes interessadas. Além disso, o Plano de Ações Restritas prevê que o Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer metas adicionais, gatilhos e desafios específicos para reforçar o vínculo entre a remuneração, o desempenho e a geração de valor.

d) Como o plano alinha os interesses dos Beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

No contexto da transformação da Eletrobras, o Plano de Ações Restritas é vital para solidificar e promover uma cultura meritocrática, ética e capaz de atrair, reter e premiar talentos. O Plano é orientado à retenção e premiação de seus talentos e para assegurar o pleno alinhamento de interesses dos Beneficiários com os da Companhia e de seus acionistas.

Assim, no curto prazo, o Plano foi desenvolvido com o objetivo atrair talentos-chave e executivos qualificados, estritamente no contexto da privatização da Companhia. Nesse sentido, as outorgas de Ações Restritas foram concluídas até 31.03.2023.

O Plano de Ações Restritas também constitui mecanismo específico de retenção de talentos e de incentivo de longo prazo da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho de Administração eleitos em agosto de 2022, na medida em que a valorização das ações da Companhia implicará no aumento da remuneração auferida pelo Beneficiário.

Com efeito, em relação aos Conselheiros, objetivou-se, com o Plano de Ações Restritas, a utilização de um modelo semelhante, na melhor forma possível e sem ônus indevido, a “*Deferred Share Units*” adotada em determinados mercados internacionais (visto como a melhor prática de governança para concessões de Conselheiros). Buscou-se, portanto, reforçar a mentalidade de longo prazo e de geração de valor ao acionista, uma vez que os ganhos percebidos pelo administrador serão totalmente atrelados ao resultado de longo prazo da Companhia a partir de 2028. Logo, se a tomada de decisão, por parte do membro do Conselho de Administração no curso de seu mandato atual a encerrar-se na

AGO de 2025, não privilegia resultados a partir de 2028, haverá significativa perda no montante do seu ILP.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

Nesse sentido, conforme reportado na Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras realizada em 22 de dezembro de 2022, a decisão do Conselho de Administração foi por propor a outorga de até 0,2% do capital social da Companhia, considerando todos os possíveis beneficiários estatutários ou não, ao longo da vigência do Plano.

Levando em conta o valor justo da ação, as transferências realizadas aos estatutários em 2023, bem como as transferências futuras previstas, considerado o valor de R\$32,28 (cotação da ação ordinária da companhia no mercado B3, na data base de 14 de março de 2023, fechamento do dia), é apresentado, para fins de estimativa:

Ações Restritas	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Total	
	Nº de Ações	Valor Estimado	Nº de Ações	Valor Estimado	Nº de Ações	Valor Estimado
1ª Transferência (mar/2023)	423.990	R\$ 13.686.397	-	-	423.990	R\$ 13.686.397
2ª Transferência (mar/2024)	162.086	R\$ 5.232.123	-	-	162.086	R\$ 5.232.123
3ª Transferência (mar/2025)	162.086	R\$ 5.232.123	-	-	162.086	R\$ 5.232.123
4ª Transferência (mar/2026)	162.086	R\$ 5.232.123	-	-	162.086	R\$ 5.232.123
5ª Transferência (mar/2027)	162.086	R\$ 5.232.123	242.856	R\$ 7.839.392 *	404.942	R\$ 13.071.515
Total	1.072.334	R\$ 34.614.889	242.856	R\$ 7.839.392	1.315.190	R\$ 42.454.281

*Apropriação da primeira metade do valor em 2023, e previsão de apropriação da segunda metade em 2024.

ANEXO I

Tabela “De/Para” das alterações propostas ao Plano de Ações Restritas

Cláusula	De	Para	Comentários
1.1 (f)	f) “ Plano de Ações Restritas ” ou “ Plano ”: Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas.	f) “ Plano de Ações Restritas ” ou “ Plano ”: Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas, conforme alterado .	Ajuste redacional.
1.1 (g)	g) “ Programa ”: Programa de Ações Restritas que for aprovado pelo Conselho de Administração, com base neste Plano.	g) “ Programa ”: Programa de Ações Restritas que for aprovado pelo Conselho de Administração, com base neste Plano, conforme alterado .	Ajuste redacional.
2.4	2.4. O Plano de Ações Restritas, em suma, visa a contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de capitalização.	2.4. O Plano de Ações Restritas, em suma, visa a contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de capitalização.	Ajuste redacional.

5.1	<p>5.1. Em linha com os objetivos específicos deste Plano de Ações Restritas, o Programa será estruturado pelo Conselho de Administração de modo que: (i) a definição dos Beneficiários e a celebração dos respectivos Contratos de Outorgas de Ações Restritas ocorram até 31.03.2023; (ii) os direitos oriundos dos Contratos de Outorgas de Ações Restritas, por constituírem um direito pessoal, não possam ser cedidos ou de qualquer forma transferidos a terceiros, onerosa ou gratuitamente.</p>	<p>5.1. Em linha com os objetivos específicos deste Plano de Ações Restritas, o Programa será estruturado pelo Conselho de Administração de modo que: (i) a definição dos Beneficiários e a celebração dos respectivos Contratos de Outorgas de Ações Restritas ocorram até 31.03.2023; (ii) ressalvadas as hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente em que tenha sido estabelecida a curatela do Beneficiário, os direitos oriundos dos Contratos de Outorgas de Ações Restritas, por constituírem um direito pessoal, não possam ser cedidos ou de qualquer forma transferidos a terceiros, onerosa ou gratuitamente.</p>	<p>Ajuste em consonância com práticas de mercado.</p>
5.5	<p>5.5. Caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração, uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade da totalidade das Ações Restritas se dará em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028, que correspondente ao</p>	<p>5.5. Caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração, uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade da totalidade das Ações Restritas se dará em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028, que correspondente corresponde ao período de 3 (três) anos posteriores ao término do prazo de</p>	<p>Ajuste em consonância com práticas de mercado, bem como para endereçar o cenário vivenciado pela Companhia, onde determinados beneficiários cumulam cargos no Conselho de Administração e na</p>

<p>período de 3 (três) anos posteriores ao término do prazo de gestão dos Conselheiros de Administração eleitos pela 182ª AGE da Companhia.</p>	<p>gestão dos Conselheiros de Administração eleitos pela 182ª AGE da Companhia, <u>desde que o Beneficiário tenha cumprido integral e ininterruptamente seu mandato no Conselho de Administração, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2025 da Eletrobras.</u></p> <p><u>5.5.1. Excepcionalmente, nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente de Beneficiário que seja membro do Conselho de Administração, o Beneficiário (ou seu(s) herdeiro(s), em caso de falecimento) terá o direito ao recebimento de uma quantidade de Ações Restritas calculada de forma proporcional (pro rata) ao período cumprido pelo Beneficiário de seu mandato no Conselho de Administração, porém contado a partir da data de celebração do contrato de outorga até o evento de falecimento ou incapacidade. Nesta hipótese a entrega da parcela pro rata das Ações Restritas ocorrerá em 30.04.2028.</u></p>	<p>Diretoria Executiva, e, portanto, demandam tratamento diferenciado nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente, dado que poderão ter recebido lotes das ações restritas a ele outorgadas, anteriormente ao respectivo evento de vacância.</p>
---	---	--

		<p>5.5.2. Na hipótese do item 5.5.1 acima, caso o Beneficiário membro do Conselho de Administração tenha cumulado cargo na diretoria executiva da Companhia ou suas controladas, em razão do que já tenha recebido lotes de suas Ações Restritas, tais Ações Restritas serão deduzidas da quantidade final a ser entregue ao Beneficiário (ou seus herdeiros).</p>	
8.6	<p>8.6. Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento de ações, ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das Ações Restritas outorgadas a cada Participante, podendo também efetuar ajustes no número de Ações Restritas outorgadas de modo a refletir o impacto econômico de eventuais distribuições de proventos.</p>	<p>8.6. Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento de ações, ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das Ações Restritas outorgadas a cada Participante, podendo também efetuar ajustes no número de Ações Restritas outorgadas de modo a refletir o impacto econômico de eventuais distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio ou proventos no período compreendido entre a data</p>	<p>Ajuste em consonância com práticas de mercado.</p>

		de outorga e transferência da propriedade das ações.	
--	--	--	--

ANEXO J

Plano de Ações Restritas com as alterações propostas consolidadas

PLANO DA ELETROBRAS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES RESTRITAS ("RESTRICTED SHARES")

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para fins de definições, temos:

- a) **"Ações Restritas"**: quantidade de ações ordinárias, escriturais e nominativas, de emissão da Companhia, alocadas especificamente para determinado Contrato de Outorga de Ações Restritas.
- b) **"Beneficiários"**: administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ou por Comitê indicado para tal fim, para participar do Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração para este Plano de Ações Restritas.
- c) **"Companhia"** ou **"Eletrobras"**: Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras.
- d) **"Conselho de Administração"**: Conselho de Administração da Companhia.
- e) **"Contrato de Outorga de Ações Restritas"** ou **"Contrato de Outorga"**: instrumento particular de outorga de ações restritas, celebrado entre Companhia e Beneficiários, que dará o direito aos Beneficiários a receberem certa quantidade de ações restritas em determinado período, desde que atendidos os prazos, termos e condições a serem definidos pelo Conselho de Administração da Companhia.
- f) **"Plano de Ações Restritas"** ou **"Plano"**: Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas, conforme alterado.
- g) **"Programa"**: Programa de Ações Restritas que for aprovado pelo Conselho de Administração, com base neste Plano, conforme alterado.

2. OBJETIVO DO PLANO

2.1. O objetivo do Plano de Ações Restritas é: (i) reter talentos da Companhia que demonstraram sólido desempenho de alta performance e detêm qualificações e perfis profissionais alinhados à nova etapa da Companhia; (ii) auxiliar na atração de novos talentos para posições chave no âmbito do processo de reestruturação da Eletrobras em curso; e (iii) incentivar o desenvolvimento e crescimento sustentável da Companhia e a maximização de valor a longo prazo, em alinhamento com as alavancas de valor da capitalização, mediante incorporação deste Plano de Ações Restritas no pacote de remuneração da composição atual do Conselho de Administração, cujo prazo de gestão se estende até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

2.2. O Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração no âmbito deste Plano de Ações Restritas permitirá o alinhamento de interesses entre empresa, demais acionistas e Beneficiários, na medida em que os potenciais ganhos e riscos do desempenho da Companhia serão compartilhados com tais atores, o que contribuirá, em especial, para o desenvolvimento de uma cultura profissional de alta performance e para a tomada de decisões que privilegiem resultados de longo prazo, criação de valor e crescimento sustentável da Companhia.

2.3. No contexto atual de transformação da Eletrobras, o Plano de Ações Restritas configura-se ferramenta essencial para a solidificação de uma cultura meritocrática, capaz de reter e premiar seus talentos e estruturada para assegurar pleno alinhamento entre os interesses dos Beneficiários, da Companhia e de seus acionistas, uma vez que: (i) a Companhia terá a possibilidade de reter os atuais profissionais chave e atrair novos talentos, além de fomentar uma cultura de alta performance que servirá de força motriz para o destravamento das alavancas de valor da capitalização; (ii) os Beneficiários poderão capturar o crescimento de valor acionário acima do preço de exercício definido neste Plano de Ações Restritas, o que configura grande estímulo para o alto desempenho, a superação de metas e a maximização da capacidade de geração de valor a médio e longo prazo; (iii) os acionistas, que, diante da atuação dos profissionais em prol do célere destravamento das alavancas de valor da capitalização e da consequente maximização de valor da Companhia, poderão contar com a valorização das ações de emissão da Eletrobras e a maximização do retorno de seus investimentos a médio e longo prazo.

2.4. O Plano de Ações Restritas, em suma, visa contribuir para que a Eletrobras possa contar com os melhores profissionais para a condução do processo de transformação que está em curso, possibilitando-se a retenção de atuais talentos e a atração de novos, os quais possam conduzir os novos desafios advindos do processo de capitalização.

2.5. O Conselho de Administração poderá estabelecer Programas, com período de vigência determinado, assim como poderá determinar o limite máximo de ações que poderão ser outorgadas no âmbito de tal Programa, com base nas diretrizes gerais deste Plano.

3. MODELO DE AÇÕES RESTRITAS DA ELETROBRAS

3.1. A critério do Conselho de Administração, ou de Comitê indicado pelo Conselho para tal fim, poderá ser concedido aos Beneficiários, por meio de Contrato de Outorga de Ações Restritas, o direito a receberem certa quantidade de Ações Restritas, as quais somente serão transferidas ao Beneficiário se atendidos os prazos, termos e condições a serem definidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

4. BENEFICIÁRIOS

4.1. Poderão ser eleitos como Beneficiários do Plano de Ações Restritas, administradores, empregados, colaboradores ou prestadores de serviços da Companhia, ou de sociedade sob o seu controle, desde que eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia ou por Comitê indicado pelo Conselho para tal fim.

5. CICLO DE AÇÕES RESTRITAS NA ELETROBRAS

5.1. Em linha com os objetivos específicos deste Plano de Ações Restritas, o Programa será estruturado pelo Conselho de Administração de modo que: (i) a definição dos Beneficiários e a celebração dos respectivos Contratos de Outorgas de Ações Restritas ocorram até 31.03.2023; (ii) ressalvadas as hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente em que tenha sido estabelecida a curatela do Beneficiário, os direitos oriundos dos Contratos de Outorgas de Ações Restritas, por constituírem um direito pessoal, não possam ser cedidos ou de qualquer forma transferidos a terceiros, onerosa ou

gratuitamente.

5.2. Uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade das Ações Restritas ao respectivo Beneficiário ocorrerá de modo fracionado, em partes iguais, observados os seguintes marcos temporais: 31.03.2023, 31.03.2024, 31.03.2025, 31.03.2026 e 31.03.2027.

5.3. O Beneficiário, caso se desligue da Companhia ou de sua Controlada, por iniciativa própria, por baixo desempenho profissional identificado por meio de avaliação regular realizada pela Companhia, por conduta ético-profissional inadequada e/ou por infração a qualquer norma interna da Companhia, perderá, a partir da data de desligamento, o direito de recebimento das Ações Restritas dos marcos temporais remanescentes e, como consequência, a Companhia estará impossibilitada de lhe transferir a propriedade das Ações Restritas correspondentes.

5.4. Não se considera desligamento a transferência do Beneficiário da Companhia para uma de suas controladas e vice-versa, ou, para qualquer outra sociedade, neste caso por interesse da Companhia.

5.5. Caso o Beneficiário seja membro do Conselho de Administração, uma vez celebrado o Contrato de Outorga de Ações Restritas, a transferência de propriedade da totalidade das Ações Restritas se dará em um único marco temporal, qual seja, 30.04.2028, que corresponde ao período de 3 (três) anos posteriores ao término do prazo de gestão dos Conselheiros de Administração eleitos pela 182ª AGE da Companhia, desde que o Beneficiário tenha cumprido integral e ininterruptamente seu mandato no Conselho de Administração, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2025 da Eletrobras.

5.5.1. Excepcionalmente, nas hipóteses de falecimento ou incapacidade permanente de Beneficiário que seja membro do Conselho de Administração, o Beneficiário (ou seu(s) herdeiro(s), em caso de falecimento) terá o direito ao recebimento de uma quantidade de Ações Restritas calculada de forma proporcional (*pro rata*) ao período cumprido pelo Beneficiário de seu mandato no Conselho de Administração, porém contado a partir da data de celebração do contrato de outorga até o evento de falecimento ou incapacidade. Nesta hipótese a entrega da parcela *pro rata* das Ações Restritas ocorrerá em 30.04.2028.

5.5.2. Na hipótese do item 5.5.1 acima, caso o Beneficiário membro do Conselho de Administração tenha cumulado cargo na diretoria executiva da Companhia ou suas controladas, em razão do que já tenha recebido lotes de suas Ações Restritas, tais Ações Restritas serão deduzidas da quantidade final a ser entregue ao Beneficiário (ou seus herdeiros).

6. OUTORGA DAS AÇÕES RESTRITAS

6.1. A outorga de Ações Restritas será realizada, necessariamente, mediante celebração de Contrato de Outorga de Ações Restritas, observado o Programa a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

6.2. O contrato especificará, entre outros itens, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga, bem como os prazos, os termos e as condições de transferência das Ações Restritas pela Companhia aos Beneficiários.

6.3. O Conselho de Administração pode, ao seu critério, estabelecer contratos diferenciados entre os Beneficiários, observadas as condições gerais deste Plano de Ações Restritas.

6.4. Não haverá contraprestação em dinheiro por parte dos Beneficiários quando da celebração do Contrato de Outorga de Ações Restritas ou mesmo quando da entrega das Ações Restritas.

6.5. Até a data de transferência da propriedade das Ações Restritas aos Beneficiários, não caberão aos Beneficiários quaisquer direitos e vantagens como acionistas com relação às ações objeto da outorga, tais como direito de voto, recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

7. AÇÕES RESTRITAS SUJEITAS AO PLANO

7.1. Com vistas à criação de valor à Companhia e aos seus acionistas, os incentivos de longo prazo compõem parte relevante da remuneração total dos Beneficiários, o que evidencia a preocupação no desenvolvimento de pacotes remuneratórios condizentes com práticas meritocráticas e cultura de alta performance, dado que o Beneficiário terá a possibilidade de usufruir de ganho proporcional ao valor porventura gerado à Companhia, podendo o Conselho de Administração ainda fixar condicionantes adicionais, a exemplo do atendimento a metas, gatilhos ou desafios específicos.

7.2. O número máximo de ações restritas outorgadas não poderá exceder o limite de 0,2% do capital social total da Companhia nesta data, sem prejuízo ainda do prazo máximo para celebração dos Contratos de Outorga de Ações Restritas.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A outorga de Ações Restritas não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganizações societárias.

8.2. Nos casos de alteração do número, classe ou espécie de ações da Companhia, por quaisquer motivos, caberá ao Conselho de Administração avaliar eventual ajuste no Plano de Outorga de Ações Restritas, de modo a evitar prejuízos aos Beneficiários e à Companhia.

8.3. Os Contratos de Outorga de Ações Restritas não conferem qualquer estabilidade ou garantia de emprego/vínculo estatutário ao Beneficiário.

8.4. A Companhia está autorizada a proceder à redução do número total de Ações Restritas a serem transferidas ao Beneficiário, ou outra forma que lhe convier, de modo a atender às exigências legais, mais especificamente com relação aos valores equivalentes aos tributos aos quais está legalmente obrigada a reter em nome do Beneficiário.

8.5. Alterações legais porventura existentes, sejam de cunho trabalhista, societário, fiscal ou correlatos, poderão levar à revisão do Plano.

8.6. Se a quantidade de ações de emissão da Companhia for aumentada, diminuída, houver desdobramento ou grupamento de ações, ou dividendos pagos em ações, o Conselho de Administração poderá efetuar os ajustes apropriados no número das Ações Restritas outorgadas a cada Participante, podendo também efetuar ajustes no número de Ações Restritas outorgadas de modo a refletir o impacto econômico de eventuais distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio ou proventos no período compreendido entre a data de outorga e transferência da propriedade das ações.

9. GESTÃO DO PLANO

9.1. O Plano de Ações Restritas será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, ou por Comitê por este designado.

9.2. O Conselho de Administração da Companhia, observando as balizas do estatuto social da companhia e da legislação aplicável, terá amplos poderes na gestão do Plano para:

§1º Eleger os Beneficiários, bem como definir os critérios para a escolha;

§2º Celebrar diferentes Contratos de Outorga, de acordo com os objetivos estratégicos da companhia;

§3º Elencar condições adicionais, tais como gatilhos, cumprimento de metas, alcance de marcos, que devem ser satisfeitas para transferência das ações pela Companhia ao Beneficiário;

§4º Autorizar alienação não onerosa de ações em tesouraria para satisfazer à entrega das ações objeto do Contrato de Outorga;

§5º Tomar as providências necessárias para a consecução do Plano de Remuneração baseado em Ações Restritas;

§6º Dirimir casos omissos e interpretações acerca da aplicação do plano.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO PLANO

10.1. O Plano de Ações restritas permanecerá vigente até 30.04.2028, podendo ser extinto e/ou modificado a qualquer momento por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

10.2. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, à legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações poderá levar à revisão integral do Plano de Ações Restritas

ANEXO K

Seções 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia (informações sobre a Sra. Ana Silvia Matte, candidata a membro do Conselho de Administração da Companhia)

7.3. Administradores: em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome: Ana Silvia Corso Matte **CPF:** 263.636.150-20 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 30/05/1958

Experiência Profissional: A Sra. Ana Silvia Corso Matte é advogada formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul , com pós-graduação em recursos humanos pela PUC/RJ – IAG. Foi diretora de recursos humanos na Companhia Siderúrgica Nacional, Wella Brasil Ltda., Sendas Distribuidora S.A. e TelSul Serviços Ltda. De 2006 a 2012, foi diretora estatutária de Gente na Light S.A. Desde 2012 atua como conselheira e exerce atividades de consultoria na área de talento humano, sendo sócia-fundadora Ana Silvia Matte Consultoria em Gestão Ltda-EPP. Possui experiência como conselheira de administração em empresas como a Cemig Telecomunicações S.A., Cemig S.A. e Renova Energia S.A., sendo que nesta também foi coordenadora do comitê de talentos por 3 anos, além da Eletrobras, onde atuou como conselheira de administração entre a AGO de 2021 e agosto de 2022. Além de ser investidora anjo, hoje é membro do conselho consultivo da SuperJobs Ventures e Participações Ltda., empresa investidora em startups de alto impacto, membro do conselho de administração e do comitê de sustentabilidade da Norte Energia S.A., e membro do conselho da comissão de pessoas da IBGC-Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Em colegiados, também se destacam experiências relevantes em comitês, tendo sido membro externo independente do Comitê de Pessoas, Remuneração e Governança da Vale S.A. (2º mandato), membro externo independente do Comitê de Indicação e Avaliação da Copel S.A. (1º mandato), membro externo independente do Comitê Pessoas da Petrobrás S.A. Atualmente, atua como membro externo independente do Comitê de Pessoas da Eletrobras. A Sra. Ana Silvia Corso Matte declarou não ser pessoa politicamente exposta e que não existem quaisquer processos disciplinares e judiciais, nos últimos cinco anos, em que tenha sido condenado por qualquer decisão, transitada em julgado ou não.

Órgãos da Administração

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	-	Até a AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)	Membro externo do Comitê de Pessoas	-	N/A	27/04/2021 (AGO de 2021)

7.4. Composição dos Comitês

Não aplicável.

7.5. Relações familiares

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

a. administradores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre a Sra. Ana Silvia Corso Matte e administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre a Sra. Ana Silvia Corso Matte e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador direto ou indireto.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador direto ou indireto.

7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Não há relação de subordinação entre a Sra. Ana Silvia Corso Matte e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, nem com clientes, fornecedores ou credores relevantes da Companhia e de suas controladas, nos últimos três exercícios sociais.